

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA INSTITUCIONAL

FABRICIO OLIVEIRA DOS SANTOS

RELAÇÕES DE PODER E MODOS DE (RE)EXISTÊNCIA:
COMO A JUVENTUDE NEGRA PROTAGONIZA LUTAS COTIDIANAS CONTRA O
RACISMO EM CARIACICA/ES?

VITÓRIA-ES
2019

FABRICIO OLIVEIRA DOS SANTOS

**RELAÇÕES DE PODER E MODOS DE (RE)EXISTÊNCIA:
COMO A JUVENTUDE NEGRA PROTAGONIZA LUTAS COTIDIANAS CONTRA O
RACISMO EM CARIACICA/ES?**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia Institucional, na linha de pesquisa: Políticas Públicas, Trabalho e Processos Formativo-educacionais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Lucia Coelho Heckert.

VITÓRIA
2019

FABRICIO OLIVEIRA DOS SANTOS

**RELAÇÕES DE PODER E MODOS DE (RE)EXISTÊNCIA:
COMO A JUVENTUDE NEGRA PROTAGONIZA LUTAS COTIDIANAS CONTRA
O RACISMO EM CARIACICA/ES?**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia Institucional, na linha de pesquisa: Políticas Públicas, Trabalho e Processos Formativo-educacionais.

Aprovada em 05 de agosto de 2019.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Ana Lúcia Coelho Heckert
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora

Prof.^a Dr.^a Maria Elizabeth Barros de Barros
Universidade Federal do Espírito Santo
Membro Interno

Prof.^a Dr.^a Cecília Maria Bouças Coimbra
Universidade Federal Fluminense
Membro Externo

Prof.^a Dr. Diego Arthur Lima Pinheiro
Universidade Federal do Espírito Santo
Coorientador

Ser acolhido por alguém é como ter uma devoção ao nosso cobertor em dias de frio intenso. Sempre o guardamos com carinho porque sabemos que ele nos aquecerá em qualquer momento, mesmo nas estações mais quentes.

Assim são algumas relações cujos fluxos fervem, borbulham, solidificam, ficam fluidos pelas palavras, pelo respeito, pelo carinho, pela admiração, e nos fazem transpirar. Infindáveis são os momentos de afeto que transcorrem este corpo, pois ele se desmancha e renasce de alegria a cada instante por saber que vocês existem em minha vida.

Essas poucas palavras são dedicadas à Maciel e à querida professora, Dr^a. Ana Lúcia Coelho Heckert.

AGRADECIMENTOS

Construir este trabalho não foi fácil, mas não posso deixar de manifestar aqui os sentimentos de alegria, gratidão e saudade das pessoas que estiveram e/ou participaram direta ou indiretamente na produção deste trabalho. Houve dias em que imaginei não conseguir continuar a caminhada, mas sentia vibrações que fervilhavam meu sangue e se espalhavam nas camadas mais profundas deste corpo. Em um momento, tinha medo e me apavorava com o tamanho do desafio, em outro, esquecia-me de todas as formalidades em volta, respirava, sorria e me divertia com esse paradoxo da imanência, que me fazia caminhar.

Ao transpirar as dores que atravessam este corpo, senti que era uma oportunidade de lapidar os recomeços que a vida me oferecia e senti que a alegria é um exercício, algo que precisamos estilizar diariamente para nos lembrarmos de outras memórias.

Recorrendo a essas memórias, fui me tornando forte, pois elas foram forjadas de forma coletiva e cada fragmento das lutas contendo lágrimas e sorrisos são retratos imortalizados neste peito, porque nele habita a memória dos meus ancestrais.

O percurso deste trabalho foi a junção de muitas mãos, mas não seria possível sem a minha orientadora, cuja colaboração foi extraordinária, sobretudo porque tive a honra de receber muitos dos seus ensinamentos durante mais de cinco anos trabalhando juntos.

Foi ela quem insistiu para que eu ousasse, debatesse, discordasse (inclusive dela). Ao apostar nesta produção, ela me apresentou um outro mundo de possibilidades nessa caminhada, e tantas vezes segurou em minhas mãos para me fortalecer. É nessa lição de amizade, solidariedade e afetos em que quero continuar apostando, pois esse percurso foi permeado de carinho por outras pessoas, como a professora Beth Barros, que foi minha coordenadora de estágio na graduação. Muitas vezes, ela insistiu sobre a importância de ter um corpo que estranha as práticas cristalizadas e de ter um olhar curioso, que interroga, que debate. Foi muito prazeroso ter estagiado no PIFIST no processo de minha formação. Nunca esquecerei das lindas palavras no dia da minha formatura na graduação. Obrigado pelo carinho que sempre teve comigo.

À Cecília Coimbra que, mesmo sem ter me conhecido, proferiu palavras que revigoraram meu ânimo quando estive na UFES em 2014, durante a minha graduação. Foram elas que contribuíram na laminação deste corpo a seguir na luta, mesmo nas dificuldades. Tê-la na banca de defesa era algo inimaginável e isso se tornou um sonho-realidade que me deixa muitíssimo feliz, a ponto de não acreditar. Essa é certamente uma das minhas maiores alegrias e realizações desta vida.

Ao coorientador Diego, pelos apontamentos e indicações de leituras e de alguns caminhos; pelo apoio, pela força, pela dedicação à leitura detalhada dos textos.

Ao professor Sérgio Pereira pelas indicações de leituras e por se colocar à minha disposição, mesmo com a distância. Senti-me acolhido e fortalecido com as suas palavras em nossos encontros.

Ao grupo de orientação: Danilo, Pablo, Cínthia, às pretas Gabi, Mônica, Nayara, e Luizane, pela troca, pelas leituras, pelos abraços, pelos apontamentos e pela rede de cuidado construída para nos ampararmos nessa caminhada.

A todos os meus amigos da Bahia que não conseguirei citar aqui porque são muitos, saudade. Aos colegas da turma onze, que me ajudaram a expandir as ideias, pensamentos e aprendizados.

Ao xará irmão, Fabrício Augusto, que me ajudou com a leitura do anteprojeto e me acolheu por diversas vezes, seja me ouvindo, me carregando para o sítio dos sogros, me levando para Santa Maria de Jetibá ou me apresentando a muitas pessoas bacanas.

Não poderia jamais esquecer de todos os meus amigos do Programa de Extensão Redes no Território. Não me arriscarei a citar nomes para não correr o risco de esquecer alguém, já que foram muitos durante o tempo em que estive com vocês. Saibam que sem os abraços, os bolos de aniversário, as fotos, as idas a campo, as análises, a divisão das tarefas, os debates e provocações, essa escrita não seria a mesma. Todas e todos vocês pulsam neste coração.

Aos meus amigos irmãos Vitor Miguel, Flávio, Mussun, Big, Josaine, Miquéias, Five, Sapão, Yuri, 2 T, Weberson, Everaldo, Ferreira, Frank, Joh, Kádimo, que compartilharam de muitas

alegrias com cafés, conversas, indicações de músicas, livros, ações, valorização da nossa quebrada; enfim, com a intensidade dos encontros sempre que são possíveis, convites para participar de movimentações, vocês me enchem de vida.

Aos amigos Pablo, Duda, Hudson, à Joyce, à Karla, à Lis, ao Matheus, Clayton, à Gisele, ao Caíco, à Mariana, obrigado pelas palavras de força, pelo carinho e confiança de vocês. Obrigado a todas e todos os pretos que fazem parte do AMA. As nossas reuniões e debates me fortaleceram bastante, obrigado pela acolhida.

Aos meus amigos Lula Rocha, Moacyr, Winy Rocha, Ana Paula Rocha, Dona Penha, Gilbertinho Campos, e todas as pretas e pretos do Círculo Palmarino pelos ensinamentos, pelos momentos que tivemos juntos em formações, debates, almoços, intervenções carregadas com muito carinho, afeto, cuidado, respeito, axé!

Ao Fejunes, por propiciar momentos maravilhosos como a marcha pelas ruas de Vitória e continuar na luta para fortalecer o combate contra o extermínio da juventude negra do Espírito Santo.

Aos professores do PPPGPSI, pela aposta na implementação e fortalecimento em políticas de inclusão como o sistema de cotas, pela acolhida aos alunos durante a ambientação dos mestrandos, pela preocupação e batalha para conseguir recursos e bolsas para os alunos que precisam.

À Soninha e à Nati, secretárias do programa do PPGPSI, que sempre foram muito atenciosas comigo, se colocando à disposição para tirar dúvidas, conversar e falar sobre os trâmites da pesquisa de mestrado.

À minha ex namorada, amiga e companheira Naire Dourado pelos ensinamentos, pela paciência ao me falar sobre as normas da ABNT, pelo carinho, pela ajuda nas escolhas, pelo incentivo de que era possível, mas lembrando sempre que eu precisaria guerrear.

Aos meus familiares, minha vó Laurinda, minha vó, tia Lúcia, tia Fia, Isana, minha cunhada Rosiene, minha mainha Maria Ilza, pelas risadas. Vocês alicerçam minha vida e, mesmo na distância, se fazem presentes no meu coração.

À Leni, pelo carinho, afeto, conversas e incentivos para continuar na caminhada e lutar pelos meus objetivos.

À minha vó Maria José, de Itabuna, que cuidou de mim na infância e me ensinou a escrever o meu nome. Muita saudade da senhora, dos seus ensinamentos e abraços.

Ao meu pai, Osvaldo, que sempre foi um batalhador e não abandonou os seus filhos durante as adversidades da vida.

Ao meu irmão, Maciel, que sempre me dá força para que eu vá em frente e não mede esforços para me ajudar. Você é um presente especial na minha vida e não tenho palavras para falar de ti, só tenho gratidão.

Sei que provavelmente eu deixei de agradecer outros amigos que compuseram comigo durante esse período e durante a vida. A vocês que eu possa ter esquecido de citar, peço perdão e deixo aqui o meu abraço.

Obrigado a todos vocês!

RESUMO

Esta dissertação aborda as lutas efetuadas pelos coletivos de juventude de Cariacica-ES como práticas de resistências. Abordamos os conceitos de raça e resistência, bem como os processos de criminalização da juventude negra que habitam as periferias, ressaltando as práticas de invenção da existência concretizadas por esses jovens negros de periferia. A pesquisa abarcou conversas com dez jovens participantes dos coletivos Criatividade, Aprender Cultura, Batalha e Movimento Funk Capixaba. Usamos como método de pesquisa os referenciais da pesquisa intervenção, entendendo que transformamos para conhecer e que toda pesquisa interfere nos processos sociais em curso. As análises efetuadas foram pautadas nas ferramentas conceituais formuladas, principalmente, por Abdias do Nascimento, Fanon, Mbembe.

Em nome da segurança de grupos sociais mais favorecidos da população, tem se erigido práticas de extermínios e encarceramento, destacadamente de negros que moram nas periferias. As ações dos coletivos de juventude, por meio da poesia, das músicas, do grafite, têm interferido nas práticas racistas que os jovens enfrentam no cotidiano de suas vidas.

Palavras-chave: políticas públicas; juventude; relações de poder.

ABSTRACT

This dissertation addresses how struggles are carried out by youth groups in the city of Cariacica-ES as resistance practices. We approach the concepts of race and resistance, as well as the criminalization's processes of black youth that live in the outlying ghettos, highlighting the invention's practices of existence concretized by these young blacks people from the ghettos. The survey covered conversations with ten young participants from the collectives groups "Creativity", "Learning Culture", "Battle" and "Funk Capixaba Movement". We use as a research method the references of intervention research, understanding that we transform to create knowledge. The analyzes carried out were based on the conceptual formulates tools, above all, by Abdias do Nascimento, Fanon e Mbembe.

In the name of the security of population's better-off social groups, practices of extermination and incarceration have been erected, especially of blacks people who live in the ghettos. The actions of youth collectives groups, through poetry, music, graffiti, have interfered in the racism practices that young people face in their daily lives.

Key words: Public policies; young people; power relations.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
CEERT- Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades
CVRD – Companhia Vale do Rio Doce
FNS - Força Nacional de Segurança
FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
INFOPEN - Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias
IJSN- Instituto Jones dos Santos Neves
HAF- Homicídios por arma de fogo
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MNLM - Movimento de Luta pela Moradia
PMC – Prefeitura Municipal de Cariacica
SEME - Secretaria Municipal de Educação
TG - Itanhenga
UFES – Universidade Federal do Espírito Santo
UPA – Unidade de Pronto Atendimento

SUMÁRIO

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	15
1.1 ESCOLHAS: PESO OU LEVEZA NA AUTONOMIA EM FAZÊ-LAS?	19
1.2 QUILOMBANDO NA POLÍTICA DOS ENCONTROS E CONSTRUINDO POSSÍVEIS CAMINHOS PARA A PESQUISA	24
2 CONHECENDO CARIACICA OU CARIJACICA E OS RETRATOS DE LUTAS DO SEU TERRITÓRIO	30
2.1 MEMÓRIAS DE UM MORADOR- PESQUISADOR DE CARIACICA	38
2.2 CAMINHANDO ENTRE-NO MEIO COM OS COLETIVOS DE JUVENTUDE DE CARIACICA	46
3 DIALOGANDO COM AS INVENÇÕES DA HUMANIDADE: RAÇA PRELÚDIO PARA O RACISMO?.....	55
3.1 RESISTENTES E INVENTORES DE VIDAS POTENTES	73
4 POLÍTICAS DE INIMIZADE: CRIMINALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS E A POTÊNCIA DAS LUTAS JUVENIS.....	83
4.1 FIANDO CAMINHOS PARA ABERTURA DE MUNDOS A PARTIR DA DIFERENÇA: NA BATALHA, NA CRIATIVIDADE, NO MOVIMENTO E NO APRENDER COTIDIANO	98
5 CONCLUSÕES INACABADAS	115
6 REFERÊNCIAS.....	120

*Do pó viemos, será?
Como pó seremos, leves e dispostos a voar
Abrigar-se em lugares minúsculos
Onde apenas pequenos "aspira dores" podem alcançar Como pó
partiremos, sei lá!*

*Que do pó tenhamos companhia
Foi pelo pó em minha casa suja
Que sai em busca de ar puro
Poeira solta a cada lavagem de roupa suja
Fazer o que né... É assim com todas as famílias O próprio pó
as vezes é sua companhia.*

*Ao sair vi pessoas comuns assim como eu
Conquistando coisas grandes Quem diria?
Do pó do Morro do Quadro
Vimos nosso Imperador conquistar o Brasil Do pó
que não é pouco em Graúna, uma Pekena Katana
foi descoberta.
Tomou vida própria e cortou
Todas as barreiras em cada um dos seus versos Como pó
sobrevivemos Companhia sempre, nunca a sós.*

*Vi quebrada bater em boy, após engolir
concurso sarcástico.
[Fez do tempo filmagens Colocando-o em
"acentos" confortáveis.
Coitado!
O mesmo anda de muleta
E teve uma longa viagem
Para então reconhecer
O prego que não lhe deixava cair.]
Do pó criou-se a poesia
Há quem acredite em outras teorias O suor
de uma juventude Não pode! Não deve! Não
será! D E S C O N H E C I D O
Porra é sério, não trampamos pra isso.
De batalha em batalha Entendemos do que vale a
eleição, esconda o jogo ou jogue as cartas ladrão.*

*Do rasante até abrigar-se
O Pó deixou lembranças,
Como aquelas velhas companhias da infância. Olhávamos
o céu e o desembaraço das nuvens até conhecer o
embaraço das bocas.
E ali preso, chicoteio saudades. Abandonei e hoje as relembro observando nuvens.*

*O pó quer ser sua companhia
Alegria e desespero simultâneos
Do seu resíduo poderás ir a universos subterrâneos
Sem comida ou banhos
Sem pedidos, sem ganhos!*

*Será que é difícil descobrir o porquê de tudo?
Mas pra que descobrir o porquê de tudo?
Não escolhi palavras difíceis pra dizer isso tudo. É que o pó
disse para ser simples*

*Queria que todos entendessem tudo. E ainda
há quem diga que Pó não é cia.
Pó é Cia. - Vitor Miguel ¹*

¹ Integrante do Coletivo de Juventude Batalha da Estação

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente trabalho é formulado com inquietações e muitas dores que surgiram ao longo da vida, por meio de sutilezas não tão sutis, concernentes às práticas racistas que produzem mortificações nos processos de subjetivação que nos atravessam e nos constituem.

Não temos como pretensão descrever as formas de racismo e suas nuances, mas analisar maneiras outras de inventividade coletiva da juventude negra. Elas contribuem para travar lutas contra as relações de poder que buscam revestir, normatizar vidas e se encontram capilarizadas no corpo social.

Nessa perspectiva, achamos importante relatar que muitas vezes a periferia é vista como um espaço a ser gerido, vigiado, higienizado. A população negra é alvo de práticas eugênicas² exercidas, segundo Foucault (2009), pelo biopoder, que no século XIX se notabilizou por ser uma tecnologia de sujeição centrada na vida, tendo o racismo como um componente indispensável ao desenvolvimento do capitalismo.

Santos (2014, p. 172) aponta em sua tese de doutorado, ao analisar as políticas afirmativas implementadas na UFES, no período de 2006 a 2012, que a eugenia

[...] estruturada pelo primo de Darwin, Francis Galton, em 1883 preocupa-se com a produção da boa geração, a purificação das raças ou o melhoramento genético, propondo mecanismos para tal, como a separação geográfica entre os puros e impuros, o impedimento matrimonial entre as raças, assim como um mecanismo de esterilização em massa.

Por conseguinte, o racismo se atualiza e se assemelha a uma ocupação colonial contemporânea, conforme assevera Mbembe (2003), através da combinação entre poder disciplinar e necropolítica³. Esse autor elabora a noção de necropolítica e necropoder, que será retomada posteriormente neste trabalho para debater o processo de destruição e aniquilamento da população negra. Mbembe (2016) propõe as noções desses conceitos ampliando o debate inaugurado por Foucault com a noção de biopoder e biopolítica. Nas palavras do autor,

[...] propus a noção de necropolítica e necropoder para explicar as várias maneiras pelas quais, em nosso mundo contemporâneo, armas de fogo são implantadas no

² SANTOS, D. P. S. “ ‘Os intrusos’ e os ‘Outros’ Quebrando o Aquário e Mudando os Horizontes”: As relações de raça e classe na implementação das cotas sociais no processo seletivo para cursos de graduação da Ufes-2006-2012. Vitória: Tese de Doutorado.

³ MBEMBE, A. *Necropolítica*, Artes & Ensaios. Rio de Janeiro: Revista do ppgav/eba/ufjf, 2016.

interesse da destruição máxima de pessoas e da criação de ‘mundos de morte’, formas novas e únicas da existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o status de ‘mortos vivos’. (MBEMBE, 2016, p. 146).

Assim sendo, o negro luta em seu percurso contra a desvalorização do seu corpo, na tentativa de negar tanto seu lugar de perigo social a ser exterminado, como a produção de medo construída cotidianamente em torno de si e dos lugares nos quais circula.

Desse modo, nessas relações tecidas por exercícios de resistência e de relações de poder, são engendradas subjetividades (Foucault, 2009). Considerando, porém, que inexitem formas mudas e absolutas de dominação dos sujeitos, e que as lutas são processos contínuos e indissociáveis dessas relações, entendemos que isso se coaduna com os ensinamentos de Heckert (2004). Para ela:

[...] como os processos de resistência não estariam em relação de exterioridade ao exercício do poder, é neste exercício que as forças de resistência se afirmam, inaugurando outros campos de possibilidades de ação (HECKERT, 2004, p. 43).

É diante de tais asserções que afirmamos o lugar de potencialidade dos afro-brasileiros, pois ele têm transfigurado a todo momento as adversidades da vida, significando caminhos que foram abertos historicamente com os Quilombos, e por meio de revoltas individuais ou coletivas, desde a chegada dos primeiros negros no século XV (AZEVEDO, 1987).

Nessa perpétua abertura de brechas em continuar guerreando para tornar a realidade menos dura, e produzindo uma vida mais potente que seja digna ao ser alicerçada na ótica da leveza de possíveis, é que eles se mantêm inventando suas existências.

Destarte, o caminho do negro da periferia é delineado pelo embate cotidiano em fortalecer parte da sua história. Isso requer astúcia, coragem e composições coletivas.

Evidentemente que ele luta contra as variadas tentativas de dominação. No entanto, para ser ouvido e agregar pessoas diversas em suas contendas, ele deve atentar-se ao quão imprescindível é constituir políticas de amizade. Acreditamos que para ela ser construída, é mister produções coletivas em que coexistam diferentes maneiras de povoar o mundo numa emenda de ideias polifônicas, a partir das quais a “[...] amizade afirme-se sempre a ponto de ser desfiada” (MIZOGUCHI, 2016, p.64).

As políticas da amizade são o principal lastro a efetuar passagens estratégicas de resistência contra a opressão racial. Assim, se faz necessário que o negro não esqueça e valorize, primeiramente, a sua “quebrada”, seu “gueto”, sua “periferia”, pois contribuir na tessitura dialógica entre os moradores é afirmar a existência de uma rede de saberes que passa por ali. Por meio da troca de relatos e do estreitamento de vínculos na comunidade, emergem afetos que lhes permitem ter acesso a memórias e a conquistas pelos antigos moradores de ambientes como creches, escolas, transportes, etc.

Conseqüentemente, vamos nos dando conta de que, por meio das interlocuções, é possível estabelecer alianças e, a partir delas, tecer arranjos coletivos que possam fortalecer também a percepção de autores e produtores das suas histórias.

Entretanto, quando nos remetemos à noção de comunidade temos que ter cuidado para não adentrar terrenos movediços que retificam o termo, sem levar em consideração a singularidade das vidas. *Pari passu*, ao citarmos as formas de produções coletivas, levamos em consideração as contribuições de Gotardo (2011), que vão de encontro a uma noção de comunidade-indivíduo ao não levar em conta às possíveis serializações provocadas por “reduzir o coletivo a uma junção de iguais.” Portanto, estamos de acordo com a autora ao enunciar que:

Procuramos afirmar, assim, uma outra ideia de comunidade, definida pela comunicação de singularidades, pela potência de agremiação sem delimitação espacial ou temporal, pelo encontro que se abre ao outro, à afetação, ao contágio e às novas experiências (GOTARDO, 2011, p. 131).

Nesse contexto, embora haja divergências entre moradores que trabalham no tráfico de drogas e entre aqueles que não trabalham, é comum verificarmos relações pautadas em redes de solidariedade entre os pares. Um exemplo disso é a ocorrência de não raras barbáries, como extermínios da população pobre e negra pela ação do Estado, que se utiliza de mecanismos repressivos numa forma de dissimular a história e os processos de resistência que se dão na periferia.

São nessas redes de solidariedade que se refazem silêncios ruidosos, mantendo-se a tradição da oralidade dos antigos moradores de guetos de exclusão, que recordam a quantidade de sangue derramado dos nossos antepassados para resistir como (re) existência, “[...] criação de modos de agir que afirmam a inesgotável potência de criação que constitui o vivo” (HECKERT, p. 477, 2014).

Dessa maneira, uma cadeia de memórias perpassa pelos corpos negros que habitam as favelas. Desde cedo, aprendemos que a vida humana se eterniza através do conto das histórias, pois são elas que produzem ressonâncias em nós e nos fazem pensar no outro como composição de uma paisagem diversa. Histórias que expressam nossa condição de humanos, seres sociais, coletivos e produtores da vida (REIS, 2010). Histórias polifônicas que, ao serem omitidas da historiografia oficial, nos ensinam a articular outras narrativas cimentadas em afetos, debatendo subjetividades que foram construídas como tentativa de anular o devir revolucionário negro⁴. Daí a importância em avivar a memória das lutas e enfrentamentos que o povo negro tem travado e que Fanon, citado por Mbembe (2014), aponta como necessidade de uma “descolonização do pensamento ocidental” que não leva em consideração a pluralidade das vidas de outros territórios existenciais. Talvez, se houvesse uma mudança nessa relação verticalizada, poderíamos exercitar um devir-mundo que ultrapassasse as fronteiras estabelecidas pelo atual campo de forças.

Logo, o pensamento que nutre nossa ideia sobre a história é que ela “é uma sequência de situações [...] em continuidade de múltiplos segmentos do ser vivo” (MBEMBE, 2017a, p.52). É por meio e entre as histórias que as experiências intangíveis são fundidas, permanecendo vivas na memória dos personagens que atravessam a nossa caminhada. Elas são construídas com muitas marcas que se sedimentam em nossos órgãos mais sensíveis: internos como o coração, externos como a pele.

A memória e a recordação põem efetivamente em jogo toda uma estrutura de órgãos, todo um sistema nervoso, toda uma economia de emoções no centro das quais está necessariamente o corpo e tudo o que o ultrapassa (MBEMBE, 2017b, p.208-209).

E, para não esquecermos que tantas outras substâncias compõem os fluxos corpóreos, personificamos a alma numa imensidão processual pela qual são delineadas ações, pois são elas que movimentam a nossa história. Portanto, pensar esta dissertação é recordar os embalos das muitas mãos que me fizeram acreditar em possibilidades, porquanto é duro ter a alma cheia de desejo e se descobrir objeto em meio a outros objetos no mundo (FANON, 2008).

⁴ Devir aqui está sendo usado no sentido formulado por Deleuze e Guattari. O devir para estes autores não significa estar conforme a um quadro de referência, ser semelhante a algo, ao contrário é expressão de processos de diferenciação. O devir implica singularização, fuga de um quadro de referência dominante assentado na figura universal do homem branco, heteronormativo. Afirmar-se negro, é aqui entendido como modo de escape, de resistência aos quadros de referência dominantes. A este respeito indicamos DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs*, v. 4. São Paulo: Editora 34, 1997.

Achamos importante explicar ao leitor que quando nos referimos ao termo “alma” neste texto, estamos evocando crenças, divindades, espiritualidade, fé e alegria, ou seja, a ancestralidade do povo africano. E, como descendentes, comungamos do sentimento de pertença às suas tradições. Procuramos também enfatizá-la metaforicamente, baseada numa abordagem afroperspectivista⁵, de maneira que possa contribuir na experiência do afro-brasileiro ao ampliar as discussões feitas por uma psicologia ainda branca e ocidentalizada.

1.1 ESCOLHAS: PESO OU LEVEZA NA AUTONOMIA EM FAZÊ-LAS?

Muitas pessoas, especialmente aquelas mais velhas, fizeram ecoar em meus ouvidos os ensinamentos da vida e, com a agudeza de suas vozes, aqueceram neste corpo um anseio desbotado que insistia em refugiar-se para longe dos olhos, parecia inexistente: o direito de sonhar. Este relutante anseio desbotou porque gastava muito corpo; vivia lutando; às vezes vigoroso, mas sempre em alerta (BAPTISTA, 2001). Por conseguinte, é nessa relação com o outro que tenho aprendido a ser areia e pedra de estradas das quais nos integram, alicerçando as camadas desse corpo em construção para os enfrentamentos cotidianos que se dão nos espaços nos quais transitamos.

São nessas misturas experienciais que nascem as nossas incertezas e são ilustrados os caminhos pelos quais imaginamos impenetráveis, mas nelas também se condensam um mar de questões que nos faz mergulhar em nós mesmos ao sermos afetados.

Frequentemente somos tomados por uma cólera que beira a tentação de buscarmos respostas naquilo que acontece nas relações por vezes paradoxais. Relações que fortalecem as nossas lutas, mas que também nos deixam alertas para a necessidade de constantes invenções como forma de escapar às capturas das quais todos nós estamos sujeitos neste campo de forças. Entretanto, será que talvez não devêssemos aprender a cultivar a arte dos encontros antes de tentarmos elaborar aquilo que se passa a partir das nossas angústias e experiências?

⁵ NOGUEIRA, R. **O Ensino De Filosofia e a Lei 10.639**, Rio de Janeiro, Pallas Editora, p. 45, 2014. “Em linhas muito gerais, afroperspectividade significa uma linha ou abordagem filosófica pluralista que reconhece a existência de várias perspectivas”.

Pensar em um problema de pesquisa não é nada fácil, porquanto em certa medida falamos por nós, através de angústias que permeiam sentimentos, e pelos tantos outros que gritam no silêncio, mesmo sendo muitas vezes amordaçados. Acho envolvente como a vida se inscreve num plano de muitas voltas e reviravoltas. Pensar em construir este projeto tem sido energizar-me com as mãos de meus antepassados, razão pela qual elas ficam trêmulas para descrever um pouco do meu percurso na temática a que nos propomos estudar. Algumas vezes na vida fazemos escolhas complexas e equivocadas equiparando-se talvez a um livro “[...] um grande livro que é sempre o avesso de um outro livro que só se escreve na alma, com silêncio e sangue [...]” (DELEUZE, 2013, p. 96).

Desse modo, para conciliar o trabalho de operador ferroviário com o curso de Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo, e realizar um sonho que também era de diversas pessoas, foi necessário diluir as pedras do meio do caminho em areia. E, trilhando os contornos para tentar enxergar sentidos outros que transbordassem a atividade laborativa, experiências me foram propiciadas, cujos declives- aclives foram e continuam sendo os retalhos deste corpo em construção. Talvez não ter utilizado a dureza do vivido apenas como meras descrições, sem acessar possibilidades de lutas por uma vida mais digna, passasse naquele momento pela força dos meus braços, pelos olhares e ruídos da indústria. Eram eles que me moviam dia a dia nas locomotivas sob os trilhos ferroviários, onde eu exercia minha atividade laborativa que se estendeu do ano de 2006 ao ano de 2009.

Mesmo naquela condição de trabalhador de fábrica, notava que meus sonhos poderiam ser potencializados pelo sentimento de alforriar-me da condição imposta socialmente, pois o espaço que ocupamos também pode nos impulsionar para o campo político de apostas que é, em certa medida, uma localização de nós mesmos no tempo. Essa localização à qual me refiro se dá numa perspectiva afrocêntrica⁶ enunciada por Asante na qual “refere-se [...] ao lugar psicológico, cultural, histórico ou individual ocupado por uma pessoa em dado momento da história” (ASANTE, 2009, p. 96).

⁶ ASANTE, M. K. “Afrocentricidade”: notas sobre uma posição disciplinar. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros, São Paulo, Selo Negro, p. 93, 2009. “A ideia afrocêntrica refere-se essencialmente à proposta epistemológica do lugar”. Neste sentido, a afrocêntrica implica tomar como ponto de partida a perspectiva africana e da diáspora para analisar o mundo e os sujeitos, as condições de vida dos afrodescendentes.

Desse modo, o tempo contribuiu na forja incessante de um olhar mais sensível perante as questões da vida, possibilitando-me entender que os obstáculos fazem parte da luta. Eles podem ser aliados para nos fortalecer se nos dispusermos a encarar as dificuldades do mundo. Assim, semear a construção de um corpo voltado ao toque das inquietações é ter o olhar cintilante à espreita dos ensinamentos de Mbembe (2017b, p.40), o qual afirma: “[...] que a vítima de hoje poderá, amanhã, transformar-se em carrasco ao serviço do seu senhor. Não é de estranhar que o liberto de hoje se torne um proprietário e caçador de escravos amanhã [...]”.

As dificuldades cresceram de maneira exponencial e um acontecimento contrastante adensou minha caminhada no ano de 2009, quando após várias tentativas de conversas, recebi como devolutiva da empresa o discurso da incompatibilidade de atuação que havia entre um operador industrial com a formação em psicologia. Paradoxalmente, sentia-me muito feliz em ter conseguido ingressar na Universidade no primeiro ano de implementação do Sistema de Cotas Sociais, e entristecido com a possibilidade de desemprego. É nesse cenário que solicito o trancamento da graduação e começo a estudar para concursos.

Naquele mesmo ano ingressei na Polícia Militar do Estado da Bahia, (meu estado de origem), com a perspectiva de atuar para contribuir na tessitura de relações com a comunidade que viessem a transformar e subverter uma lógica alicerçada em mecanismos de controle e regulamentação da vida. Acreditava que aquela atividade laborativa me possibilitaria estudar e exercer de maneira diferenciada uma função de Agente de Estado que fosse contrária às práticas vivenciadas na pele durante minha juventude, por meio de olhares estigmatizantes e violentas abordagens. Depois de um período em que atuei na corporação do ano de 2009 até meados de 2013, percebi que aquele espaço ia de encontro a tudo aquilo em que acreditava, pois era permeado por violências e a cada atuação eu me questionava como era possível recomençar com algo que alimentasse não apenas meu corpo, mas também meu sonho. Como eu me desvencilharia de processos institucionais alienantes que mortificavam sujeitos e anulavam as suas lutas pela vida?

Desta maneira, ao ser violentado constantemente pelo mar de aflições, somos, muitas vezes, deslocados através de apostas que disparam no peito a coragem para criar mecanismos inventivos que nos fortaleçam e desnudem nosso medo de resistir diante das batalhas travadas

na vida. Fui sendo tocado com as palavras de Foucault (2010, p.43) e percebi que “[...] uma frente de batalha perpassa uma sociedade inteira, contínua e permanentemente, e é essa frente de batalha que coloca cada um de nós num campo ou no outro. Não há sujeito neutro [...]”. Nesse contexto, Barros (2012) também contribuiu para um aprofundamento de minhas reflexões, ao afirmar que uma escolha é, portanto, política, uma vez que implica interesses, saberes, poderes, que constituem modos de ver o mundo, de nele existir, de inventá-lo. Por essas e outras inquietações: por que não arriscar?

Decidi sair da corporação e trilhar um caminho que havia deixado pela metade. Retornei ao município de Cariacica, onde residia desde o ano de 1996, retomei o curso de Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo e, em meio aos desafios e dificuldades, apostei em habitar espaços que me oportunizassem travar lutas cotidianas contrárias aos modos de vida enrijecidos. Em meados de 2013, ingressei como extensionista no Projeto de Extensão Redes de Políticas no Território e, por meio de inúmeras discussões e reflexões coletivas, tento curar feridas horrendas misturadas com as agruras da desilusão profissional. Aos poucos, sou acolhido pelos novos companheiros e contagiado por um frescor entranhado no peito através do signo inexplicável de felicidade que irrompia pelos poros, o sentimento de alegria e alívio por construir saídas coletivas para um processo de fragilização que circundava a caminhada.

Percebi os vastos desafios que contrastavam com a minha recente trajetória. Aquele momento poderia ser uma chance de recomeço e ressignificação por meio do qual eu poderia tecer relações sociais que afirmassem possibilidades de fissuras em maneiras cristalizadas de viver. Essa empreitada se apresentava como uma peça teatral da qual nunca havia participado, mas que estava diante dos meus olhos e poderia contribuir sensivelmente para reforçar os processos de resistência e as lutas que se dão na periferia, os quais nunca saíram da minha memória.

É nítido que há interesses nefastos em pacificar esses espaços com medidas especificadas por Mbembe (2018, p.17), que, ao correlacionar o conceito de biopoder formulado por Foucault (2009), faz menção ao racismo e aponta que “[...] parece funcionar mediante a divisão de pessoas que devem viver e as que devem morrer [...]”. Nesse contexto, no final de 2015, após andarilhamos pelo território de Cariacica e atuarmos com os movimentos comunitários da região de Campo Verde, procurando entender a falta de políticas públicas demandadas pelos

moradores, percebemos a ausência da população juvenil dos espaços de debates com temáticas relevantes para o bairro.

Esses espaços eram as ruas, as poucas praças do município e, principalmente, o local onde aconteciam as reuniões para problematizar o excesso de medidas do Poder Público em segurança pública e a sua abstenção em questões relativas ao saneamento básico e as obras de infraestrutura. Comunidades que sonhavam em resgatar um rio à beira da morte tinham como sonho a construção de mais praças e que os seus jovens tivessem nesses espaços algo assegurado constitucionalmente no Capítulo II, Dos Direitos Sociais, art. 6º: o lazer (BRASIL, 1988).

Nesse sentido, ao analisar modos de se fazer políticas públicas no Aparelho de Estado, Heckert (2004) fornece pistas precisas sobre as relações de poder, pois elas engendram práticas políticas. Assim sendo, acreditamos que existem batalhas infundáveis a serem travadas, pois é flagrante o desmanche de políticas públicas como Saúde, Educação, Previdência e Assistência Social, conquistadas juridicamente na Carta Magna de 1988, e a não implementação de outras tantas das quais carecem lutas quotidianas para que sejam implementadas em Cariacica. Portanto, estamos de acordo com as lições de Foucault ao afirmar que:

[...] o poder se exerce em rede e, nessa rede, não só os indivíduos circulam, mas estão sempre em posição de ser submetidos a esse poder e também de exercê-lo. Jamais eles são o alvo inerte ou consentidor do poder, são sempre seus intermediários. Em outras palavras, o poder transita pelos indivíduos, não se aplica a eles (FOUCAULT, 2010, p.26).

Notamos que os interesses individuais sobrepujavam os interesses coletivos, tornando-se algo nocivo que se somava às dificuldades de mobilização da comunidade para reivindicar direitos. Contribuía para esse fato as ações daqueles que se apresentavam como defensores comunitários a fim de garantir e perpetuar um modo particularizado de “politicagem”⁷ no município, contrastando dessa forma com os anseios da população.

⁷ É comum no município de Cariacica a realização de eventos permeados por práticas de “politicagem” que visam a promoção individual para cargos políticos em detrimento ao que propomos neste trabalho que são as ações coletivizadas entre os jovens negros e pobres das comunidades periféricas.

Naquele momento de transição, eu me encontrava afetado pela leveza da mudança profissional, e os bons ventos entoavam uma forma diferente de me perceber, existir e agir diante de um novo processo de aposta e aprendizagem. Em contrapartida, ficava angustiado com o tamanho do desafio de encarar uma caminhada já em curso e me perguntava como eu poderia contribuir para fortalecer as ações dos novos companheiros. Enfim, como dar continuidade a uma história que pudesse ser analisada conforme a inteligibilidade das lutas, das estratégias e das táticas? (FOUCAULT, 2014).

Foi diante disso que meu percurso inconcluso foi sendo desenhado. Um corpo aparentemente congelado e fragilizado por suas antigas práticas nitidamente ganhou força, floresceu de vida. Começamos a entender a emergência da necessidade de conversas com a juventude cariaticuense para que pudéssemos colocar em análise nossas práticas enquanto projeto de extensão, debatendo como poderíamos atraí-los para as discussões. Chegava assim o momento de cartografar e habitar os espaços instituintes da população juvenil, porque observávamos um processo cruel de criminalização de suas ações. Ademais, o número de assassinatos de jovens negros da periferia se tornava alarmante no município, e nessa caminhada fomos conhecendo espaços potentes de diversas conexões coletivas.

Dessa forma, ao analisarmos a ausência juvenil em espaços institucionalizados, notamos que “[...] ao fugir a esses territórios modelares entra-se para a enorme legião de perigosos, daqueles que são olhados com desconfiança e, no mínimo, evitados, afastados, enclausurados e mesmo exterminados” (NASCIMENTO e COIMBRA, 2005, p.6).

1.2 QUILOMBANDO NA POLÍTICA DOS ENCONTROS E CONSTRUINDO POSSÍVEIS CAMINHOS PARA A PESQUISA

Desde que iniciamos a empreitada de abordar essa temática, sinto-me como um vulcão que em vários momentos parece iniciar seu processo eruptivo. Às vezes, esse vulcão se abala, dependendo da profundidade com que suas palavras são sentidas ou tocadas naqueles que travam batalhas ao nosso lado e abraçam a causa pelo fim do racismo. Outrora, esse vulcão é abalado e estremece, seja pela percepção da incipiência do modo que as lutas se dão, seja pelo medo de trilhar na vasta passagem de sangue derramado pelos nossos ancestrais.

Isso não quer dizer paralisia ou falta de lucidez do sonho da extirpação do olhar racista. Pelo contrário, é entender que para estancar as feridas abertas ao longo dos séculos, se requer paciência, porque não é algo que se conquista rapidamente. Com muito espanto, vivenciamos em pleno século XXI discussões acerca dos inúmeros casos de racismo, porquanto depois de muito sofrimento para tantas pessoas, esperaríamos repúdio a essas práticas. No entanto, “[...] as estruturas das relações raciais não têm se modificado desde os tempos coloniais até os dias presentes. Ontem eram os africanos escravizados. Hoje são os negros discriminados” (NASCIMENTO, 2017). Talvez, um dos grandes ensinamentos para nós seja não romantizar aquilo que fomos e somos capazes de fazer em nome da humanidade de uns e em detrimento de outros, pois aprisionar pela disseminação de discursos alienantes na construção histórica do negro e escravizá-lo é desumanizá-lo de sua existência. Em certo sentido, a ação predatória de extermínio contra a população negra vai além de mera casualidade, e é forjada injustificadamente pela disputa de recursos dos quais somos todos subjetivados a nos construir como um campo de disputa.

Fica visível nesses processos de subjetivação que há uma maneira apriorística de elevar a raça branca, dita mais forte, em prejuízo de outra, a dos negros, sujeitada pelo discurso racista e brutal, como se não integrasse a sociedade e não fizesse parte da construção da história brasileira. Consoante com o pensamento de Fanon, acreditamos que “[...] é o colono que fez e continua a fazer o colonizado” (FANON, 1979, p. 26), ou ainda “[...] é o racista que cria o inferiorizado” (FANON, 2008, p. 90).

Assim, uma vez que não eliminamos o racismo na vida e na imaginação do nosso tempo, é preciso continuar a lutar por um mundo-para-lá-das-raças. Mas para chegar a este mundo, à mesa do qual todos somos convidados, ainda é preciso obrigarmos a uma exigente crítica política e ética do racismo e das ideologias da diferença (MBEMBE, 2017b, p. 295)⁸.

Nesse campo político, nossas palavras são bordadas pelo desejo, e nos dias tão duros que temos passado, vamos nos perguntando de que maneira nosso trabalho pode contribuir para criar redes condizentes com modos outros de existência na vida das pessoas que sofrem com a discriminação e opressão, especificamente aqui no solo espírito-santense. É nesse cenário de ebulição, e, ao mesmo tempo desejo, que nosso trabalho espera levantar questões não apenas

com as durezas impostas socialmente, como também dar visibilidade àquilo que é produzido como sinônimo de resistências.

Para tanto, precisamos reconhecer e minar com aquilo que Mbembe (2017b) entende como uma “efabulação e enclausuramento do espírito”, que são elementos construídos acerca da raça (ou do racismo). Afinal, é a partir da ruptura e da renegação dessa construção simbólica que poderemos ter uma participação mais efetiva no mundo. Desse modo, dismantelar olhares fabricados e viver consoante as imposições tempestivas é entender que a volatilidade da relação utilitária com o outro pode minar lutas. Isso corrobora no entendimento da importância em se produzir afetos que culminem com o exercício de se construir redes de coparticipação.

Talvez essa maneira cuidadosa de se pensar as relações possa nos fornecer pistas de como ter ânimo e proceder na caminhada a partir dos processos disruptivos pulverizados ideologicamente para nos separar. Por isso, acreditamos que qualquer forma de vida coexistente no mundo, onde a existência seja um modo de nos perfazer diante do outro na sua diferença, parece-nos pilares que engendram essa busca por modos mais suaves de resignificação de nós mesmos. Noutras palavras, equivale “à descolonização do pensamento” (FANON, 2015, apud NOGUEIRA, 2014, p. 43).

Temos acompanhado os coletivos de juventude do município de Cariacica e há relatos de que o jovem com atuação destacada dentro da sua comunidade sofre toda sorte de medidas abusivas do aparelho policial, tais como: contínuas abordagens, agressões físicas e ameaças. Eles nos alertam sobre as barreiras que precisam transpor para realizar eventos cujo expoente é a interação de expressões culturais criminalizadas pela mídia para obter o controle de suas vidas e despolitizá-los em suas justas reivindicações. No entanto, isso não tem impedido que haja mobilização dos seus integrantes para promover debates temáticos sobre o modo segregacionista de se pensar a cidadania que foi e tem sido criado pelo Estado.

Por conseguinte, a juventude tem ocupado espaços, como as ruas e as poucas praças públicas do município, ainda que precárias e esfaceladas, na tentativa de romper com discursos alienantes sobre o estigma construído acerca do morador juvenil de periferia.

[...] Essa juventude pobre e marginalizada cria e inventa outros mecanismos de sobrevivência e de luta, resistindo teimosamente às exclusões e destruições que vivenciam diariamente em seu cotidiano e conseguindo, muitas vezes, escapar ao destino traçado pela lógica do capital e entendido como inexorável e imutável (NASCIMENTO e COIMBRA, 2005, P. 13)

Durante a pesquisa, notamos práticas de solidariedade que vão desde o acolhimento de histórias, não necessariamente felizes ou tristes, até manifestações que abrangem a troca de experiência na área de criação artística como o sarau, o grafite, a rima, a dança ou batalhas de rappers.

Observamos que as ações contribuem para debater os problemas advindos da desigualdade provocada pelo sistema capitalista, no qual a produção de miséria em massa visa fortalecer o poder aquisitivo de poucos. Também ouvi relatos de que tais práticas diminuem a guerra entre os jovens que atuam no tráfico. Foram inúmeras as histórias de jovens que, ao participar dos eventos culturais promovidos pelos coletivos de juventude, se alegraram com a interação entre as pessoas e passaram a rever suas práticas dentro da comunidade, enveredando-se por caminhos diferentes, engendrando-se assim noutras lutas.

É difícil descrever a sensação de viver experiências em territórios porque elas são algo que nos passa, nos acontece, nos toca numa maneira descontínua, que não deixa de ser intensa pela escavação de afetos como angústias esperançosas (LARROSA, 2002). Elas se escrevem na carne e, ao mesmo tempo que nos constrói, nos desconstrói diante da nossa surdez ou cegueira. No entanto, elas também contribuem para metamorfosearmos-nos com os sedimentos do vivido. Alicerça esse entendimento reflexivo a postulação de que “a leitura do mundo precede a leitura das palavras” formulada (FREIRE, 2013, p.79).

Diante de tais asserções, temos tomado cuidado para não reforçarmos a lógica da temporalidade, na qual muitas vezes somos mergulhados e não nos damos conta de que somos tanto vítimas como senhores algozes do imediatismo que amplia e afasta o lugar das experiências. Por isso, nessa caminhada procuramos estar atentos para não nos afogarmos nas falsas impressões de apostas no campo dos direitos.

Para efetuar esta pesquisa, utilizamos como método as contribuições teóricas da pesquisa-intervenção, que nos colocam em contato direto com o campo e as possíveis transformações

do espaço que se dão na interação entre pesquisador e pesquisado, os quais são sujeitos de produção de dados e compartilham do processo de pesquisa (ROCHA; AGUIAR, 2003). Dessa maneira, busca-se problematizar ações que não são dissociadas da participação e da análise do pesquisador, sendo uma produção que, segundo Heckert e Passos (2009), visa à interrogação das práticas naturalizadas que se materializam nos estabelecimentos.

O objetivo desta pesquisa foi participar de ações e debates reverberados a partir do percurso que tivemos no Programa de Extensão Redes no Território, travando conversações com quatro Coletivos de Juventude Negra das comunidades de Nova Rosa da Penha, Flexal I, Flexal II, Aparecida, no município de Cariacica, onde construímos uma relação que transpõe os muros da Universidade e as linhas divisórias que demarcam a periferia. Nessa perspectiva, comparecemos nas ações com os coletivos de juventude sem que houvesse uma relação sujeito-objeto a ser pesquisado e psicologizado. Com isso, buscamos compreender as demandas dos jovens no campo político e fortalecer os espaços nos quais eles têm circulado e ocupado.

Nessa caminhada, ouvimos silêncios, observamos alegrias, tristezas em suas diversas manifestações e participamos das invenções e produções coletivizadas com pessoas militantes que também lutam no combate do racismo. Alargamos o diálogo entre os Coletivos de Juventude, o Redes e o Círculo Palmarino - braço do Movimento Negro no Espírito Santo. Houve avanços em debates com a vazão das vozes dos jovens que retumbam da periferia de Cariacica, e elas nos propiciaram o entendimento de que têm sentidos múltiplos na afirmação da vida. Fizemos entrevistas com todos os dez jovens participantes dos quatro Coletivos de Juventude Negra que aceitaram participar da pesquisa, pois eles convivem cotidianamente com as mazelas da opressão e fazem parte de um tecido social dissonante das práticas sacralizadas do Estado. Cumpre citar que, mesmo com a maioria dos participantes desta pesquisa tendo idade que variavam entre 18 e 29 anos, nossa concepção de jovem nesta pesquisa está de acordo com Cordeiro (2009), pautada na produção de experiências sem reduzi-los a modelos idealizados. Para ela, ser jovem “[...] muito além de uma experiência geracional, diz respeito a viver múltiplos pertencimentos [...] é estar permanentemente em trânsito nessas experiências de vida[...].” (CORDEIRO, 2009, p.56).

Em síntese, falar de juventude como construção social pressupõe romper com uma aparente homogeneização e implica considerá-la como diversidade, seus

pertencimentos sociais e seus campos de interação e ocupação do espaço urbano, questão essencial nesta perspectiva de estudo [...]” (CORDEIRO, 2009, p. 57).

E, ainda, Carrano:

Os jovens na sociedade não constituem uma classe social, grupo homogêneo como muitas análises permitem intuir. Os jovens compõem agregados sociais com características continuamente flutuantes. As idealizações políticas que procuram unificar os sentidos dos movimentos sociais da juventude tendem a ser ultrapassadas pelo contínuo movimento de realidade (CARRANO, 2003, p.110).

As perguntas que fizemos na entrevista foram elaboradas pelo grupo de orientação, mas não necessariamente de forma sistematizada, pois muitas questões compareceram nas conversas. Este roteiro foi composto apenas para nos balizarmos no diálogo com os jovens. As perguntas a eles foram:

1. O que cada integrante do coletivo pensa sobre o racismo?
2. Já presenciou algo relacionado? Qual foi a intervenção?
3. Já foi vítima de racismo? Gostaria de relatar alguma situação a esse respeito?
4. Acha que existe alguma relação entre os Coletivos de Juventude e as lutas contra o racismo?
5. Tem efetuado ações para fortalecer as lutas contra o racismo? Quais?

As conversas se intensificaram em setembro de 2018, quando expliquei aos coletivos que estava fazendo uma pesquisa sobre a juventude negra e os enfrentamentos das práticas de racismo em Cariacica, mas o diálogo já vinha sendo construído desde 2015 com as atuações do Projeto de Extensão Redes no Território. Eles ficaram animados em participar e eu utilizei primeiramente de um diário de bordo, pois,

[...] A pesquisa-intervenção requer, por isso mesmo, uma política da narratividade. Aqui o modo de dizer e o modo de registrar a experiência se expressam em um tipo de textualidade que comumente é designado como diário de campo ou diário de pesquisa (BARROS; PASSOS, 2009, p. 173).

Posteriormente, fizemos a entrevista e elas foram gravadas com o consentimento dos participantes. Alguns, porém, solicitaram que algumas falas não fossem gravadas, mas inseridas na pesquisa por se tratarem de racismos cometidos contra eles. Todos os jovens que participaram da pesquisa têm nomes fictícios, com exceção das produções poéticas daqueles que nos pediram para inserir os seus nomes e por isso se encontram no texto.

Para aprofundarmos um pouco mais sobre as questões já enunciadas até aqui, é importante mencionar ao leitor que estruturamos a dissertação em cinco capítulos, que abarcam também as considerações iniciais e as considerações finais. No entanto, convém ressaltar que procuramos elaborar o texto na perspectiva de ativar um modo participante de sentir essas palavras no corpo daqueles que forem ler este trabalho. E é por essa razão que conceitos como raça e racismo são afiados desde o início do texto.

Nomeamos como primeiro capítulo as considerações iniciais que acabamos de enunciar, na qual falamos um pouco sobre o percurso do pesquisador e os motivos que o levaram à escolha da temática, bem como as suas implicações, o problema de pesquisa, o caminho metodológico que adotamos e os seus objetivos.

No segundo capítulo, apresentaremos o município de Cariacica, algumas memórias e os Coletivos de Juventude, contextualizando as lutas e as movimentações que acontecem.

No terceiro capítulo, discutiremos mais detalhadamente sobre os conceitos de raça, racismo e como esses conceitos foram forjados ao longo da história. Discorreremos como tem acontecido os processos de resistências no território de Cariacica, e como ele tem sido criminalizado. Debateremos também como foram forjados esses conceitos ao longo da história, analisando seus efeitos e analisando os processos de criminalização da juventude.

No quarto capítulo, debateremos os processos de criminalização da juventude negra. Por fim, no quinto capítulo, enunciaremos as proposições finais desta pesquisa, mas ressaltando que as linhas do campo de análise seguirão inconclusas e seguirão abertas para novos contos.

2 CONHECENDO CARIACICA⁹ OU CARIJACICA E OS RETRATOS DE LUTAS DO SEU TERRITÓRIO

Ao chegar no Espírito Santo e estabelecer morada no município de Cariacica, tive um misto de sensações que escapam da fala, a maneira de descrever o novo, o desconhecido. Da

⁹ Bezerra (2009) afirma que Cariacica era o nome do rio que descia de uma pedra gigantesca de nome Muxanara e uma serra adjacente. Muxanara, Monchuar, Munchuar (veio de diamantes) ou Munchuauara (pedra irmã), nome

necessidade de constituir laços sociais surgiram os primeiros amigos que incitaram em mim muitas perguntas sobre a cidade, e foram eles que apresentaram alguns atalhos de deslocamentos no território cariaciquense.

A partir daí vieram outras inquietações, como a pouca movimentação de alguns espaços pelos moradores, os relatos de casos de extermínio pela força policial e as imposições que algumas comunidades sofriam por serem criminalizadas, mas que se mostravam vivas pelas poucas criações coletivas, tais como as rodas de samba e outros ritmos, como o rap e o funk. Podemos dizer que a dúvida abre caminhos perspicazes e a sede de ter dias melhores traz uma curiosidade que nos incita a ler sobre o lugar em que vivemos e, não menos importante, ouvir as histórias que não são contadas nos livros, mas ainda assim afrontam o tempo e as enunciações endurecidas. Entretanto, também é importante se valer daquilo que já foi produzido, para utilizarmos de maneira estratégica e transformar as informações existentes dos meios oficiais em ferramentas de lutas, pois desse modo ampliamos os debates.

Assim, ao ter acesso às histórias de Cariacica, ficamos informados de que: De acordo com os dados do último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE),¹⁰ em 2010 o Estado do Espírito Santo possuía 78 municípios com uma população de 3.514.952 habitantes, estimando para o ano de 2018 um total de 3.972.388 pessoas. O município de Cariacica se situa na Região Metropolitana da Grande Vitória (ES) com uma população registrada em 2010 pelo IBGE de 348.738 e estimada em 2018 para 378.603.

Conforme o site da Prefeitura Municipal de Cariacica (PMC),⁸ cerca de 96% da população se concentra no centro urbano, mas possui 56% de suas terras localizadas na zona rural, sendo um importante polo turístico que tem como um dos seus cartões postais o Moxuara.¹¹ E, não menos fascinante e graciosa, a Reserva Biológica de Duas Bocas,¹² que já foi utilizada como fonte de água para a capital Vitória. Habitualmente, olhava a elevação que nós nos encontrávamos em relação às outras comunidades, e me alegrava em saber que no meio do

popularizado como Moxuara para nomear o granito que é um dos símbolos da cidade. E, Cariacica foi a denominação da linguagem tupi para anunciar a chegada do homem branco.

¹⁰ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/panorama>. Acesso em 22/05/2019. ⁸ Disponível em: www.cariacica.es.gov.br/turismo. Acesso em 22/05/2019.

¹¹ Considerado o ponto turístico natural de Cariacica. Disponível em: www.cariacica.es.gov.br/cultura. Acesso em 22/05/2019.

¹² Foi criada como reserva florestal em 1965 e transformada em reserva biológica em 1991. Disponível em: www.cariacica.es.gov.br/cultura. Acesso em: 22/05/2019. As informações acerca do Parque Moxuara e a Reserva Biológica de Duas Bocas encontram-se tanto no link da Secretaria de Cultura quanto na de Turismo.

morro havia saídas de acesso ao braço de mar. Saía pela manhã para admirá-lo e tentava deduzir outras paisagens escondidas na minha imaginação, mas que apareciam nas histórias contadas pelos recém amigos da comunidade. Eles sempre relatavam que muitos morros de Cariacica, situados nas proximidades da região do bairro Porto de Santana, eram refúgios de negros fugitivos da escravização.

Figura 1- Monte Moxuara



Fonte: www.cariacica.es.gov.br/cultura.

Figura 2 - Reserva Biológica de Duas Bocas



Fonte: www.cariacica.es.gov.br/cultura.

Esses núcleos de invenções e de insurgências contra a escravização foram espalhados por vários lugares do Espírito Santo, e são símbolos de resistência negra na luta pela autonomia dos seus corpos e ficaram conhecidos como Quilombos. Nos ensinamentos de Abdias Nascimento, contudo, “Quilombo não significa escravo fugido. Quilombo quer dizer reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão existencial (NASCIMENTO, 2009, p. 205). Segundo Nascimento (1980 apud OLIVEIRA, 2016), essas organizações sociais já eram empregadas pelas lideranças negras durante os séculos XVI, XVII e XIX no continente africano, entre os povos de língua *bantu*, antes de surgirem no Brasil.

O termo quilombo, no contexto africano *bantu*, era empregado para se referir à organização social das vilas, povoados, capitais, feiras, mercados e acampamentos guerreiros. Nesse sentido, para muito além da fuga, os milhares de quilombos no Brasil têm sido formas de organização social de diferentes experiências e saberes herdados e transmitidos por meio da autonomia na produção, nas interações sociais e nas trocas comerciais, embora as instituições estatais e religiosas e as iniciativas de interesse privado da exploração da mão-de-obra tenham, historicamente no Brasil, tentado controlar essa autonomia (OLIVEIRA, 2016, p. 195, grifo do autor).

Nesse contexto, ao ler e citar o estado do Espírito Santo, temos ficado atentos para não incorreremos no risco de reafirmar apenas uma história “oficial” e oficiosa, especialmente sobre o município de Cariacica, pois ele também é vítima da historiografia enviesada brasileira que tenta endeusar alguns personagens e animalizar outros, conforme percebemos abaixo:

O português valendo-se das prerrogativas de descobridor, apoiado por sua potência marítima, trouxe as primeiras levas de desterrados e patriotas aventureiros. A terra era imensa, as florestas inacabáveis, e o índio, indolente, desconfiado e rebelde. A solução foi o trabalho escravo do negro africano, que aqui veio trazendo o seu vigor físico, o seu sangue e sua coragem para desbravar a terra virgem. Índio, branco e negro são os elementos fundamentais da nossa formação racial (BEZERRA, 2009, p. 43).

Bezerra (2009) também reconhece, contudo, que negros e indígenas já haviam penetrado no interior do território cariaciquense e essa influência foi o pilar na colonização do município. É importante pontuarmos que o Espírito Santo foi a Capitania que mais fez contrabando de negros entre os séculos XVI e XVII e, segundo Oliveira (2016), há sobre essa questão uma unanimidade entre os historiadores.

No entanto, nunca houve passividade entre os negros escravizados. A revolta, as lutas e a resistência fizeram parte desse contínuo processo que adubou o solo cariaciquense ao multiplicar a gana dos corpos daqueles que ainda vivem. Ao remeter-se aos dados documentais sobre os mecanismos de resistência ao escravismo, Oliveira (2016) cita que no “então distrito de Cariacica” do século XIX havia mais gente nos quilombos do que nas fazendas dos senhores. Isso mostra apenas um exemplo das inumeráveis páginas, pouco relatadas na história, que ilustram as batalhas travadas por alguns antepassados para se adquirir a liberdade sobre suas vidas e suas tradições.

Nessa circunstância, houve transformações socioeconômicas como a imigração e a construção da Estrada de ferro Vitória-a-Minas, inaugurada em 1904, que contribuíram na modificação do espaço cariaciquense, sendo que “os primeiros imigrantes trazidos para Cariacica datam dos anos de 1829 a 1833, registrando-se um total de 400 [...]” (BEZERRA, 2009, p.43).

No entanto, é somente a partir da segunda metade do referido século que a região começa se expandir, com a vinda de portugueses, que traziam os africanos como mão-de-obra escrava, atraídos pela concessão de sesmarias. Em 1865, chegam também as famílias alemãs, provenientes de Santa Leopoldina e Vila Isabel, fixando-se em Biriricas e Pau amarelo. Essa população ocupava-se na agricultura, principalmente no plantio do café (INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES-IJSN, 1984, p. 8).

Bezerra (2009) informa que, em 18 de dezembro de 1837, a Lei nº 5 elevou a região à condição de freguesia, passando a ser denominado como Distrito de São João Batista de Cariacica. O vice-presidente da província, Dionízio Álvaro Rezende, dizia em seu artigo:

‘A Freguesia de São João de Cariacica limitar-se-á com a de Santa Leopoldina, pelo rio Tauá até o de Calamba em seu braço norte; daí o morro do Carangejo, em face

da mesma linha seguindo o rio do braço de Mangaray, e por este a seus confins' (BEZERRA, 2009, p. 39).

Em 1864, a Lei nº 2, de 11 de novembro, do presidente Eduardo Pindaúba de Mattos, dividiu o território em dois distritos, denominados de paz da freguesia, compreendendo também o distrito de Itaquari e, de acordo com Bezerra (2009), houve inúmeras mudanças radicais. Essa dinâmica temporal e espacial nas relações sociais se transformou e abriu caminhos para outras controvérsias, desta vez relacionadas às fronteiras da região e, segundo Bezerra (2009, p. 39), “[...] foram sanadas com o processo divisório da lei 11 de novembro de 1937, assinada pelo presidente da República, Getúlio Vargas [...]”.

Com aumento do número de habitantes, Cariacica conseguiu garantias políticas que culminaram na sua independência e foi elevada à categoria de Villa de São João de Cariacica através do Decreto nº 57, de 25 de novembro de 1889, assinado pelo governador do estado Constante Sodré (BEZERRA, 2009). Dalapícola (2011) corrobora com esse momento de transição e acrescenta com riqueza de detalhes que:

No dia 30 de dezembro de 1890, aconteceu a solenidade oficial de instalação de Cariacica. Na sede do município, nessa data, os Poderes Legislativo e Executivo foram constituídos. A câmara Municipal passou a ser representada por quatro vereadores, naquela época chamados de governadores. O termo Câmara Municipal também não era utilizado. Em seu lugar dizia-se Paço Municipal, que de acordo com o Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa significa palácio real ou episcopal (DALAPÍCOLA, 2011, p. 13).

Cariacica, porém, só vai ser elevada à categoria de cidade em 02 de março de 1938, com a *Lei Geográfica do Estado Novo*, que impunha aos seus governantes a delimitação do seu quadro regional. Naquele momento o município passou a ter dois distritos: Cariacica (Sede) e Itaquari (IJSN, 1984, grifo do autor).

Embora Cariacica ainda se configurasse geograficamente com características rurais (BRUCE, 2007; IJSN, 2004), houve avanço no processo de desenvolvimento urbano, que propiciou parte da população sair da agricultura e ocupar outros postos de trabalho, como o comércio e o transporte de mercadorias. Alguns fatores contribuíram para a expansão urbana e estão associados à construção de dois portos em Cariacica - o Porto Velho e o de Cariacica (Sede), a construção da Estrada de ferro Vitória-a-Minas (1904), já citada acima, e a construção da Ponte Florentino Ávidos em 1928, que liga Vitória ao município cariaciquense (BRUCE, 2007; IJSN, 1984).

Soma-se a isso que:

Na década de 40, algumas medidas, tais como a inauguração da CVRD (1942) com a construção da oficina de carros e vagões em Itacibá (1943) e as estações de Flexal (1945) e Vaso Coutinho (1947), a implantação da Companhia Ferro e Aço (1946); e a abertura da estrada Vitória ao Rio, (ainda que rudimentar, em 1948) vem fortificar o processo de expansão urbana nas regiões de Itaquari e Jardim América (IJSN, 1984, p. 13).

Nas décadas de 70 e 80, Cariacica teve um grande fluxo migratório, conforme aponta (IJSN, 1984), que culminou com um aumento de 378.85% na sua população, em decorrência da erradicação da produção do café, se transformando no mais importante polo industrial da região. Porém, como nos lembra Oliveira (2010):

A ocupação territorial desse município se deu em grande parte, em função da instalação de grandes empresas no Estado do Espírito Santo. À época da instalação dessas empresas- Companhia Vale do Rio Doce, fundada em 1942, hoje conhecida como Vale; e a antiga Companhia Siderúrgica de Tubarão fundada em 1983, hoje Arcelor Mittal-, houve uma grande confluência de pessoas de várias partes do Brasil para o Espírito Santo. Durante o processo de instalação, essas empresas absorveram um contingente considerável de trabalhadores, sem necessidade de especialização. A continuação das atividades, entretanto, exigiu mão-de-obra especializada e, como fica claro nesse breve panorama, grande parte das pessoas que participaram na instalação não teriam lugar na empresa depois. (OLIVEIRA, 2010, p. 18-19).

A esse desenvolvimento local, impulsionado pelo surto industrial, representado particularmente pela CVRD, que tinha como uma de suas atividades o gênero de transportes (principalmente de minério de ferro), ocorre também a expansão de trechos que impulsionaram outras indústrias, e a criação de vários aglomerados urbanos como Morro da Companhia, Sotema, Itaquari e Itacibá (IJSN, 1984).

Figura 3- Vista aérea da pedreira da CVRD- Cariacica, Porto de Santana, década de 60



Fonte: Acervo digital do Instituto Jones dos Santos Neves.

Concomitantemente, advém a abertura de eixos viários fundamentais para a região, que são a BR-262, iniciada em 1964 (dá acesso a Belo Horizonte), a BR 101- Sul (liga o Espírito Santo ao Rio de Janeiro) em 1948, e a construção da rodovia José Sete em 1962, que ligava Vitória à Sede de Cariacica com a BR-262 (IJSN, 1984; PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA-PMC, 2012).

A partir da década de 1970, ocorre a desaceleração industrial de Cariacica e uma parte do contingente populacional foi absorvido em outros setores da economia local por meio do setor de serviços. A outra parte passou a trabalhar em outros municípios da Grande Vitória e apenas a *morar* em Cariacica, razão pela qual Cariacica ficou conhecida como o *município dormitório* (PMC, 2012, grifo do autor). Dessa maneira, as pessoas tentaram se instalar em locais do município que eram urbanizados e tinham alguma proximidade do Centro de Vitória para ter acesso ao trabalho e outros setores de serviços (IJSN, 1984). Oriundas, em sua maioria, do interior do estado (IJSN, 1984) e sem condições de se estabelecerem em outros lugares, boa parte da população ocupou alguns loteamentos como Porto de Santana, Flexal, e Rio Marinho, desprovidos de serviços como: água, luz, transporte, rede de esgoto etc. Coincidência ou não, o pesquisador reside nessa localidade do município e conforme aponta (IJSN, 1984):

Essa população migrante, em sua maioria de baixo poder aquisitivo, se instalou quase sempre de forma precária. No início dos anos 60, o processo de crescimento populacional da região, provoca as primeiras invasões consentidas. Exemplo disso foi a ocupação por operários da CVRD em terras da fazenda São João pertencentes a prefeitura Municipal de Vitória, dando origem ao bairro Porto de Santana (IJSN, 1984, p. 15).

Figuras 4 e 5- Vista parcial de barracos em Porto de Santana, Cariacica, 1978



Fonte: Acervo digital do Instituto Jones dos Santos Neves.

Figura 6- Rua Marilândia Morro do Meio, Porto de Santana, Cariacica, 1982. (Atual: Bairro Presidente Médici)



Fonte: Acervo digital do Instituto Jones dos Santos Neves.

Atualmente, Cariacica ainda convive com muitos problemas sociais, como o desemprego, a precarização de algumas políticas públicas relacionadas à saúde, à educação, à moradia, à assistência social e isso tem dificultado a vida dos seus habitantes. Contudo, essa não é uma exclusividade deste município e cabe relatar que na base de muitas lutas por direitos, houve conquistas coletivas que parecem mínimas. O calçamento de alguns morros, por exemplo, permitiu aos seus moradores o acesso ao transporte. Podemos citar também a construção de algumas Unidades de Pronto Atendimento (UPA) em algumas comunidades, destacadamente em Nova Rosa da Penha e Flexal II. São parcos avanços, mas fruto do engajamento produzidos a partir das inquietudes, inconformações de várias pessoas, as quais têm ainda o grande desafio de manter e expandir outros direitos.

2.1 MEMÓRIAS DE UM MORADOR- PESQUISADOR DE CARIACICA

A pesquisa em Cariacica foi um dos momentos mais confrontadores pelos quais já passei nesta vida, porque nunca imaginei que as inscrições experienciais dificultassem as análises sobre o espaço onde vivemos ou nossas próprias práticas. O início foi de tamanha dificuldade que não conseguia associar as alegrias que me foram proporcionadas no município com as lutas e, por isso, ficava mergulhado em reproduções que afirmavam um território alheio às invenções de existência.

Costumo dizer que as paisagens cariaticuenses, de tão densas, são misteriosas e requerem a paciência de se misturar com as pessoas, as casas, os rios, as nascentes, os carros e asfaltos, as

ruas de terra e becos, e todos os elementos orgânicos e inorgânicos que compõem esse município. É necessário sermos cuidadosos para não afirmarmos apenas as coisas que faltam. Nem por isso, devemos esquecer que práticas absurdas ainda imperam, e muitas pessoas já perderam e continuam perdendo suas vidas por pensarem diferente ou por questionarem modos encrustados nas politicagens.

Quando somos mais jovens pouco sabemos sobre as reverberações desse processo e muito menos entendemos os riscos de se atuar em espaços permeados por esse artifício. Gostava de escutar músicas e a voz de um locutor alegrava boa parte das pessoas da comunidade e ele, ao se envolver na política do município, logo foi calado com 10 tiros enquanto apresentava seu programa de rádio. O pouco que se sabe é que, na época, ele era um dos opositores políticos de Dejair Camata (Cabo Camata), o prefeito de Cariacica daquele período de governo. Cabo Camata foi um político advindo da Polícia Militar que, ao ser eleito, não se preocupou em elevar o índice de Desenvolvimento Humano (IDH), tão pouco com as Políticas Públicas do município. Pelo contrário, criou um grupo de 22 homens responsáveis por espantar os supostos “marginais” que vivessem em Cariacica, e deu um ultimato a eles ‘a cair fora do seu território’ (SACRAMENTO, 2018). Não à toa o até então candidato à presidência da República, Jair Bolsonaro, mencionou em uma entrevista concedida ao programa Pânico da Jovem Pan esse lendário político para fazer referência ao seu pleito eleitoral e afirmar a sua política bélica caso fosse eleito. Porém, não custa lembrá-lo de que:

Entre as acusações contra Camata estavam a ligação com grupos de extermínio, jogo do bicho e no assassinato do deputado e radialista Antário Filho, morto a tiros no estúdio da rádio enquanto transmitia a programação de réveillon nos últimos minutos de 1997.

Em 1998, Camata foi flagrado em uma blitz e preso sob a acusação de transportar armas do Paraguai. Estava com três pistolas calibre 40 (de uso restrito das forças armadas), um revólver 38 e uma escopeta calibre 12. Esta última com numeração raspada, artifício que dificulta a identificação de armas empregadas em delitos.

No aspecto administrativo, a gestão de Camata foi marcada por atos de improbidade administrativa, com desvios de recursos de mais de 8 milhões de reais. O vice-prefeito Jesús Vaz denunciou o esquema e foi vítima de um atentado à bala, do qual saiu vivo. Segundo o autor dos disparos, foi Dejair Camata quem encomendou a tocaia (SACRAMENTO, 2018, on-line).

Por essas e outras razões, foi dificultoso para mim articular processos que desvinculavam o município das barbáries que vivenciei como morador e eram constantemente pulverizadas para produzir o medo. Cito esses fatos macabros para que não nos esqueçamos deles, e para que não se naturalizem, uma vez que é cotidiana a tentativa de calar todas as vozes que se elevam

contrariamente às práticas repressivas do município. Existem outros fatos varridos da história sobre os quais precisamos buscar informações, mesmo sendo mínimas, para reascender a memória de pessoas que militaram contra a barbárie e deram o seu sangue em lutas por moradia, mas que são pouco lembradas.

A título de exemplo, podemos citar o assassinato do Padre francês Gabriel Maire ocorrido em 23 de dezembro de 1989. O bairro de Padre Gabriel, [...] hoje leva este nome em homenagem póstuma a um aliado das famílias que ali se assentaram. A região era conhecida como Barbados e este Padre participava de movimentos que pleiteavam, junto ao poder executivo municipal, a doação legal dos lotes para as famílias assentadas. Assentamento ocorrido após muitas lutas do Movimento de Luta pela Moradia (MNLM) (OLIVEIRA, 2010, p. 20).

Por isso, falar de Cariacica e trazer aqui nosso olhar sobre sua história não é demonizar os acontecimentos tristes, tampouco romantizar práticas extremamente cruéis de aniquilamento de vidas, mas sobretudo elevar memórias de lutas e resistências de pessoas que vivem ou viveram no município.

Assim sendo,

Memória e esquecimento são processos complementares, não se excluem, se anulam ou se opõem. A noção de memória das lutas de que partimos não diz respeito à lembrança dos fatos, conservados em suas formas, para recompor um passado e restaurar uma suposta verdade, mantendo o presente sem saídas, em compasso de espera, estancado e enterrado no que já foi. Essa memória das lutas diz respeito a fluxos descontínuos e intensivos de memória que arranham o presente, provocando estranhamento no presente e no passado [...]” (HECKERT, p.77, 2004).

Diante disso, optamos em dar ênfase nesse processo de lutas de outros tantos personagens cariaticuenses, porque em consonância com o pensamento de Foucault (2009) e Heckert (2004), a resistência vem primeiro. Assim, remontar algumas lutas é também falar das minhas, já que além de pesquisador, me encontro na condição de morador do município há vinte e dois anos. Lembro-me que certo dia, logo que cheguei à Cariacica, encostou no “pé do morro” um circo e a sonoridade dos anúncios chegavam imprecisas aos ouvidos dos moradores, mas não impedia alvoroços provocados por aquela novidade. Nunca tinha ido ao circo e já me alegrava ver a curiosidade das pessoas que eram gritadas em burburinhos e sorrisos espantados. Fiquei com a pergunta que acalorava meus pensamentos e certamente de muitos jovens que também não conheciam os efeitos das gargalhadas de um espetáculo circense. Seria aquela a oportunidade de conhecer de perto os artistas dos malabarismos, dos contorcionismos, as acrobacias, os ilusionismos? E os palhaços, seriam todos engraçados?

Àquela altura, já conhecia muitas pessoas, dentre elas alguns jovens de muita influência e representatividade no morro em que morava... Alguns não tinham seus pais, não tinham rede de esgoto em suas casas, não tinham comida e nem muito tempo para entretenimento. Eram jovens moradores e, assim como eu, não permitiam entregar a existência de suas vidas apenas à condição de precariedade, muito menos reduzir a capacidade de invenção e potência dos seus pensamentos. E, para a minha felicidade e felicidade geral daquele morro, fiquei sabendo por aqueles jovens d'outrora que todos os moradores que se sentissem entusiasmados em ir ao circo teriam o acesso desobstruído pelas burocracias monetárias e poderiam se divertir naquela noite.

Essa foi a primeira grande luta que presenciei no município e pude participar. Ela é uma das riquezas que guardo com detalhes e sempre acompanhará as minhas boas recordações. Aprendi que para sublevar-se em alguns espaços não existem fórmulas, exige otimismo e coragem e assim é possível produzir outras histórias que vão se desdobrando em outros processos transgressores de existência.

Logo que ingressei no Projeto de Extensão Redes no Território, e ainda estava na graduação, comecei a ter acesso a outras comunidades em Cariacica sobre as quais já tinha ouvido falar, mas nunca tinha tido a oportunidade de visitar. Foi muito interessante porque comecei a ampliar o meu olhar na vastidão do município através das ações realizadas pelo Redes, coincidentemente nesses locais. E isso provocou uma grande mudança de postura política em mim quando o assunto era relacionado a Cariacica.

Particpei com os meus companheiros de várias reuniões em bairros como Campo Verde, Vila Graúna, Santo Antônio, Bubu, Planeta I e II, Santa Luzia, Itaquari. Foram experiências esplêndidas, porque tive a oportunidade de conhecer outras pessoas, com ideias bastante heterogêneas. Fui a reuniões que aconteceram nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) em escolas, em ruas, em praças, no terraço das casas de moradores, na Secretaria de Educação do município (SEME), na Câmara Municipal, no extinto Conselho de Juventude e em igrejas. Curiosamente, a temática dessas reuniões na maioria das vezes dizia respeito à juventude e, como já dissemos, ela não se fazia presente e tampouco era convidada a participar de algumas decisões.

Decisões como a rotatividade em cargos de direção de escolas, construção de praças (com acessórios como rampa de skate, palco para realizar um sarau ou batalhas de rima) e não menos

importante, a composição do Conselho de Juventude para avaliar políticas relacionadas a ela não tinham a participação dos jovens. Nessa perspectiva de indagar aquilo que não é mostrado ou é invisibilizado, intensificamos a ida a algumas comunidades, diminuimos a ida em outros espaços e não nos desvinculamos de outros, como o Conselho Municipal de Juventude. Àquela altura, nos perguntávamos: acontecem movimentações juvenis em Cariacica? Se elas acontecem, onde seriam esses espaços? Os espaços são tutelados? Se são tutelados, o motivo é a criminalização da juventude?

Depois de muitas dúvidas, e com o número alarmante de jovens negros da periferia sendo assassinados, decidimos utilizar a máxima de Lourau (2004)¹³, que é transformar para conhecer. E nessas idas e vindas no território tivemos contato com pessoas que realizavam trabalhos condizentes com nossas indagações. Certo dia, recebemos o convite para irmos a uma comunidade que se chama Roda d'água, para participar de uma conversa com os moradores que lá se juntavam para realizar manifestações culturais. Como o projeto de extensão estava cartografando esses territórios, topamos ir para ouvir e propor com eles algo que pudesse de alguma maneira fortalecê-los. Lembro que a nossa presença se fez num domingo e lá chegando ficamos fascinados pelo lugar de beleza indescritível! Além disso, fomos muito bem recebidos por um senhor negro retinto, o Mestre Tagibe. Ele era a pessoa responsável em repassar todos os seus ensinamentos sobre o Congo Capixaba aos jovens da região, além de contribuir na organização das atividades que movimentavam o local.

O Congo para Bergamim e Rabelo (2017) é uma manifestação folclórica com danças, cantigas coreografadas e lideradas por um mestre, sendo que os primeiros grupos teriam surgido por volta do século XIX, resultante da cultura dos afrodescendentes. Tivemos a alegria de ouvir as histórias de Itagiba Cardoso Ferreira (Mestre Tagibe) e fiquei impressionado por ele ter enfatizado a oralidade como uma ferramenta importante, além de ter mencionado um outro aspecto intrínseco ao congo e a outras expressões culturais afro-brasileiras: a religiosidade. Essa afirmação está em consonância com os ensinamentos de Santos (2016, p. 225), que discorre sobre isso e cita que “[...] o ritual religioso incorpora-se ao ciclo social, fazendo parte da vida [...]”. Além disso, fortalece saberes, tradições e as memórias coletivas de um povo.

Ao falar do Congo Capixaba, o mestre Tagibe contou para Bergamin e Rabelo (2017) que:

¹³ LOURAU, R. O campo socioanalítico. In: ALTOÉ, S. **René Lourau – Analista institucional em tempo integral**. São Paulo: Hucitec, 2004.

[...] os negros fugidos da Revolta em Queimados na Serra, município que faz divisa com Cariacica, adentraram a região de matas de Roda D'água e arredores em busca de um local seguro para viverem, onde realizaram algumas construções que se deterioraram com o tempo. Ali sedentarizaram-se e expressaram sua cultura e fé por meio da batida do Congo, desta forma muitas Bandas de Congo surgiram ao redor do monte Mochuara, símbolo do Patrimônio Natural do município de Cariacica, que serviu de abrigo para os negros escravos fugidos de fazendas, tendo o número de habitantes acrescidos principalmente após o fim da escravidão (BERGAMIN e RABELO, 2017, p. 1984817X).

O mestre Tagibe também nos disse coisas belíssimas sobre seu pai, herdadas dos ensinamentos do seu pai mestre Gabiroba, que lhe falava de como conviver no mundo a partir de uma ótica de respeito ao meio ambiente, às diferentes crenças e saberes que o tempo tratou de não apagar da sua memória. Nas minhas lembranças elas ficaram imprecisas, porque de tão sábias, algumas palavras não se reproduzem.

Figura 7- Carnaval de Congo de Cariacica



Fonte: <https://www.cariacica.es.gov.br/noticias/66964/carnaval-de-congo-celebra-fe-e-culturano-dia-29>

Ele é uma daquelas pessoas míticas de Cariacica que transmite energia e força para outros corpos e só depois de muito tempo pude compreender aquele feito de sair rumo a um lugar longe da minha comunidade, mas que produziu em mim afetações a partir da curiosidade em se movimentar em outros territórios. Não imaginava que o Carnaval de Congo e Máscaras¹⁴ seria uma representação que ultrapassasse gerações. A descrição feita por ele sobre as resistências envoltas nas produções eram frutos colhidos pelas invenções de cada dia, mesmo nas diferenças de outras manifestações.

Portanto,

Não perdendo de vista que as bandas de congo apresentam variações importantes na sua forma de se organizar, podemos fazer uma descrição sumária de uma banda, tendo como critério os elementos que são comuns na maioria das bandas do Espírito Santo. Uma banda de congo comumente é formada por um pequeno agrupamento de pessoas, entre dez e quinze membros, entre instrumentistas (geralmente homens), cantoras (na sua grande maioria mulheres), mestre, guardião da bandeira, porta estandarte e crianças. Os instrumentos usados são oriundos da tradição afro-brasileira e ameríndia. O instrumento mais contagiante é o tambor de congo, confeccionado com um barril sem frente e fundo e com uma das partes tapadas com pele de carneiro. Os tocadores desse instrumento são os principais responsáveis pelo ritmo da banda. Outro instrumento importante é a casaca - ou reco-reco, casaco, cassaca, canzaco etc - da cabeça esculpida, tocada raspando uma vareta em umas das partes que se constitui numa superfície cheia de talhos transversais. Atualmente, é o instrumento bastante popular. Finalmente, temos a cuíca, confeccionada como um tambor de congo, mas com uma vareta fixada internamente onde se esfrega um pedaço de estopa molhada. O som da cuíca é bem grave, comumente chamado de ronco.

Para definir as músicas que serão entoadas, puxar os versos e imprimir o ritmo destaca-se a figura do mestre de congo, com seu apito, chocalho e buzina. O apito ajuda a marcar o ritmo de forma empolgante e avisa o início e o fim das toadas. O chocalho é feito com um cilindro em metal oco, recheado com contas ou sementes. A buzina - semelhante a uma corneta - é também confeccionada em metal e ajuda a voz marcante do mestre (SANTOS, 2016, p. 224-225).

Naquele momento, fiquei com a impressão de que as festividades também poderiam potencializar os encontros de memórias e essa sensação se distendeu ainda mais quando ele relatou que a região possuía outras cinco bandas, porém Santos (2016) aponta que Cariacica conta com nove. Seguindo as considerações e memórias do Mestre Tagibe sobre a sua comunidade, além da Banda de Congo Santa Isabel de que ele faz parte, existe a Banda Mestre Itagiba, Mestre de Congo São Benedito de Boa Vista, Banda de Congo São Benedito de Piranema, Banda de Congo São Sebastião de Taquaruçu, Banda de Congo Unidos de Boa Vista e uma banda de congo da Associação de Pais e amigos dos excepcionais (APAE) que

¹⁴ SANTOS, José Elias Rosa dos. **Negros no Espírito Santo**. 2ª ed. Vitória, (ES): Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2016, p. 225, (coleção Canaã, v.22). “Em Cariacica, é realizada anualmente no dia de Nossa Senhora da Penha o Carnaval de Congo e Máscaras, que reúne as nove bandas do município e convidadas”.

leva o nome do Padre Gabriel Roger Maire, o qual já mencionamos no texto (Diário de Campo, 2016).

Convém mencionar que em vários momentos da conversa o mestre Tagibe nos relatou que no Espírito Santo existia uma Mestra do Congo na região. Ele destacou a importância das mulheres congueiras nas danças e cantorias ou em enfeites desses espaços, e reconheceu que o lugar de mestra ainda é ocupado majoritariamente por homens.

Apesar do papel importante com o qual as mulheres contribuem para o êxito da Banda de Congo, percebe-se claramente que estas exercem um destaque secundário, pois somente uma Banda de Congo em todo estado do Espírito Santo possui uma Mestra de Congo (Dona Darinha), da Banda de Congo Unidos de Boa Vista, também de Cariacica. Portanto, a conquista e o respeito que Dona Darinha constrói em um universo de domínio masculino reflete nas mulheres congueiras, que percebem a necessidade de ocupar os espaços que também são seus na condução da cultura dentro de suas comunidades (BERGAMIN e RABELO, 2017, p. 1984-817X).

Nós nos enveredamos por outros caminhos e por isso não tivemos a oportunidade de conhecer a Mestra de Congo Dona Darinha e o trabalho que ela realiza na sua comunidade. Porém, achamos de suma relevância debater sobre as barreiras encaradas pelas mulheres para conquistar esse espaço que só ela ocupa no Espírito Santo e os desafios que outras terão para ocupar um lugar essencialmente representado por homens. Por outro lado, fiquei feliz porque na conversa com o Mestre Tagibe ele se mostrou sensível a essas questões, ao afirmar uma crença indissociável entre a coexistência da sua devoção com a herança da ancestralidade negra da qual as mulheres são protagonistas.

Assim, ficou evidenciado para mim que uma pesquisa não se faz “da noite para o dia”, sem vínculos, sem conexões de diálogos e debates com pessoas, tampouco sem ir aos diversos territórios que compõem os campos de forças e nos constituem. Nessa perspectiva, a ida à comunidade de Roda D’água e o bate-papo que tivemos com o mestre Tagibe foram interessantes porque nos mostraram uma série de conexões que podem ser feitas para movimentar alguns espaços, afirmando com isso o respeito às memórias construídas a partir das lutas. Ademais, as considerações feitas por ele enriqueceram nossas análises sobre outras resistências que aconteciam em Cariacica, e nos alertaram quão potente seria intensificar uma cartografia que estava em curso para acompanhar essas movimentações, das quais falaremos um pouco a seguir.

2.2 CAMINHANDO ENTRE-NO MEIO COM OS COLETIVOS DE JUVENTUDE DE CARIACICA

Depois de atuar por cinco anos no Projeto de Extensão Redes no Território e vivenciar mudanças relacionadas a entradas, saídas e voltas de outros companheiros, mudanças de foco na pesquisa, análises de nossas idas a campo e leituras dos relatórios produzidos, pude olhar para trás e compreender um pouco dos passos trilhados para construir esta dissertação.

Como já mencionei em linhas anteriores, no Redes participávamos de debates relacionados com as políticas públicas do município de Cariacica, mas as ferramentas que utilizávamos não contemplavam apenas a juventude, e muito menos tinham um recorte de cor. Contudo, à medida que aumentava a nossa participação nos debates, produziam-se demandas muito maiores do que imaginávamos e tínhamos preocupação em não conseguir dar conta de acompanhar todo esse processo que se avolumava.

Consequentemente, colocávamos em análise os possíveis efeitos de uma sobreimplicação (LOURAU, 1993) no grupo provocado pelo desgaste excessivo de energia, já que, além de intervenções nos espaços nos quais estávamos inseridos, nos demandaria fornecer as restituições compatíveis com a produção das análises. Somem-se a isso os desafios que tínhamos para não fortalecer as práticas institucionalizadas em outros territórios onde atuávamos, como a escola, acerca dos silêncios que eram produzidos sobre casos de racismos relatados por alunos negros.

Recordo que um dos analisadores que o Redes encontrou para visibilizar esses relatos foi a instalação de uma rádio escola, cujo intuito era fortalecer a implementação de um grêmio estudantil já criado, mas rapidamente dissolvido pela pouca mobilização dos estudantes e de alguns trabalhadores que tínhamos como aliados. Atrelado a isso, o número de assassinatos de jovens negros do município só aumentava e nos perguntávamos àquela altura: como seria possível debater isso em outros espaços e como desdobrá-lo em outras frentes de trabalho? Havia pessoas nessas comunidades que discutiam questões acerca dos enfrentamentos ao racismo?

Para nós essas perguntas se mostravam fundamentais para compreender o silenciamento de alguns corpos, situações de discriminação racial e a pouca adesão dos jovens aos territórios que já mencionamos, inclusive da universidade. Mas como atuar incisivamente com tantas indagações que aparentemente eram nossas?

Certo dia à noite, no ano de 2016, fomos a uma reunião representando o Redes no Conselho Municipal de Juventude e lá conhecemos um jovem muito risonho, inquieto pelas imposições de silêncios decorrentes daquele espaço, cujos processos são cruéis pelas ações instituídas por alguns de seus membros, mas que se mostrava importante ocupá-lo. Rapidamente nos apresentamos e ele relatou que representava a juventude negra em uma função comissionada naquele lugar para ganhar um dinheiro, mas que suas atividades estavam incongruentes com as imposições de seu cargo.

Durante a reunião, ele pontuou que as suas ações estavam se tornando prescritas e convergia com os interesses da Prefeitura do município, mas divergia com as do seu coletivo e as dos jovens da sua comunidade. De igual maneira, para ele também era inadmissível reuniões do Conselho de Juventude sem a participação de jovens. Levamos essas e outras considerações para a nossa supervisão e, mesmo com as incompatibilidades de horários das pessoas que compunham o grupo, intensificamos conversas com o coletivo desse integrante que mencionamos e com outros coletivos que cartografamos.

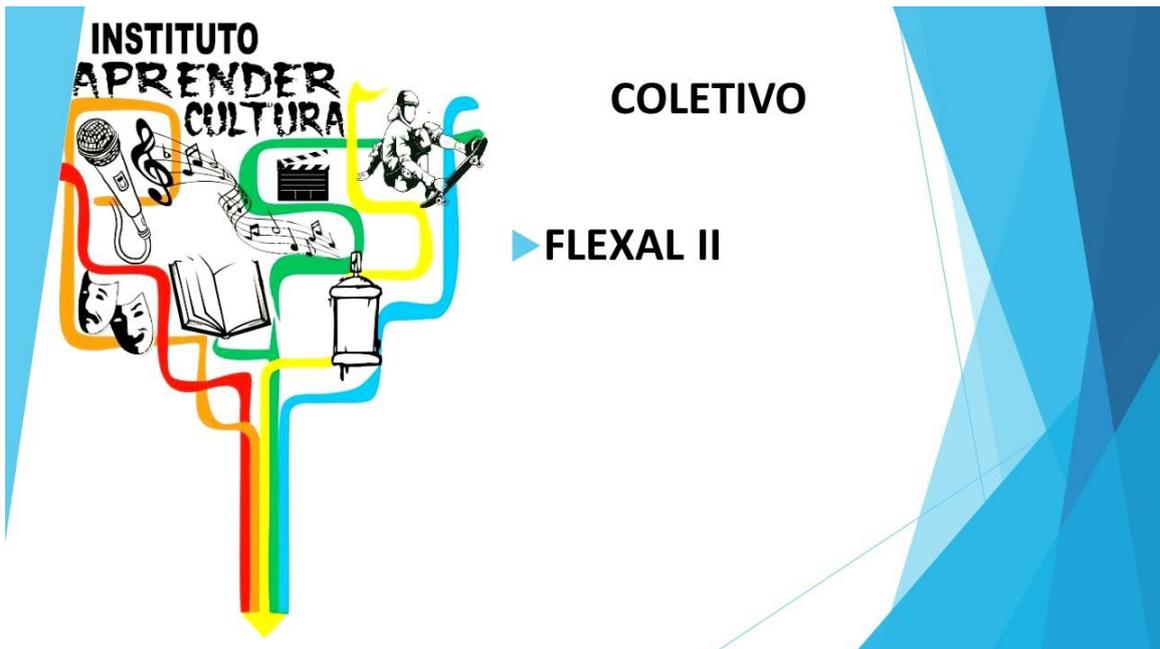
Nessa conjuntura de acontecimentos, fomos conhecendo pessoas que nos levaram a conhecer outros territórios, e começamos a participar de eventos culturais que debatiam as questões muito similares com as nossas apostas ético-políticas. Porém, esses eventos eram realizados preferencialmente à noite ou nos finais de semana e essa particularidade dificultava nossa mobilização para acompanhá-los, além de que não tínhamos a menor ideia de como contribuir nessas ações culturais. Diante desses fatos apresentados, vocês já devem ter indicações de quem organizavam os eventos. Mas onde aconteciam? O que isso tem a ver com tudo que foi mencionado?

Primeiramente, cabe apresentar os personagens principais dessa construção dissertativa que virá ao longo de toda a escrita, e que não seria possível pensá-la se eles não nos dessem a oportunidade de tecer um percurso a partir da ótica de possibilidades de outras movimentações. Talvez, ao emprestarem as lupas de suas criações e de outros modos de viver

com as invenções de alegrias que marcaram a vida desse pesquisador, tenha sido uma lição explícita de que em meio a tantas pedras, sempre haverá uma vidraça para ser estilhaçada. Refiro-me aos Coletivos de Juventude Negra de Cariacica.

Mas, afinal de contas: o que são os Coletivos de Juventude?

Figura 8- Coletivo Aprender Cultura



Fonte: Instituto Aprender Cultura, Bairro Flexal II.

Figura 8.1- Coletivo Batalha da Estação



Fonte: Coletivo Batalha da Estação, Bairro Flexal II.

Uma das dificuldades dessa escrita foi encontrar referências bibliográficas que conceituassem o que são os Coletivos de Juventude e as suas atribuições condizentes com as experiências desta pesquisa. Entretanto, ao garimpar nas pouquíssimas fontes existentes sobre a temática específica, e longe de querer totalizá-la, nos aproximamos da ideia de que os Coletivos de Juventude são sujeitos cujas ações são grupais, comunitárias e voluntárias que buscam enfrentar as diversas opressões (de gênero, orientação sexual, sociais, raciais, e outras) e fortalecer os espaços de diálogos para o exercício de direitos de sua cidadania (MAIA, 2013). Uma conexão interessante citada por Maia (2013) é de que nesse processo das lutas há uma constante transformação pela qual passam os movimentos sociais, e a juventude está inserida nesse contexto, ao se apropriar dessas mobilizações através de relações múltiplas e horizontais. Em suas constatações sobre isso, ela destaca que:

A nova feição dos movimentos sociais em rede, portanto, representa não somente uma alternativa à estrutura vertical rígida com a qual se estabeleceram partidos e sindicatos no século XX, então os canais mais pretensamente representativos das reivindicações de uma comunidade politicamente organizada. A proposta dos novos movimentos sociais também contém a necessária afirmação da superação das relações hierarquizadas e autorizadas, que muitas vezes se utilizava do medo e do terror como elemento agregador de indivíduos. A proposta revolve formas de pensar a própria coexistência humana em comunidade, com igualdade de direitos, integrados e, ao mesmo tempo, reconhecedores de seu pertencimento a grupos culturais diversos (MAIA, 2013, p. 67).

Figura 8.2 Coletivo Criatividade



Fonte: Coletivo Criatividade, Bairro Nova Rosa da Penha.

Em 2015, tínhamos tentado reunir esses grupos na Secretária de Educação do Município de Cariacica (SEME) e, naquela ocasião, por conta das divergências que existiam entre eles, nenhum dos Coletivos apareceu para debatermos questões sobre esse movimento que crescia dentro de algumas comunidades. As análises feitas depois desse episódio pareciam remontar um filme de suspense que já havíamos vivenciado com as lideranças comunitárias da região em que atuávamos em Campo Verde, e que resultou na nossa saída daquele espaço.

Uma das razões foram os embates entre eles pelas disputas por territórios eleitoreiros, a fim de controlar e tutelar alguns espaços da comunidade. E nós entendíamos que essas práticas contribuía com a ausência juvenil nos debates. Depois de ter presenciado muito tensionamento entre alguns membros dos coletivos, participei de um evento denominado de “Nós Por Nós”, organizado por um deles em 2016 e, para minha surpresa, a maioria dos integrantes estavam presentes.

Fiquei um pouco tenso e adotei como estratégia sentar-me na cadeira de mesa de bar e os convidei para sentarem comigo. Os integrantes de três coletivos, dos quatro que participaram desta pesquisa, me acompanharam e, para aquecer uma conversa, fiz a seguinte pergunta:

Figura 8.3 Coletivo Movimento Funk Capixaba



Fonte: Coletivo Movimento Funk Capixaba, Bairro Aparecida.

Pesquisador - *Tenho ido em algumas ações promovidas por vocês e tenho gostado bastante, mas essa ideia de Coletivos de onde surgiu? O que é um Coletivo de Juventude?*

Abejide¹⁵ - *Posso responder? Com certeza!*

Os demais assentiram.

Abejide - *Então mano, Coletivo de Juventude é isso aqui. Nós se junta pra fazer nossos corre porque se a gente não fizer ninguém faz. Só reclamar não vai adiantar, tá ligado? E outra: nós fica mais tranquilo no bairro porque a molecada se une e esquece um pouco das guerras, tá ligado?*

Daudi¹⁶ - *mano, essa parada de nomenclatura nós só usa pra escrever edital e ganhar a grana pra fazer o corre na favela. Pra mim, Coletivo é tá junto com a comunidade, tá movimentano a negrada. Mas, é difícil mano, tem muita interferência dos caras da política. Tudo quer se meter. Temos que pedir tudo a eles.*

Pesquisador - *Líderes comunitários?*

Abejide - *Também, mas tem as igrejas, a prefeitura e a polícia né? Nós traz um monte de gente pra fazer formação, tá ligado? Fala sobre um montão de coisa, arte, cultura, sexo, racismo e ainda somos tirados de vagabundo, tá ligado? E não ganhamos dinheiro com isso. Eu faço outros rolês pra sobreviver.*

Pesquisador - *E você Jelani¹⁷, o que acha?*

Jelani - *Mano os caras já falaram tudo, tá ligado família? Aqui na favela rola muita disputa mano e é irmão matano irmão. Se nós preto não fizer nada, isso vai continuar. O nossos corre são diferentes. Eu ajudo nas batalhas de rima e escrevo poesia. O Daudi canta e grafita, tá ligado? E o Abejide canta e organiza as paradas da quebrada dele. Tem um monte de diferença, entende? Mas isso que é Coletivo mano. Nós fazemos os corre e a favela se une e discute o que a gente pode fazer pra tá melhorando. Tem muito jovem entrando no tráfico e morrendo. Aí nós tenta compensar com a arte. Se todo mundo fizer um pouco na sua comunidade já vai fortalecer. (Diário de Campo, 06 de agosto, 2017).*

Figura 9- Evento TG¹⁸ para vida

¹⁵ Nesta pesquisa os nomes dos participantes são fictícios e serão de origem do continente africano, reafirmando com isso, que a composição dos territórios e idiomas de África são múltiplos. No idioma Ioruba (Nigéria) significa: **Nascido durante o inverno**. Em:

<https://raizdosambaemfoco.wordpress.com/2016/09/10nomes-de-origem-africana-e-seussignificados/meninos/> (Acesso em: 07 de junho de 2019).

¹⁶ No idioma Suarili (Quênia-Tanzânia) significa: **Amado**. Em:

<https://raizdosambaemfoco.wordpress.com/2016/09/10nomes-de-origem-africana-e-seussignificados/meninos/> (Acesso em 07 de junho de 2019).

¹⁷ No idioma Suarili (Quênia-Tanzânia) significa: **Poderoso**. Em:

<https://raizdosambaemfoco.wordpress.com/2016/09/10nomes-de-origem-africana-eseussignificados/meninos/> (Acesso em 07 de junho de 2019).

¹⁸ O TG para a vida surgiu com o M'c Thug através da ideia de realizar encontros entre os jovens para retratar o dia a dia da comunidade de Nova Rosa da Penha. A sigla TG é oriunda do antigo bairro Itanhenga que popularmente era conhecida como Taenga. De acordo com o Jornal **A Tribuna**. Vitória: 20/07/2008, p. 3. “[...] Itanhenga: o nome que significou durante muitos anos, uma identificação de lugar de violência em Cariacica, na verdade, tem um significado mágico. Como o território fica próximo a manguezal e existia uma concentração natural de gás metano no solo, devido à decomposição de matéria orgânica, a região tinha focos de fogo autônomos, ou seja, de repente. Quando isso acontecia, surgia um barulho característico, como um trovão. Daí o nome Ita, que significa pedra e nhenga que fala. Nova Rosa da Penha- nos anos de 1970, com o boom industrial e desenvolvimento da região da Grande vitória, Cariacica recebeu grande contingente de família do interior vindo para atuar na mão-de-obra daqui. Sem infra-estrutura [sic], elas viviam em Rosa da Penha, uma comunidade da região de Campo Grande. Com o tempo, centenas de famílias foram transferidas para Itanhenga. Como símbolo



Fonte: Coletivo Criatividade.

Em uma reportagem feita pela Organização das Nações Unidas no Brasil, a pesquisadora em coletivos culturais, Livia Abdalla, afirma que:

Os jovens que participam de coletivos se unem por causa do afeto, da ideologia, da vontade política de mudar a realidade e por acreditarem em uma mobilização não subordinada ao Estado e às instituições. Para eles, a política não é feita através de instituições. Mas sim de uma mudança do cotidiano, de uma mudança miúda, de ações do dia a dia, de uma forma diferente de pensar e estar no mundo” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 09/03/2017).

Também corroboram com esse pensamento, Augusto, Rosa e Resende (2016), ao proferirem que:

Embora sejam distintas as concepções de política e de resistência, assim como também são distintas as suas táticas de enfrentamento, os jovens contestadores cada vez mais buscam coletivos e associações não institucionalizadas, recusando as disputas por hegemonia que caracterizam as práticas de sindicatos e partidos políticos. A desconfiança e a descrença na via institucional levam-nos à elaboração de táticas distintas das tradicionais (AUGUSTO; ROSA e RESENDE, 2016, p. 25).

Pelo que percebemos, os Coletivos de Juventude se juntam para produzir pautas reivindicatórias por direitos que lhes são negados, e ocupam os espaços abertos com as múltiplas vozes da comunidade como forma de tentar se desvincular dos movimentos

de luta por melhorias, colocou o nome que representasse o passado recente, Nova Rosa da Penha" (ACERVO DIGITAL IJSN, 2016).

instituídos, mas que não significa o salvo-conduto de possíveis capturas no encadeamento das suas lutas. Desse modo, ao contestar situações de exclusão e inventar alternativas coletivizadas de lutas contra práticas que precarizam sua condição de existência, a juventude aquece redes que impulsionam formas de colaboração entre si, transgredindo regimes opressores imputados à sua vida.

Nessa perspectiva, Corrêa e Souza (2014) citam a importância da internet como uma das ferramentas que contribuem para movimentar as informações, pois elas lastreiam mobilizações de lutas em redes que ultrapassam suas comunidades e engajam outras movimentações. Cabe salientar que a potência dessas mobilizações perpassa pela autogestão dos coletivos de juventude, pois ao reconfigurarem os espaços de maneira descentralizada, como por exemplo os virtuais, onde também há reivindicações de contendas, criam oportunidades para exercitarem outras experimentações nesse conviver diverso que abrange diferentes linguagens e criam outras resistências.

Figura 9- TG para vida



Fonte: Coletivo Criatividade.

Convém mencionar que no evento “Nós por Nós” me detive a perguntar o que significava para eles a terminologia Coletivos de Juventude, e não adentrei em questões étnico-raciais. O Redes estava no início de conversas com os coletivos e ainda havia um clima de tensão entre estes grupos, ocasionada pelas disputas de editais do município para arrecadação de verbas que contribuíam na manutenção das manifestações culturais.

Apesar disso, já havíamos notado que a maioria dos representantes dos Coletivos que tínhamos conversado era negra, e boa parte das pessoas que frequentava os eventos também era ou tinha algum engajamento com a questão da negritude. Porém, naquele momento queríamos estar juntos e entender essa forma de ocupar e transformar alguns espaços, saber se existiam conexões entre eles, se havia contendas e quais seriam. Enfim, lançamos nossos corpos nesse campo a fim de sentir a potência dessas junções que abarcava mãos, vozes, braços e cores.

Foi nesse cenário de conversas, de convites, de idas aos eventos dos coletivos de algumas comunidades de Cariacica e, a partir da participação deles em algumas atividades do Redes na UFES, que os vínculos se aprofundaram. Por conseguinte, as questões foram sendo forjadas, lapidadas na imprecisão porque elas já estavam ali, mas para serem relatadas, talvez demandasse um tempo maior do que estamos acostumados a lidar, que nos escapa e compõe os processos de produção de subjetividade.

Foi a partir deste convívio que, um tempo depois, já iniciando o mestrado e acolhendo a proposta do Programa de Extensão Redes, esta pesquisa de mestrado foi proposta. As questões desta pesquisa emergiram deste território pisado e inventado pela juventude que habita as periferias de Cariacica. Com eles fizemos um Zine¹⁹ para registrar suas produções. Com eles tecemos os debates que fazem parte desta dissertação. Com eles se colocou o desafio de falar acerca do racismo que faz parte do cotidiano de suas vidas.

¹⁹ O termo zine vem de fanzine e refere-se a um tipo de publicação autoral e independente, sob a forma de revista, usada para veicular poesias, ilustrações, produções alternativas. O formato, o objetivo, o material usado e o conteúdo veiculado são decididos pelos autores da publicação. Muitos zines são feitos à mão e reproduzidos em xerox, podendo também serem divulgados em redes sociais e sites.

3 DIALOGANDO COM AS INVENÇÕES DA HUMANIDADE: RAÇA PRELÚDIO PARA O RACISMO?

Nosso principal propósito no debate que efetuamos nesta dissertação é apresentar ao leitor linhas emancipadoras que agucem a curiosidade voraz daqueles que se identificam contrariamente a todas as formas de opressão, sobretudo a racial. Com o objetivo de atingir essa finalidade, apresentaremos uma breve noção acerca da construção histórica da terminologia “raça” e a derivação do racismo. Não queremos perder de vista, porém, a preocupação metodológica de caminhar, coletivamente, com os construtores do texto desta dissertação, que são todos aqueles envolvidos nessa militância ininterrupta que é o antirracismo. Debater tal questão é fundamental para o que constitui a questão central deste trabalho: focalizar as lutas dos jovens que vivem nas periferias de Cariacica contra as práticas racistas que permeiam seus cotidianos.

Assim, mesmo nas possíveis divergências conceituais ou nas diferentes linhas de pensamento e contextos de avaliação, os diálogos desta produção textual têm como premissa contribuir na fomentação de um campo fértil. E que ela possa ser uma nascente, dentre as muitas outras existentes, dos debates fundamentais para o fim do racismo no país.

Dessa forma, devo-lhes informar que, ao tatearmos a “Questão Racial no Brasil” e colocarmos os pés nos estudos, ficamos surpresos com a abundância de autores afro-brasileiros que se dedicaram a essa discussão. Logo, vocês já devem imaginar o quanto é temeroso fazer afirmações que pareçam congeladas e não escapem das reticências, quando sentenciamos que há poucas produções acerca das relações étnico-raciais no Brasil. Isso porque o que parece ocorrer é um silenciamento, um desconhecimento de boa parte dos pesquisadores acerca do racismo e da negritude, possivelmente como efeito da discriminação acadêmica dessas produções intelectuais, o que Nogueira (2014) denominou de racismo epistêmico.

[...] Aqui, racismo epistêmico remete a um conjunto de dispositivos, práticas e estratégias que recusam a validade das justificativas feitas a partir de referenciais filosóficos, históricos, científicos e culturais que não sejam ocidentais. Em outras palavras, o projeto epistemológico moderno estabeleceu critérios para distinguir o que é conhecimento válido do que não é conhecimento. Com isso, o conhecimento gestado dentro de um desenho geopolítico ocidental é privilegiado em relação aos outros [...]” (NOGUEIRA, 2014, p.27).

Ao discutirmos assuntos relacionados com o povo negro, temos vivido dilemas que vão desde as barreiras silenciosas que permeiam boa parte dos espaços, efeitos da branquitude²⁰, até a negação do racismo. Ainda persiste a afirmação de uma parcela da sociedade que considera vitimismo a denúncia das práticas racistas direcionadas à população negra. Porém, nas conversas efetuadas com os jovens que atuam nos coletivos de juventude do município de Cariacica, essas questões foram mencionadas diversas vezes, conforme expressam as duas falas de membros dos coletivos de juventude de Cariacica e que mencionamos abaixo:

Angôro²¹ - *Pô mano, doer não dói não, a gente até acostuma, tá ligado? É uma parada que a gente vai acostumando com o tempo. Mas, não que a gente aceite, mas é palio mano. Igual, todo dia eu pego o ônibus para ir pra batalha mano. Mesmo o tênis sendo verde, você segue seu estilo, largado, pá. Os outros já te olha torto. Tá sentado aqui você chega perto pra ficar perto da porta eles já levantam na tóra e vai lá pra frente, tá ligado? Fica te fitando de cima embaixo até você meter o pé do ônibus. Igual ontem mano. Eu tava dentro do ônibus e o cara. O cara pegou o ônibus no ponto comigo. O cara conversando no ponto comigo. O cara entrou no ônibus e ficou na atividade comigo. Eu sinto isso tá ligado? É palio essa parada!*

Obuluayê²² - *A gente se sente ofendido quando acontece isso e creio que a maioria das pessoas se sintam, entendeu? A maioria das pessoas que passa por isso se sintam, tipo... É chato, a gente chega num local onde a gente tem a nossa galera que tá no mesmo corre que a gente. A gente chega, cumprimenta, se abraça, ninguém tem preconceito com ninguém. Aí a gente só desloca 10 metros à frente onde tem uma outra galera, a gente já vê uma repulsa. É uma parada que a gente se sente ofendido. Esse é ou não é o meu lugar? É aquela coisa de repensar: qual o meu lugar no mundo? Qual o nosso lugar dentro da sociedade? Tipo, a gente que tem que questionar a sociedade e não sociedade se encaixar em nós. É aquela parada, muito absurda né? Então, eu creio que a gente se ofende nesse caso, a gente se sente ofendido e parar uma hora assim... Porque todo mundo tem aquele momento, você para uma hora assim: para e reflete, pô véi, aconteceu por causa disso (**aponta para a pele**) tá ligado? Como que eu posso mudar isso, tá ligado? Não tem como mudar e não é um processo que cabe a nós. É com quem ofende. (Fala de jovens de uns dos coletivos).*

Temos percebido que, aos poucos, essa temática sobre o racismo vai aparecendo nas conversas e, aquilo que outrora se apresentava como fumaça e parecia intransponível, vai ruindo porque vai penetrando nos debates das ações entre os coletivos. Isso é muito importante, pois também nos ajuda a entender que há modos de produção de subjetividade que diferenciam os lugares de negros e de brancos no Brasil.

²⁰ Discorreremos mais à frente acerca desse conceito.

²¹ Angorô ou Nkongolo é uma das figuras míticas do universo bantu ligado aos movimentos de subida e descida das águas. Também se identifica com a cobra sagrada em todas as civilizações antigas. No Brasil ele é cultuado no candomblé como arco-íris. Em: (<www.paninondeoyamatamba.com>. Acesso em: 11 de abril de 2019).

²² É orixá ligado à evolução dos seres na Umbanda; significa 'Rei e Senhor da terra'. (Em: <https://umbandaecurto.com>> Acesso em: 11 de abril de 2019).

A noção de subjetividade²³ de que tratamos aqui é a ressignificação coletiva de acontecimentos que forjam as nossas experiências a partir dos processos que nos atravessam, nos desassossegam e, ao nos desassossegarem, nos movem para os lugares de lutas que se façam coletivizadas no cotidiano. Desse modo, ao pautarmos as lutas coletivas criando novos modos de existência (ROLNIK, 1995), estabelecemos outras relações com a nossa negritude e com a periferia. Assim, através da resistência e do fortalecimento político que se perfazem nas composições coletivas, nos parece haver caminhos outros de trincas em práticas modelizadas. Nesse sentido, embora a produção de subjetividade seja social e capture a todos nós, acreditamos que, ao questionar as modelizações que são agrupadas em torno dos corpos negros das comunidades de periferias de Cariacica, os coletivos de juventude têm como possibilidade a elaboração de artifícios que possam fugir dos controles policiais e midiáticos a partir de uma “subjetividade viva, encarnada” (GUATTARI; ROLNIK, 1996).

[...] Isso quer dizer que, ao invés de pretendermos a liberdade (noção indissoluvelmente ligada à de consciência), temos de retornar o espaço da farsa, produzindo, inventando subjetividades delirantes que, num embate com a subjetividade capitalística, a façam desmoronar (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 30)

Dessa forma, ao transformar a subjetividade de alienação e opressão por conta das relações que são vivenciadas pela estigmatização do seu corpo, os negros vêm se reapropriando disso para criar outras expressões, que Guattari e Rolnik (2013) denominam de processos de singularização. Penso que tais processos têm se passado nos encontros e nos debates feitos por esses Coletivos de juventude negra de Cariacica, dentro das comunidades de periferia. Porém, devemos estar atentos para que os processos de singularizações não sejam centralizados apenas nos Coletivos de Juventude, criando hierarquias nas formas de lutas. Pois,

A construção de máquinas de luta, de máquinas de guerra, de que estamos precisando para derrubar as situações do capitalismo e imperialismo, não pode só ter objetivos políticos e sociais que se inscrevam num programa, encarnado por alguns líderes e alguns representantes (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 177).

De acordo com Costa (2016), Fanon entende a subjetividade negra como um construto histórico-social, pois os problemas que são e foram colocados para os negros são diferentes em várias partes do mundo.

Acredito sinceramente que uma experiência subjetiva pode ser compartilhada por outra pessoa que não a viva; e não pretendo jamais sair dizendo que o problema do

²³ GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica Cartografias do Desejo**. Petrópolis: editora Vozes, 1996. p. 256. “A subjetividade coletiva, ela também, tem necessidade de uma prática em constante evolução”.

negro é meu problema, só meu, para em seguida dedicar-me a seu estudo [...]" (FANON, 2008, p.86).

Vagarosamente, ao iniciarmos a pesquisa e dialogarmos com militantes do Movimento Negro, com os Coletivos de Juventude que atuam em Cariacica, com os estudantes e professores que ocupam outros espaços de lutas, dentro e fora do meio acadêmico, fomos delineando dúvidas. Elas transbordaram num sem número de inquietações pela impossibilidade de obter apenas uma resposta, porém não esgotaram possibilidades para as perguntas e questões a serem debatidas em outras pesquisas. Recordo-me que um dos companheiros da pesquisa certo dia perguntou: "O que é raça para você? Qual a diferença entre preconceito e o racismo?"

Tamanho foi o espanto em procurar respostas que os minutos se passaram, o pesquisador ficou em silêncio e "caiu em si" sobre os contornos minuciosos da caminhada. Ele percebeu que ela pode ser muito dura, porque não é desprovida de responsabilidade e requer alternativas generosas. Por conseguinte, a leveza depende da sagacidade de produzir trilhas com o outro, a partir dos diferentes saberes que se perfazem coletivos na medida em que nos permitimos ser afetados e nos oportunizamos transformar as palavras em debates.

Naquele momento, percebi que o campo de pesquisa não se faz através da segurança e no imediatismo em formular respostas. Pelo contrário, ele se (des)faz na dúvida conjuntiva, ainda que haja um mundo emaranhado de respostas inconclusas e indefinidas. Esse companheiro múltiplo,²⁴ integrante da pesquisa, ao permitir misturar sua sensibilidade dialógica, disparou no pesquisador indeterminações que escaparam aos seus olhos. Permitiu outro olhar de um mundo à sua volta e forneceu-lhe boas pistas de inquietude que são indispensáveis para a pesquisa.

As dúvidas sobre aquelas perguntas persistiam em infiltrar esse corpo na sua porosidade e em ressoar aflições, mas logo aliviadas numa conversa metafórica com Achille Mbembe (2017b), em que ele calmamente faz um breve prenúncio:

²⁴ Esse companheiro múltiplo vem das muitas vozes que teceram esta pesquisa e forjaram este pesquisador. Vetor de inquietações disparado a partir da participação do pesquisador em espaços de debates que provocam rupturas no pensamento, tais como: as reuniões do Círculo Palmarino, o grupo de orientação, o Projeto de Extensão Redes no Território ou pessoas que participam das atividades realizadas pelos Coletivos de juventude de Cariacica.

É possível ficar impressionado com o recurso ao conceito de raça, pelo menos como temos vindo a traçá-la. Antes de mais, a raça não existe enquanto fato natural físico, antropológico ou genético. A raça não passa de uma ficção útil, de uma construção fantasista ou de uma projeção ideológica cuja função é desviar a atenção de conflitos antigamente entendidos como mais verossímeis- a luta de classes ou a luta de sexo, por exemplo [...]. (MBEMBE, 2017b, p.26-27).

Ouvi de outros autores que o termo raça surgiu no século XIX, a partir de acepções biológicas na Europa Ocidental, através de teorias como o darwinismo social, evolucionismo, determinismo social e geográfico e a eugenia. Tudo isso para justificar as relações de subalternização de alguns povos ditos inferiores (AZEVEDO, 1987; GUIMARÃES, 2012; MUNANGA, 2004, 2012; SILVA FILHO, 2012; SCHWARCZ, 1993). Segundo esses autores, essas teorias surgiram para tentar eliminar as “raças inferiores” e, como ciência, propunha a produção de nascimentos controlados.

O evolucionismo era entendido como “[...] uma simples recapitulação abreviada da evolução filogenética, o que significa que o indivíduo herda traços somáticos e o estágio mental corresponde à sua raça” (MUNANGA, 2004, p. 58). Schwarcz (1993) afirma que com o surgimento do conceito de raça, circunscrito a partir de modelos biológicos, a elite intelectual brasileira investiu em teorias raciais para estabelecer critérios diferenciados de cidadania.

[...] Denominada ‘darwinismo social’ ou ‘teoria das raças’ essa nova perspectiva via de forma pessimista a miscigenação, já que acreditava que ‘não se transmitiam caracteres adquiridos’, nem mesmo por meio de um processo de evolução social. Ou seja, as raças constituíram fenômenos finais, resultados imutáveis, sendo todo cruzamento, por princípio entendido como erro. As decorrências lógicas desse tipo de postulado eram duas: enaltecer a existência de ‘tipos puros’ – e, portanto, não sujeitos a processos de miscigenação - e compreender a mestiçagem como sinônimo de degeneração não só racial como social (SCHWARCZ, 1993, p.76-78).

Enfim, buscavam compreender as leis da hereditariedade humana baseados na noção de raça pura e de raça “degenerada” pela miscigenação.

Esse saber sobre as raças implicou, por sua vez, um ‘ideal político’, um diagnóstico sobre submissão ou mesmo a possível eliminação das raças inferiores, que se converteu em uma espécie de prática avançada do darwinismo social – a eugenia-, cuja meta era intervir na reprodução das populações. O termo ‘eugenia’- *eu*: boa; *genus*: geração – foi criado pelo cientista britânico Francis Galton [...]” (SCHWARCZ, 1993, p.78, grifo do autor).

A eugenia incluía ideias científicas sobre raça que, na época, consideravam os negros como inferiores e os mulatos, como degenerados. Afirmava também que climas

tropicais como o do Brasil enfraqueciam a integridade biológica e mental dos seres humanos. Assim sendo, os eugenistas do século XIX estavam convictos de que a população brasileira exemplificava a degeneração biológica (TELLES, 2003, p.43).

Aqui, adotaremos a terminologia “raça” como uma construção social desprovida de associações ou caracteres biológicos, porquanto inexitem dados científicos que diferenciam o genoma humano (SILVA FILHO, 2012; TELLES, 2003). Nessa direção, a noção de raça neste trabalho é entendida como um potente operador de estratificações sociais. Nas palavras de Santos (2014, p. 32), a noção de raça é:

[...] mecanismo de estratificação social pautado na percepção da diversidade fenotípica, como a cor da pele, textura do cabelo, formato da boca, nariz. Nessa perspectiva, raça se estrutura como mecanismo relevante e potente que opera determinando símbolo de distinções sociais, alocando indivíduos na estrutura estratificada socialmente. Sendo assim, as desigualdades sociais e raciais são historicamente produzidas, constituindo-se como frutos de relações de poder assimétricas, sociais e politicamente engendradas [...] (SANTOS, 2014, p. 32).

Assim, temos ficado atentos com o conceito de “raças”, porque o Nazismo se apropriou dessa nomenclatura para legitimar a supremacia e o extermínio de milhares de pessoas na Alemanha, na antiga Iugoslávia, em Ruanda e em outros países (GOMES; MUNANGA, 2016). Mesmo analisando as implicações dessa terminologia, Moore (2016) afirma a sua existência, porém a inscreve em uma construção sociopolítica. Este autor postula que a compreensão de “raça” operada nos séculos XVIII e XIX apenas foi possível graças ao fenótipo. Ele argumenta que o racismo é um fenômeno que tem seu início na Antiguidade, num contexto social e cultural fomentado pelos conflitos entre os povos brancos (leucodérmicos) e pretos (melanodérmicos), antes de se tornar um fenômeno político e econômico calcado na biologia.

A partir desta interpretação da história-facilmente verificável, embora não seja tradicionalmente ensinada-, é possível chegar à conclusão de que vários proto-racismos surgiram na Antiguidade, em uma época caracterizada por grandes ondas migratórias, invasões de territórios e distúrbios nas civilizações assentadas no Mediterrâneo, no norte da África, no Oriente Médio e no sul da Ásia. Desse modo, o racismo contemporâneo apareceria como o que ele realmente é: uma visão coerente e operacional do “Outro” racial, baseada em um poder total sobre este, que se manifesta por meio de uma consciência grupal *historicamente* construída (MOORE, 2007, p. 258, grifo do autor).

Outros autores, como Nascimento (1980, p. 272), são enfáticos ao afirmarem que “[...] raça biologicamente pura não existe e nunca existiu [...]”, e, também, veem tal noção como uma construção histórica elaborada socialmente. Nessa perspectiva, se essa terminologia ficasse apenas nas diferenças culturais, e não houvesse interferência na forma do branco em se relacionar com o negro, não o vendo como inferiorizado por causa dos seus atributos físicos, não haveria problema. O Brasil, contudo, ainda possui uma mentalidade escravocrata e racista,

sobretudo porque, se houvesse uma análise rigorosamente racial, todos os brasileiros com o sangue de origem africana seriam considerados negros e concluiríamos que o Brasil é um país negro (NASCIMENTO, 2017).

Desse modo, caso o termo “raça” fique evidenciado como um campo ideológico de manipulação para deslegitimar o racismo, devemos negá-lo, uma vez que incorreremos no risco de reproduzir a opressão e enfraquecer possibilidades de transformações. Porém, é importante ressaltar que o Movimento Negro brasileiro fez uma dobra conceitual desse termo pois que, ao utilizar a noção de raça, dá-lhe um sentido contrário ao binômio superioridade versus inferioridade de grupos humanos, levando mais em conta sua ancestralidade e a imbricação mutualística entre racismo, preconceito e discriminação racial (GOMES; MUNANGA, 2016).

Verificamos que o Movimento Negro brasileiro utilizou como uma das ferramentas de luta os efeitos da nomenclatura “raça”, e tem travado batalhas para reparar os danos ao povo afrodescendente, grupo historicamente discriminado. Convém mencionar dentre algumas conquistas as legislações de combate à opressão racial, como a Lei 7.716, nos adverte Gomes e Munanga (2016), que torna crime o racismo e, principalmente, a implantação das Ações afirmativas²⁵.

Santos (2014) indica que no Espírito Santo diversas entidades ligadas ao Movimento Negro já debatiam na década de 1970 políticas públicas, como a educação inclusiva e antirracista, lutando para que houvesse a reserva de vagas/cotas para os afro-brasileiros na UFES.

No final da década de 1990, o Centro da Cultura Negra (Cecun) protocola na Ufes uma proposição de cotas para negros na universidade, além da criação de um Núcleo de Estudos AfroBrasileiros, que hoje já existe, como também da inclusão, nos currículos dos cursos, de disciplinas referentes à História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Portanto, essas evidências indicam que houve no Espírito Santo a reivindicação por implantação de políticas públicas comprometidas com a superação das desigualdades raciais no ensino superior, condizentes com a luta histórica do Movimento Negro Nacional em prol das chamadas políticas de Ações Afirmativas para os afro-brasileiros (SANTOS, 2014, p. 237).

²⁵ Autores como Munanga e Gomes (2016) entendem que as ações afirmativas se constituem em políticas de combate ao racismo e à discriminação racial, mediante a promoção ativa da igualdade de oportunidades para todos, criando meios para que as pessoas pertencentes a grupos socialmente discriminados possam competir em mesmas condições na sociedade (GOMES; MUNANGA, 2016, p. 186). Consideramos importante tal formulação, ainda que as ações afirmativas, isoladamente, não produzam igualdades, tampouco criam condições de competição em condições similares em um modo de produção capitalístico.

São conquistas aparentemente tímidas, se levarmos em consideração todo o aparato que foi utilizado contra o povo negro escravizado no Brasil durante séculos. Mas é importante fazermos essas marcações na dinâmica das lutas para lembrarmos ao leitor que jamais houve passividade à opressão racial. Nesses delineamentos convulsivos de acessos e significados da nomenclatura “raça”, vamos nos dando conta da complexidade que é estudar as relações raciais. E percebemos que as mais diversas contribuições cotidianas enriquecem o olhar dos pesquisadores, além de ampliar o campo temático.

Nos seus estudos, Nascimento (2017) discorre sobre um dos mecanismos utilizados como estratégia para eliminar os afro-brasileiros e embranquecer o país, desde os tempos pós-abolicionistas, que foram as leis de imigração, por exemplo:

É inteiramente livre a entrada, nos portos da República, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho [...] Excetuados os indígenas da Ásia ou da África, que somente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admitidos’. Em várias oportunidades no período de 1921 a 1923, a Câmara dos Deputados considerou e discutiu leis nas quais se proibia qualquer entrada no Brasil ‘de indivíduos humanos das raças de cor preta’ (NASCIMENTO, 2017, p.86).

Estamos de acordo com a necessidade em problematizar terminologias incrustadas no nosso vocabulário, como é o caso de “raça”. Pois, para Mbembe (2017b, p.70), “[...] a raça é o que autoriza localizar, entre categorias abstratas, aqueles que tentamos estigmatizar, desqualificar moralmente, quicá, internar ou expulsar[...]”. Contudo, embora seja importante compreender o funcionamento de algumas expressões e conceitos, dialogando com os negros, e com as vítimas dos efeitos dessa categorização, é preciso expandir as lutas e fortalecer políticas, como as Afirmativas, para que outras pessoas excluídas tenham acesso a elas.

É oportuno relatar que nas conversas com os membros dos Coletivos de Juventude de Cariacica acerca do espaço universitário, sobretudo a UFES, tive a oportunidade de perguntar se eles já haviam pensado, por exemplo, em ocupar a rádio universitária com as suas atividades ou tentado o ingresso no vestibular pelo sistema de cotas. Muitos deles não tinham a dimensão de que a universidade é um espaço público, e se mostraram surpresos com essa informação, porque só a conhecem pelo nome. Sequer imaginavam a gratuidade da sua entrada como aluno, visitante ou para desenvolver outras ações comunitárias. O diálogo abaixo reproduzido expressa o modo como muitos jovens da periferia lidam com a universidade:

Pesquisador: Você já ouviu falar na rádio universitária da UFES?

Bomani²⁶: *Já! Toca uns rap maneiro! É na UFES?*

Pesquisador: Sim. Você já foi lá ou pensou em tentar o vestibular pelo sistema de cotas?

Bomani: *Pô mano, antes de eu cair (ser preso) tinha maior vontade de entrar lá pra conhecer, tá ligado? Depois dessa parada eu ainda não consegui terminar meus estudos. Mas, parece que lá só tem riquinho. Risos.* (Conversa com Bomani).

A entrevista com integrantes de um dos coletivos também traz importantes questões para debatermos a relação da periferia com a universidade.

Pesquisador: Vocês topam ir um dia na universidade? Mandar uma rima, sei lá, falar algo que vocês queiram na rádio universitária?

Angorô: *Mano, eu vou me senti honrado, pode chamar que eu vou de coração. Até porque é uma oportunidade pra expressar aquilo que a gente pensa, tá ligado? Tá feita a situação (risos). Já estão na atividade aí...*

Obaluayê: *Acho que seria uma oportunidade massa véi, porque mano na moral; você já foi lá na UFES, Angorô?*

Angorô: *Fui, perto da Pedra da Cebola. E você, Egun²⁷?*

Egun: *Lá em Itacibá?*

Obaluayê: *Não, ali é o IFES²⁸.*

Obaluayê: *Aí, os irmãos não foram na UFES, tá ligado? É um ambiente que tem que ocupar, tá ligado?*

Pesquisador: *Com certeza, aquilo lá é nosso!*

Obaluayê: *Igual, eu já tive lá dentro já estudando. Sai por conta da parada dos preconceitos que a gente sofre lá mano, por ser pobre, ser negro, tá ligado? Pô, teve uma vez que...(risos)! Um dos motivos que eu saí de lá né? Estavam lá numa discussão, eu já tava quase saindo porque eu não tava conseguindo me manter lá dentro. Aí o cara virou e chegou pra mim e falou... Chegou pra mim não, tava falando no grupo porque eles fazem festa todo final de semana. Aí, 50 conto pra dar numa festa e eu não tinha dinheiro, tá ligado? Você tem que pagar xerox mano. Como que eu vou pagar o ingresso pra ir numa festa? Não tinha dinheiro pra isso. Aí, até festa na lage é 50 conto, tá ligado? Aí eu sentado lá na frente de boa, porque eu sempre sento na frente quando eu vejo que é um ambiente que eu não sou recebido, tá ligado? Porque aí a gente chega no grupo pra tentar fazer alguma coisa junto e sempre tem aquela parada: não vamo dar ouvido a ele não, ele não sabe de nada não. A gente estudou em escola particular e ele em escola pública, tá ligado? Sendo que eu passei na frente deles, tá ligado? Eu fiquei em 4º lugar no curso na frente da maioria deles véi e os dois outros que ficaram em primeiro lugar também eram de escola pública, tá ligado? O pessoal de escola particular pagaram pau pra nós. Aí chega num momento que eu tô lá sentado lá na frente e escuto assim: aquele ali nunca vai nas nossas festas, será por quê hein? A gente vai ter que abrir cotas? Aí vai ser racial ou de baixa renda?*

Aí tem que escutar isso, tá ligado? Eu levantei mano, dei um soco no cara e saí fora e nunca mais voltei na sala de aula. Dei, véi, e nunca mais voltei na sala de aula. Porque tipo, minha mãe não sabe disso porque se ela souber vai falar pra caramba no meu ouvido, como ela falou de quando eu saí da UFES, ela ficou p... porque pra ela foi maior orgulho eu ter passado na UFES. Aí, eu ter saído e não ter falado o

²⁶ No idioma Ngoni (Malauí) significa: **Guerreiro**. (Em:

<https://raizdosambaemfoco.wordpress.com/2016/09/10/nomes-deorigem-africana-e-seussignificados-meninos/>> Acesso em: 04 de julho de 2019).

²⁷ É uma palavra da língua Iorubá usada no candomblé e significa **alma e espírito dos ancestrais**. (Em:< <https://ocandomble.com>>. Acesso em: 11 de abril de 2019).

²⁸ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.

motivo, tá ligado? É porque eu não sabia como ela ia aceitar, então eu prefiro não falar pra ela o que aconteceu. Mas, tipo, quem tá mais próximo de mim, quem tinha aliança comigo lá dentro da UFES, a galera que saiu do PUPT,²⁹ porque eu sou oriundo do PUPT, a galera que saiu de lá comigo, eles entenderam esse rolê, porque eles também sofreram isso lá dentro. Só que eles tinham mais condição de ficar lá do que eu, porque minha mãe é empregada doméstica. Então, como eu vou me manter dentro da UFES com minha mãe empregada doméstica e eu não trabalhando? (Angôro; Egun; Obaluayê, Coletivo Batalha).

Isso não significa ausência de divergências entre eles, os jovens dos coletivos, e discursos muitas vezes alinhados com mecanismos meritocráticos que, ao culpabilizar algumas vidas e criminalizar suas ações, coloca em risco as conquistas políticas dos próprios negros, conforme verificamos abaixo:

Eu estava falando com o Ayo³⁰, a situação é o seguinte: às vezes tem um branquinho na escola e tem um neguinho, um negro. Essa questão de cota racial, acho que tem cota porque a gente lutou. Mas, o preconceito vem do próprio negro, velho. Se o cara é pobre e é da periferia, ele não pode participar da cota porque ele é branco. Só que muitas vezes, aquele branquinho quer estudar e o moreninho não quer estudar. Aí chega lá na frente e não consegue p... nenhuma. Bicho, se não tiver uma base familiar não tem jeito, o cara não vai a lugar nenhum mano. Infelizmente, muito jovem hoje só quer saber de usar drogas, a situação da juventude ficou nesse ponto e tá virando um caos. (Ayô; Chitundu³¹).

Esses fragmentos de conversas com os coletivos de juventude de Cariacica nos fazem pensar na urgência da circulação das informações sobre a importância da manutenção das políticas afirmativas, conquistadas às duras penas para inserir os jovens negros das periferias nas universidades públicas. Para tanto, não podemos aceitar que a dinâmica das informações venha desacompanhada de mutações sociais e políticas, que subvertam a lógica caricatural do corpo negro. Assim, uma das linhas de raciocínio pela qual temos nos enveredado, e tem nos ajudado a fazer esse tipo de debate, se aproxima do pensamento de Gomes e Munanga (2016) que fundamentam essa discussão afirmando que:

Devido a forma como o conceito de raça é utilizado e funciona em nossa sociedade é que militantes do Movimento Negro e alguns outros intelectuais ainda o utilizam para dizer sobre a realidade do negro brasileiro. Esses profissionais entendem a importância do uso de outros termos para falar do pertencimento racial do brasileiro como, por exemplo, o termo ‘etnia’, mas também discutem que, no caso dos negros brasileiros, substituir o termo ‘raça’ por ‘etnia’ não resolve, na prática, o racismo que aqui existe e nem altera totalmente a compreensão do que é o racismo em nosso país (GOMES; MUNANGA, 2016, p.176).

²⁹ Projeto Universidade para Todos que se originou em 1997 no município de Vitória e assumiu o compromisso político de reduzir a desigualdade no ensino superior no Espírito Santo conforme aponta Santos (2014). Mais informações no site: www.puptmais.com.br

³⁰ No idioma Iorubá (Nigéria) significa **Felicidade**.

(Em:<<https://raizdosambaemfoco.wordpress.com>> Acesso em: 11 de abril de 2019).

³¹ No idioma Mwera (Quênia) significa **ninho dos pássaros**.

(Em:<<https://raizdosambaemfoco.wordpress.com>>. Acesso em 11 de abril de 2019).

Portanto, compreender as fronteiras sobre o que denominamos como “raça”, e os divisores multifacetários do racismo, é estar atento para que não haja retrocessos das lutas, principalmente elaborando ações reverberadoras de brados que possam desembrulhar práticas aversivas e repugnantes do dia-dia do negro. Entretanto, não é algo fácil, porque são mecanismos minuciosos e divisores de toda uma estrutura calcada para culpabilizar o negro, e não levar em consideração os pedaços de uma montagem estratégica capitaneada para assegurar privilégios, pois raça e classe são elementos íntimos e interligados (MOURA, 2014) no racismo brasileiro. Soma-se a isso um “querer” impositivo de parte do segmento da sociedade na preservação da situação racista que, além de manter a sede pelo domínio aniquilador de alguns indivíduos, colabora também com sua expansão, sejam nas imposições simbólicas ou na implementação de políticas austeras,³² que é a própria materialização da morte dos corpos negros.

Essas políticas austeras contribuem para retirar direitos como saúde, educação, garantias trabalhistas, previdência, dentre outros, adquiridos com muita luta das camadas mais pobres e, atualmente, vem sofrendo um processo de desmanche que distancia ainda mais as pessoas mais pobres, pois elas são as mais atingidas com a precarização e enxugamento das políticas públicas. Para alargar as linhas de raciocínio e fazer conexões abrasivas que se aproximam deste debate, mesmo na diferença dos argumentos arrolados, Nascimento (2017) deslinda que o fator racial define o lugar do indivíduo social e economicamente. Ou seja, não é mera coincidência a exclusão à que os afro-brasileiros ainda hoje estão submetidos.

Carnaval, macumba, futebol e gafeira: eis o resumo da área consentida ao protagonismo negro. A fome e a enfermidade do negro, seu analfabetismo e seu barraco, sua criminalidade ou seu desamparo, tudo isso é levado a débito na conta geral do povo brasileiro. Tudo passa a constituir um bloco dos que não tem, contra o bloco dos que tem. Raça aí não entra. Não passa pela cabeça dos argumentadores desse tipo que os pobres, os demais necessitados, os são por contingência da situação do país ou por incapacidade individual na competição e não pelo fato de ter a pele mais escura. Pelo fato de ter sido desumanamente explorado durante quatro séculos. E depois ter sido atirado no meio da rua, como bicho. Sem sequer ingressar na sociedade competitiva (NASCIMENTO, 1982, p. 82).

³² VIEIRA, et al. (2018) **Políticas Sociais e Austeridade fiscal. Como as políticas sociais são afetadas pelo austericídio da agenda neoliberal no Brasil e no mundo.** In: Centro Brasileiro de Estudos de Saúde. Rio de Janeiro, 2018, p. 32. “A austeridade fiscal como cerne de políticas governamentais caracteriza-se por escolhas que exigem grandes sacrifícios da população, seja porque aumentam a carga tributária, seja pela implementação de medidas que restringem a oferta de benefícios, bens e serviços públicos em razão do corte de despesas e/ou da realização de reformas estruturais, afetando de forma significativa os estratos mais vulneráveis da população”.

Foi baseando-se em concepções que concedem aos brancos a prerrogativa do silêncio nessas discussões e na escolha, muitas vezes deliberada, de manter a estrutura de classes ou mesmo esconder a existência do racismo no Brasil, que vem a expressão ‘preconceito de não ter preconceito’ elaborada por Florestan Fernandes (2016). Ao analisar as contribuições de Florestan para este debate, as formulações de Guimarães (2012) também corroboram no entendimento de que a postura de se manter em silêncio diante da discussão em torno dessa questão seja algo arquitetado pelas elites brancas, com o propósito de não avaliar as relações sociais porque assim elas também asseguram privilégios.

[...] Daí, entre nós, o preconceito racial tomar esse aspecto de preconceito não revelado, pois o branco, em posição social superior, não reconhece no negro que ele discrimina um competidor, mas um subalterno deslocado de lugar. O problema, portanto, para quem discrimina, não estaria na raça, mas na ausência de subalternidade do discriminado, deslocado de sua classe (GUIMARÃES, 2012, p.92).

Pizza (2002), ao situar sobre a prerrogativa facultada ao indivíduo branco em se manter indiferente em espaços racializados, avalia essa comodidade a partir de uma posição de poder denominada como branquitude.³³ A branquitude é entendida por Pizza (2002) a partir das contribuições de Frankenberg (1995) como:

[...] um lugar estrutural de onde o sujeito branco vê aos outros e a si mesmo; uma posição de poder não nomeada, vivenciada em uma geografia social de raça como um lugar confortável e do qual se pode atribuir ao outro aquilo que não atribui a si mesmo [...]" (PIZZA, 2002, p.71).

Além disso, ela localiza o negro baseado na noção de lugar de grupo e o branco na sua individualidade, que tem como um dos componentes a neutralidade que é comparada a uma porta de vidro dada a sua transparência. Estudos mais atuais, como o de Lia Schucman (2012), trazem potentes contribuições sobre a questão da branquitude, e tem se tornado uma referência nos debates acerca dessa questão. Em sua tese de doutorado, ela aponta que:

[...] Assim, a branquitude é entendida como uma posição em que sujeitos que ocupam esta posição foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo, e que se mantêm e são preservados na contemporaneidade. Portanto, para se entender a branquitude é importante entender de que forma se constroem as estruturas de poder concretas em que as desigualdades raciais se ancoram (SCHUCMAN, 2012, p. 23).

Esses exercícios meticulosos de combater as práticas racistas, conquanto sejam bastante cansativos, são necessários porque neles podemos avaliar como estão formulados os requintes

³³ Acerca de estudos sobre Branquitude ver Carone e Bento (2002); Frankenberg (2004), Pizza (2002) e Schucman (2012).

da mortificação da humanidade do outro. Ademais, vamos compreendendo o motor que robustece a falácia asquerosa que tenta deslegitimar a existência do racismo, negando com isso a formulação enunciada a partir da “raça”. Convém ressaltar que, apesar de não ser um dos objetivos deste trabalho, achamos oportuno elucidar o que temos denominado como “preconceito”, pois dessa maneira acreditamos na ampliação e no alcance de fato a uma leitura inclusiva, haja vista a dificuldade de distinção conceitual elencada pelos autores em suas teorias sobre o fenômeno racial.

Para Gomes e Munanga (2016, p. 181, grifo nosso) “[...] o preconceito é um julgamento negativo e prévio que os membros de uma raça, de uma etnia, de um grupo, de uma religião ou mesmo de indivíduos constroem em relação ao outro [...]”. Nesse sentido, levando em consideração a abrangência dessa palavra, aqui ela será descrita para enfatizar especificamente o preconceito racial sofrido pelos negros.

Considera-se preconceito racial uma disposição (ou atitude) desfavorável, culturalmente condicionada, em relação aos membros de uma população, aos quais se tem como estigmatizados, seja devido à aparência, seja devido a toda ou parte da ascendência étnica que se lhes atribui ou reconhece. Quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para as suas manifestações os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque, diz-se que é de marca; quando basta a suposição de que o indivíduo descende de certo grupo étnico, para que sofra as consequências do preconceito, diz-se que é de origem (NOGUEIRA, 1985, p. 79)

Corroborando com essa noção de que a cor do indivíduo é um fator preponderante na prática do racismo no Brasil, formulada por Oracy Nogueira (1985) como preconceito racial de marca, Abdias Nascimento faz as seguintes considerações:

[...] Ocorre que nenhum cientista ou qualquer ciência, manipulando conceitos como *fenótipo* ou *genótipo*, pode negar o fato concreto de que no Brasil a *marca* é determinada pelo fator étnico e /ou racial. Um brasileiro é designado *preto*, *negro*, *moreno*, *mulato*, *crioulo*, *pardo*, *mestiço*, *cabra-* ou qualquer outro eufemismo; e o que todo mundo compreende imediatamente, sem possibilidade de dúvidas, é que se trata de um *homem-de-cor*. Trata-se, de um *negro*, não importa a gradação da cor da sua pele [...]. (NASCIMENTO, 2017, p. 48, grifo do autor).

Essa questão também foi apontada pelos jovens com os quais conversei, enfatizando que a cor da pele define o lugar de ocupação dos negros em espaços tais como ônibus ou Shopping center, criminalizando-os a partir de uma ficção do estereótipo:

Zaki³⁴ - *Essa parada de preconceito já rolou comigo várias vezes, tá ligado? E essa de ônibus já rolou algumas vezes, na verdade. De eu tá sentado a pessoa vim, vim pra sentar e na hora que chega perto, olhar, olhar quem é que tá, tá ligado? E não sentar. Umas três vezes acho que rolou isso. Pelo dread, pela cor. Três que eu percebi né? Risos Três que eu percebi assim!*

Bomani - *Eu tinha que comprar uma calça pra o meu filho e fui no Shopping, nunca tinha ido lá. Quando eu entrei na porta eu percebi que o segurança ficou meio cismado comigo, mas ele era bem escuro também. Ficou olhando para minha cara e aonde eu ia ele me seguia. E quando eu entrei na loja pra ver a calça pro meu filho, ele foi e me chamou no canto e conversou comigo. Falei com ele que ia comprar a calça e que estava olhando, falei que meu filho estava precisando e mesmo assim eles não ligaram e me colocou pra fora do Shopping.*

Sabemos que estas linhas estão muito longe de serem esgotadas, porém, com tantas vidas sendo dizimadas, lutaremos para fazer frente contra o racismo e o genocídio da população preta, porque se nada for feito para freá-lo, em breve poderemos falar de algo que foi extinto.

Temos dificuldades em relacionar como se forjaram os processos da discriminação do negro no país, porque a trajetória é comprida e aos poucos se tornaram resquícios contextuais sócio-históricos. Entretanto, mesmo com a tentativa de enviesar ideologicamente³⁵ o “paraíso racial brasileiro” com olhares oriundos do Ocidente, os negros lutaram e continuam lutando para não esconder as mazelas do racismo. Aliás, achamos oportuno chamar a atenção do leitor, motivo pelo qual enfatizamos em negrito a expressão discriminação, uma vez que “[...] ela pode ser considerada como a prática do racismo e a efetivação do preconceito” (GOMES; MUNANGA, 2016, p. 184).

Não sei se vocês já ouviram falar, mas a população negra continuou violentada mesmo “após a abolição” não apenas fisicamente, como simbolicamente com o status de inferioridade perante o branco, e permaneceu alijada dos processos de inclusão social com efeitos visíveis nos dias atuais. Em seu livro *Onda Negra Medo Branco*, a autora Celia Maria Marinho de Azevedo aponta que havia no país uma acentuada heterogenia sócio racial entre os brancos ricos, que eram a minoria, e os não brancos pobres, que formavam a maioria da população.

Conforme a autora, durante todo século XIX, duas correntes denominadas de Reformadores e Abolicionistas buscaram instituir uma nacionalidade brasileira, visando uma harmonia socio-

³⁴ No idioma Suarili, (Quênia- Tanzânia) significa: **Virtuoso**.

Em: <https://raizdosambaemfoco.wordpress.com/2016/09/10/nomes-origem-africana-e-seus-significados-meninos/>.

³⁵ A noção de ideologia aqui utilizada tem pouca proximidade com a ideia de ideologia como falseamento da realidade. Ideologia aqui tem o sentido de prática social produzida historicamente, conforme assinalou Althusser (1987) no livro *Ideologia e Aparelhos ideológicos de Estado*.

racial que lhes assegurassem privilégios e, por isso, voltaram-se os olhos primeiramente para os habitantes pobres do país como forma de domesticá-los.

Já em um segundo momento, que podemos localizar a partir dos anos 50, ganhando força principalmente nos anos 70, os emancipacionistas aderem às soluções imigrantistas e começam a buscar no exterior o povo ideal para formar a futura nacionalidade brasileira. A força de atração destas propostas imigrantistas foi tão grande que em fins do século a antiga preocupação com o destino dos **ex-escravizados** e pobres livres foi praticamente sobrepujada pelo grande debate em torno do imigrante ideal ou do tipo racial mais adequado para purificar ‘raça basílica’ e engendrar por fim a identidade nacional. (AZEVEDO, 1987 p. 36, grifo nosso).

Bento (2014) também tece considerações sobre os estudos de Azevedo (1987), ao citar que o ideal de branqueamento nasce do medo que a elite brasileira tinha dos negros, porque os viam como uma ameaça. Por isso, houve a crença de que o embranquecimento da população, majoritariamente negra, estimularia o crescimento econômico do país. E a ideologia³⁶ de branqueamento foi um discurso de transição que, ao intensificar o cruzamento interracial, geraria “um homem ariano adaptado às condições brasileiras” (CARONE, 2014, p. 16). Desse modo, verifica-se que houve uma valorização ardilosa da miscigenação alicerçada na exploração sexual da mulher negra. Outrossim, o processo de imigração, conforme assevera Munanga (2004) e Nascimento (2017), tinha como propósito exterminar a população negra do país.

O processo de miscigenação, fundamentado na exploração sexual da mulher negra, foi erguido como um fenômeno de puro e simples genocídio. O ‘problema’ seria resolvido pela eliminação da população afrodescendente. Com o crescimento da população mulata, a raça negra iria desaparecendo sob a coação do progressivo clareamento da população do país. Tal proposta foi recebida com elogios calorosos e grandes sinais de alívio otimista pela preocupada classe dominante [...]. (NASCIMENTO, 2017, p. 84).

Assim, a política do branqueamento foi uma das tentativas de suplantar os negros. Outros artifícios, como a democracia racial denunciada como ‘mito’ por Fernandes (1978; 2017), foram erigidos para negar a existência de racismo no Brasil, constituindo-se assim em dois pilares da ideologia racial³⁷ exposta por (TELLES, 2003). Nesse contexto, a elite branca brasileira forjou variadas táticas como a propagação do mito da democracia racial (MUNANGA, 2004), de uma convivência harmoniosa entre os indivíduos de diversas

³⁶ Estamos usando neste trabalho a noção de ideologia na perspectiva de Althusser (1987), que compreende a ideologia como prática social. Neste sentido, a ideologia não é o falseamento da realidade, mas um dos processos de produção de mundos, de sujeitos.

³⁷ Uma análise mais contextualizada sobre Ideologia racial no Brasil pode ser encontrada em Bento (2014); Schucman (2012) e Telles (2003).

camadas sociais ou grupos étnicos para encobrir os efeitos sociais e psicológicos que a escravidão ocasionou na vida do negro.

Conseqüentemente, respirar fundo e ir à luta tem sido um dos artifícios para destruir as construções escabrosas colocadas no meio do caminho, pois, conforme já apontamos, nunca houve passividade do povo negro diante das violências impostas. Os negros têm batalhado sem contar os minutos descativando-se em frescores que dilatam a porosidade de suas angústias, evocando suas forças em cada instante como se a completude da vida não fosse apenas vestígios de tédios advindas das dificuldades, mas na saudade e respeito pela luta dos seus ancestrais. Desse modo, eles vão perfurando pântanos e atravessando os redemoinhos cujas fórmulas são incertas, mas as imbricações de seus corpos alertam que ainda tem muito para desbastar.

O racismo é uma prática de violência que assola a humanidade vorazmente. Ele assola porque sua corrosividade assombra e na maioria das vezes se disfarça nas entranhas dos indivíduos racistas que tentam por diferentes razões omiti-lo e dissimular-se (MBEMBE, 2017a, b) com estratégias bem elaboradas perpetradas a partir do ódio. A dissimulação do racismo consiste em variar esse tipo de prática, principalmente através da inovação tecnológica e hierarquizada, fundamentada em processos opressivos de determinados povos. Nesse sentido, Fanon (1980, p.39) o descreve como um componente cultural. Para ele, “[...] há cultura com racismo e culturas sem racismo [...]”.

Ao problematizar o racismo, Foucault (2009) cita a importância histórica de situar a sexualidade como um dos dispositivos relacionados com a pureza do sangue, através do controle e da regulação dos indivíduos. Ele analisa a passagem da sociedade simbólica do sangue para uma analítica da sexualidade, ao discorrer sobre a construção política e os mecanismos de poder dirigidos ao corpo através da sexualidade, a gestão da vida das populações que ele denominou de biopoder. Foucault (2009) argumenta que os discursos eugênicos da Europa tinham como princípios o aperfeiçoamento da espécie e da saúde da raça e isso culminou no surgimento do racismo.

Ocorreu, a partir da segunda metade do século XIX, que a temática do sangue foi chamada a vivificar e a sustentar, com toda uma profundidade histórica, o tipo de poder político que se exerce através dos dispositivos de sexualidade. O racismo se forma nesse ponto (racismo em sua forma moderna, estatal, biologizante): toda uma política do povoamento, da família, do casamento, da educação, da hierarquização social, da propriedade, e uma longa série de intervenções permanentes ao nível do

corpo, das condutas, da saúde, da vida quotidiana, receberam então cor e justificação em função da preocupação mítica de proteger a pureza do sangue e fazer triunfar a raça[...]. (FOUCAULT, 2009, p. 163)

Ao trazer as suas formulações em seu livro “Em Defesa da Sociedade” (2010), Michel Foucault faz menção ao aparecimento de um conjunto de medidas implementadas desde o século XVIII, como por exemplo o controle de nascimento e de óbitos por meio da estatística e que ele denominou de biopolítica. Em suma, ela foi uma alternativa de intervenção do Estado que se desdobra no século XIX e vai incidir sobre a população como um problema de poder político e biológico, visando maximizar as forças produtivas e controlar a vida da população. Assim, se antes o poder soberano fazia morrer e deixava viver durante esse período, surge essa tecnologia de poder centrada na vida, elaborada a partir da “[...] regulamentação que consistia em fazer viver e em deixar morrer” (FOUCAULT, 2010, p.207). Entretanto, segundo Foucault (2010):

[...] Não quero de modo algum dizer que o racismo foi inventado nessa época. Ele existia há muito tempo. Mas eu acho que funcionava de outro modo. O que inseriu o racismo nos mecanismos de Estado foi a emergência desse biopoder. Foi nesse momento que o racismo se inseriu como mecanismo fundamental do poder, tal como se exerce no Estados modernos, e que faz com que quase não haja funcionamento do Estado que, em certo momento, em certo limite e em certas condições, não passe pelo racismo. (FOUCAULT, 2010, p. 214).

Nesse contexto, pensar em racismo para ele é fazer conexões com o biopoder e os procedimentos dissimétricos dos quais são direcionados aos corpos que escapam aos padrões modelizados numa sociedade “de normalização”, segundo Foucault (2010). Esse olhar vertical do branco em se ver como modelo padrão da humanidade traz os indícios embrionários para entendermos a falácia imposta com a categorização de grupos humanos tidos como superiores e inferiores à luz do olhar eurocêntrico. Dessa forma, é uma condição disseminada atualmente, sobretudo nas mídias de massa, acerca de certas populações que são caricaturadas a partir de uma suposta periculosidade com o objetivo de separar, fragmentar, constituindo-se como função primeira do racismo (FOUCAULT, 2010).

Portanto, é perceptível que ao demarcar territórios geográficos onde vivem pessoas supostamente desviantes dos parâmetros morais estabelecidos, e dar a elas uma cor (a negra), o Estado reatualiza práticas racistas calcado no biopoder. Diante disso, ficamos literalmente despídos com as fórmulas cínicas de tutelar, controlar e aprisionar os corpos negros, e que são

apresentadas como políticas pelo Estado para desvincular sua responsabilidade genocida, bem como intensificar essa realidade.

Ao abrimos as prateleiras do mundo, lutamos para identificar ferramentas de luta que fazem com que o medo ecoe. Ao ecoar, cavamos saídas em meio ao desterro colocado na caminhada cotidiana dos negros. Com tantas vidas sendo dizimadas temos nos perguntado: o que fazer para frear o morticínio do negro? Esperaremos até breve para acabar com o racismo e falar de algo que foi extinto?

No entanto, em nenhum momento da história, os negros desistiram das travessias pedregosas que perfuravam seus braços e dificultavam a respiração, flertando com os afogamentos. Assim, se antes eles nadavam em rios caudalosos utilizando um desses braços, hoje eles nadam com os dois braços, contudo, em oceanos. É fato, porém, que o negro no Brasil está sendo velozmente exterminado de maneira sutil e dissimulada compondo um quadro genocida dos tempos atuais (NASCIMENTO, 2017).

Não negamos que, em muitos momentos espinhosos e quase insuportáveis, o negro procura, sem muito espanto, plataformas profundas para se reerguer através dos seus calcanhares existenciais, energizando sua dor num devir revolucionário e afirmando a sua negritude. E é nessa ousadia desenfreada que o negro consegue avançar os poços da indiferença, deixando para trás a indigência produzida, além de esfacelamentos diários quase imperceptíveis, potencializando assim sua identidade em devir (MBEMBE, 2017b).

[...] Assim, a identidade negra só pode ser problematizada enquanto identidade em devir. Nesta perspectiva, o mundo deixa de ser, em si uma ameaça. O mundo, pelo contrário, torna-se uma vasta rede de afinidades. Não existe identidade negra, na mesma medida que existem livros de revelação. Há uma identidade em devir que se alimenta simultaneamente de diferenças entre negros, tanto do ponto de vista étnico, geográfico, como linguístico, e de tradições herdeiras do encontro com *Todo o Mundo* (MBEMBE, 2017b, p. 166- 167, grifo do autor).

Portanto, regar os frutos de plantações coletivas com dois braços é um convite audacioso para não racializar os corpos negros, pois me parece que aos negros cabe ampliar as lutas nas reinvenções de si e do mundo. E é cultivando a cultura de resistência durante o período da escravidão que Moura (2014) nos incita a reatualizar formas de resistência contra a hegemonia opressora.

Durante a escravidão, no entanto, o negro transformou não apenas as suas religiões [sic] mas todos os padrões de suas culturas em uma cultura de resistência social. Essa cultura de resistência, que parece amalgamar-se no seio da cultura dominante, no entanto, desempenhou durante a escravidão (como desempenha até hoje) um papel de resistência social – o que muitas vezes escapa aos seus próprios agentes, uma função de resguardo contra a cultura e estrutura de dominação social dos opressores [...]. (MOURA, 2014, p.242-243).

Assim, temos apostado nos encontros de corpos que confluem do pensamento de que é possível resistir e lutar na montagem de um mundo avesso a todas as formas de preconceitos e discriminações.

3.1 RESISTENTES E INVENTORES DE VIDAS POTENTES

Muitas vezes não acreditamos que o ódio, responsável por diversas atrocidades nas múltiplas histórias da humanidade e ainda presente em nossos tempos, sirva de alicerce para justificar o racismo contra a população negra. Gomes e Munanga (2016) entendem que para ser racista coloca-se como postulado fundamental a crença na existência de “raças” hierarquizadas dentro da espécie humana. Assim, Fanon (1980, p.36) ensina também que “[...] o objeto do racismo já não é o homem particular, mas uma certa forma de existir[...]”. Esse sentimento atroz e predatório está tão próximo a nós que a cada dia somos compelidos a nos perguntar: quais as ferramentas a serem utilizadas para combater as formas do racismo e afirmar a vida em meio ao emblemático paradigma dos corpos que já nascem matáveis?

Assim, ao padronizar um tipo de humanidade racializada ocorre não apenas a tentativa de inferiorizar algumas vidas, como também o seu extermínio. Entretanto, a construção de raça, embora dilacere e desfigure, é lugar de “efervescência e fervor”, como enfatizou Mbembe (2017b).

Mas é perceptível que há uma espécie de dimensionamento acerca de quem pode viver e quem deve morrer num dado território, já que o biopoder opera não apenas na tentativa de sujeitar os corpos como também no investimento sobre eles (FOUCAULT, 2009). A despeito disso, Foucault, citado por Mbembe (2017b, p. 67), afirma que “[...] a função assassina do Estado só pode ser garantida, funcionando o Estado no modo do biopoder, através do racismo”, por isso fica nítido que ele é operado para se perpetuar e manter privilégios de alguns em detrimento à barbárie de outros.

Com efeito, temos observado que é alarmante o número de jovens negros assassinados no Espírito Santo, ora pela omissão do Estado em não implementar políticas que assegurem condições de acesso condizentes com as pretensões dessa população; ora pelo uso do instrumento de poder bélico que sustenta o “status” juvenil com o rótulo de perigo social, justificando dessa forma suas ações genocidas. Porém, cabe aqui fazermos distinções sobre as políticas que mencionamos, pois fica subentendido que elas são correlacionadas com o Estado, e a potência política em que apostamos se dá nos movimentos sociais e diferem delas. Assim,

[...] uma política de Estado se constituiria por meio de ações de cunho estruturante nas quais os governantes que se alternam no poder devem garantir que tal política seja efetivada, devendo seguir e cumprir determinadas linhas, programas e projetos. (BARROS; PIMENTEL, 2012, p. 3-21).

As políticas que avaliamos potentes também diferem das políticas de governo porque “elas podem sofrer quebra de continuidade e estão articuladas em função de conjunturas” (BARROS; PIMENTEL, 2012). Dessa forma,

Caberia, então, chamarmos política a atividade humana que, ligada ao poder, coloca em relação sujeitos, articulando-os segundo regras ou normas não necessariamente jurídicas ou legais [...]. (BARROS; PIMENTEL, 2012, p. 3-21).

Entendemos que algumas apostas da vida começam com composições que levam em consideração maneiras de atuar coletivamente na sua diferença, sem haver a anulação de perspectivas do pensar. Nesse sentido, temos nos perguntado: as produções artísticas e culturais e as movimentações³⁸ da juventude que ocorrem no município de Cariacica são formas de resistências do jovem negro da periferia contra as políticas cruéis que assolam funestamente as suas vidas?

³⁸ HECKERT, A.L.C. **Narrativas de Resistências: Educação e Políticas**. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado defendida em 2004, p.95. Em Telles (1987, apud Heckert, 2004, p.95), “também encontramos reflexões acerca das análises formuladas a respeito dos ‘novos movimentos sociais’ que emergiram nos anos 70. A autora sinaliza que, em muitas dessas análises, a autonomia desses movimentos estava remetida à sua independência em relação aos partidos políticos e sindicatos ou ainda, como sinal da capacidade de auto-organização e movimentação das classes populares. A emergência desses movimentos produziu rupturas nos modos de compreensão acerca da ação dos trabalhadores no Brasil, até então vistos como incapazes de ações políticas próprias. Deste modo, a sociedade civil emerge, no pensamento político e acadêmico, como temática de reflexão não mais destacada em sua impotência e atraso, mas sim como alternativa ao Estado opressor e violento. Outros deslocamentos no âmbito da produção acadêmica são ainda ressaltados pela autora. Nestes, a ação política dos trabalhadores já não é reduzida às ações partidárias, sindicais e do Estado. Os trabalhadores ocupariam o lugar de sujeitos de práticas políticas tecidas nas experiências do cotidiano. Esses movimentos acionam a criação de outros regimes de “inteligibilidade do social”, nos quais também a noção de classe social é recolocada, sendo compreendida não como um ente, um já dado *a priori*, mas constituída ‘a partir de suas práticas na dinâmica mesmo do conflito social’ “.

Em nossa caminhada pelo município percebemos que há ações dos coletivos de juventude de diversas regiões. E o que tem chamado a atenção são os debates e manifestações que estão sendo feitos para afirmar a multiplicidade dos processos artesanais que se dão nos espaços periféricos.

Nas 'zonas opacas' - esse terreno sombrio, marcado [sic] a ferro e fogo como território dito 'dos pobres', dos jovens mais à sombra-, podem estar irrompendo formas de expressão que configuram práticas de resistência submersas na vida cotidiana [...]. (CORDEIRO, 2009, p.60).

As movimentações da juventude no âmbito da periferia têm causado espasmos porque elas têm travado lutas para usufruir dos espaços em que vivem. A junção de suas vozes e gritos tem aquecido o vigor dos seus braços, edificando batalhas contra as práticas racistas de nossa sociedade. E nessa junção fervem invenções de existências outras, da mesma maneira que o sangue das veias pulsa o repúdio às opressões a que é submetido. A alegria então surge como alternativa de lutas.

Nessas relações de forças imanentes (FOUCAULT, 2009), a juventude de Cariacica nos fornece amostras de que as táticas para enfrentar a opressão vêm do campo das lutas, pois as relações de poder compreendem uma pluralidade de nós que se disseminam nas invenções diárias e práticas sociais coletivizadas. Aprofundando-se nesse conceito, Heckert (2004, p. 33) nos adverte que as “[...] relações de poder não são etéreas, não é um fantasma que nos ronda, uma vez que elas se materializam nas práticas dos sujeitos[...]”, e por isso as resistências se esboçam pela imprevisibilidade dos modos de ação (FOUCAULT, 2009; HECKERT, 2004).

Somos tentados a pensar que, nos momentos turbulentos da nossa história, há pouco espaço para criação e produção de possíveis, principalmente nas periferias. Porém, a maneira encontrada por uma parte da juventude de Cariacica de reivindicar melhores condições de vida e combater o racismo talvez perpassasse por essas correlações entre exercícios de poder e práticas de resistência que se estabelecem no espaço da cidade. Para Foucault (2014):

O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir [...]. (FOUCAULT, 2014, p.45).

Muitas vezes, ficamos com olhares gélidos sobre as barbáries do dia-dia, as quais também nos compelem a uma quase paralisia de sentidos, deixando-nos com a percepção mais acanhada e pessimista do mundo. Porém, os jovens do município de Cariacica têm se organizado dentro e fora de suas comunidades para praticar atos no intuito de movimentar as pessoas nesses territórios, mesmo sendo lutas que se apresentem como microscópicas, não deixam de ser ensinamentos. Nessa perspectiva, Heckert (2004), ao deslindar sobre as relações de poder e endossar as constatações de Foucault (2009; 2014), nos lembra que:

O poder não é algo do qual nos apropriamos em dadas circunstâncias, tampouco está restrito ao aparelho de Estado, pois o próprio aparelho de Estado pode ser pensado como efeito das práticas políticas, das relações de poder. Falar de poder seria transitar no campo da batalha e do litígio, numa pluralidade de relações de força. Não haveria um foco único de poder do qual se desdobrariam as suas formas [...]. (HECKERT, 2004, p. 34).

Pelas falas e relatos ao longo do texto, percebemos que os jovens continuam sendo alvo da criminalização de seus movimentos pela polícia, pela igreja, pelo tráfico e pela mídia de massa. Mas nem por isso deixam de atuar em seus territórios. Continuam resistindo e escavando as brechas para forjar novas invenções, já que “[...] o poder transita pelos indivíduos, não se aplica a eles [...]” (FOUCAULT, 2010 p. 26).

Mas, como podemos observar na foto e nos trechos de entrevista abaixo, eles lutam cotidianamente contra as intimidações:

Figura 10- TG para a Vida



Fonte: Coletivo Criatividade

Pesquisador - Mas, a forma violenta de eles (policiais, passarem de viatura) abordarem que vocês relatam é... Não vou falar que é uma passagem, mas é uma intimidação? É isso?

Angôro - *É! Igual, isso daí me acarretou várias paradas aqui, tipo. Direto esses policiais aí, esses parasitas. Os policiais passa aí na rua, já conhece nós. Tá ligado? Já sabe o nosso nome, páh, fica abusando. Fica abusando mano, passa fala gracinha, tá ligado? Você tá tranquilo ali com seu amigo, sentado trocando uma ideia com alguém, eles passam falam uma gracinha: "É não fica se envolvendo com esse bandido aí não, qualquer hora eu posso trocar tiro aí e você ir junto com ele". Tipo gracinhas assim, tá ligado? E eu nem sou envolvido com essas paradas aí não mano, mas pelo fato de eu morar aqui mesmo. Aí eles oprimem a favela, então o morador é bandido na visão deles.*

Obaluayê - *Teve até um momento que você estava mais próximo né? Só que você se afastou agora né?... Porque é o que eu falo, a gente aqui acaba vendo muitas das pessoas que acabam se envolvendo com o tráfico, as pessoas que cresceram com nós véi. Eu vou falar aqui na rua (B.....) todo mundo que tá ali, ou que tá preso, cresceu comigo véi. Cresceu comigo jogando bola na rua; cresceu comigo no projeto lá do "bom de bola". É.... Cresceu comigo soltando pipa, tá ligado? Então, a gente fica assim... é muito fácil véi a gente entrar na parada; mesmo a gente não querendo, a gente não tando ali de ponta, vendendo, tá ligado? Ou tá ali fazendo os corres pra tá sustentando, tá ligado? A gente acaba tendo um envolvimento, como posso dizer? Pesquisador: Indireto? É indireto nesse corre! Porque, aí a polícia ti aborda junto com o mano que tá no tráfico. Seu mano tá lá gravado véi. Igual: a gente faz um evento no campo a polícia anota seu nome e quer ti enquadrar em vários crimes porque tinha pessoas lá que traficavam, mas eles sabem o seu nome.*

Abejide - *Aí quando a gente chegava lá porque era um lugar feito pelos jovens para os jovens e os caras davam mole no palco, eles viam nós na rua e cobravam a gente por causa de xingamentos dentro da comunidade. Perdemos o contrato de som e ficamos sem estrutura. Pedimos aos comerciantes e ninguém fortaleceu. Tava difícil falar com o prefeito por causa daquele processo de grupo gestores. Aí quando entregaram a praça tiraram o nosso acesso e a gente tá tendo que burlar para fazer o uso de um espaço que é nosso. Eu sempre falo com eles: a gente está antes da praça, então ela precisa se adaptar a nós.*

Jelani - *O problema é com a igreja Católica. Quando a gente ia fazer a atividade a igreja Batista as vezes tinha alguma festividade o pastor era super gente boa. Já a igreja Católica toda vez que vamos fazer uma atividade nos pede para abaixar o som porque eles se acham os donos da praça da Bíblia e nunca teve diálogo com a igreja Católica. Com a igreja evangélica nunca tivemos problema.*

Foi compreensível haver interrogações constantes entre os coletivos de juventude direcionadas a esse pesquisador, como por exemplo: o que fazer para não deixar esse substantivo teimoso (luta) ficar só no plano de algumas atividades? Como exclamá-lo em sorrisos frente às dificuldades diárias?

Sem pretensões de encontrar respostas, entendemos que as indagações deles também são nossas, pois passam pela percepção de que não se intimidar e expandir as lutas na periferia são as ferramentas potentes desse momento, e ela tem se apresentado como possibilidades

para seguir lutando por outras conquistas nessas relações de poder. Sendo assim, Heckert (2004) nos lembra que:

A insubmissão é condição do exercício de poder; ela instiga sua ação de modo que este exercício apenas se opera quando está de algum modo 'garantida' sua possibilidade de reversão. É neste sentido que poder e violência não podem ser tomados como equivalentes, não tem a mesma natureza, pois se o exercício do poder se configura como ação sobre ação, eventuais ou atuais, e por isso supõe sujeitos ativos, a violência é uma ação que opera direta e indiretamente sobre objetos, corpos, e visa impedir a ação do outro e, não, incitá-la. (HECKERT, 2004, p. 36).

Em 2017, um jovem negro de nome Abejide membro de um coletivo de juventude, procurou o Projeto de Extensão Redes no Território para ajudá-lo a levar um cursinho pré-vestibular, (hoje pré-enem) para a sua comunidade em Nova Rosa da Penha em Cariacica, porque, segundo ele, os moradores tinham este sonho. A sala de reunião do Redes foi transbordada de satisfação e surpresa daquele pedido, por muitos aspectos das relações que se estabeleceram ao longo da nossa andança pelo município.

A sala preenchia-se de olhares e intensos movimentos respiratórios de inspiração-expiração, porém não saciava as dúvidas acerca das possibilidades em contribuir cuidadosamente com essa construção coletiva. Esse apagar de luzes que sumia conjuntamente com suspiros, aflorava em expectativas e energias para que pudéssemos romper as barreiras institucionais existentes. Barreiras essas que diziam respeito ao corte de verbas que atinge as universidades públicas deste país e limita os recursos em pesquisa, extensão e as atividades laborativas dos professores. Embora fosse difícil enumerar as dificuldades e contradições impostas pela Universidade ao servidor que coordena um projeto de extensão, ficava visível a pulsação da coordenadora e de cada membro. Algumas saídas como uma campanha solidária de adesão dos professores da Universidade e a proposição de oficinas com discussões que fossem interessantes para eles foram debatidas como possibilidades. Como esse pedido chegou até nós no final do segundo semestre de 2017, não houve tempo hábil para chegarmos a um consenso e expandir possibilidades dessa construção.

Em 2018, porém, intensificamos conversas com diversos parceiros do projeto como o Círculo Palmarino³⁹ e o Rede Afirmação⁴⁰. E, nesse emaranhado de vias transgressoras, aquilo que se apresentava como sonho se tornou realidade, ficando assim nítido que talvez a construção de um mundo melhor passe por uma costura infinita, na qual somos agulha e linha fiando nossa própria (re)existência. A luta foi intensa e nos deixou muito felizes e entusiasmados com a implantação do cursinho para a região de Nova Rosa da Penha.

Entretanto, dizem os mais velhos que “a felicidade é um mar de vontades que nos dá acesso apenas às incertezas”, e foi nesse contexto de incertezas que a alegria nos tocou de forma intensa, porém muito rápida. Houve nesse período a intensificação de disputas por territórios entre o tráfico de drogas da região, e isso ocasionou o esvaziamento do cursinho durando apenas dois meses. Evidentemente, sofremos muito menos quando abstraímos sentimentos que nos deixam tristes e encarnamos as alegrias dos encontros, pois eles são combustíveis para ruir os estigmas em torno dos corpos negros e pobres das periferias que ainda alimentam o racismo no país.

Contraditoriamente ao que é apregoado pela grande mídia, os moradores das periferias experimentam belíssimas sensações porque tecem as próprias paisagens e delas se apropriam fundindo-as à sua inventividade com outras batalhas que vão surgindo como de rimas, com o funk; enfim, com a ritmicidade de seus corpos. Foucault (2009, p.106) nos adverte que “[...] as resistências não se reduzem a uns poucos princípios heterogêneos[...]”; por isso, temos ficado atentos e nos indagado: será que é possível a disseminação das vozes que se somam nos encontros para outros lugares do município? Como não transformar essas lutas em “eventos”? Como atuar de forma mais potente nas contendidas da juventude negra?

Pensamos que se alguns corpos já nascem fadados a morrer, muito se deve ao racismo que ainda se perpetua nos dias de hoje, em torno de algo que Fanon (1980) denominou de ‘entidade que é povo negro’. Afirmo ele” [...] E quando digo que a expressão ‘povo negro’, é uma

³⁹ O Círculo Palmarino foi criado em 2005 por dezenas de militantes oriundos de diferentes origens, seja o movimento estudantil, o sindical e o popular. Constituiu-se originalmente como um agrupamento de quadros, pouco orgânico, galvanizado em torno da bandeira do socialismo e da revolução proletária e sua relação com as lutas contra o racismo e em defesa do povo negro na África e na Diáspora. Fonte: Antologia Círculo Palmarino 10 anos de Resistência.

⁴⁰ O Afirmação- Rede de Cursinhos Populares é um movimento social que luta pela democratização da educação superior, contribuindo com a preparação de jovens, trabalhadoras e trabalhadores de comunidades populares para prestarem o ENEM. (Disponível em: < <https://www.facebook.com/redeafirmacao/>>. Acesso em: 11 de julho 2019).

entidade, quero dizer com isso que, excluídas as influências culturais, nada mais fica [...]” (FANON, p.21, 1980). Recordo-me com carinho quando, em meados da década de 90, aproveitava os dias da minha juventude para jogar futebol nos campos de terra de diversos bairros de Cariacica, e era cuidadosamente acolhido pelos moradores para aquela atividade lúdica que propiciava momentos de interação e circulação de diálogos.

Não podemos esquecer que Cariacica sempre teve seus espaços ocupados pelos negros e esta pesquisa se ancora em resistências acerca das condições extremamente perversas e desiguais impostas a eles nas suas formas de vida desde a sua colonização.

A influência do elemento negro nas bases da colonização do município foi a de maior alcance e extensão. Observa-se pelos resultados estatísticos publicados em 1878 no Dicionário Histórico, Geográfico e Estatístico da nossa província que ainda era a parte predominante da imigração. O município, com 5.318 habitantes, possuía 1.174 escravos de cor negra e, esclarecendo mais, se não fujo do assunto, completamente analfabetos (BEZERRA, 2009, p.44).

Entretanto, convém salientar que a historiografia ocidental - sobretudo a brasileira - foi construída de maneira enviesada. Mas nunca será demais lembrar que, ao longo da história, o negro resistiu com muita bravura a todas as formas de opressão despejadas em seus corpos. Desse modo, enquanto pesquisadores que apostam em vidas pulsantes, estranhar e negar construções estáticas e congeladas sobre os negros é alargar análises sobre a potência de seus territórios.

Estamos cansados de retratar congelamentos inexistentes que incluem apenas negros acorrentados, chicoteados, cativos e dizimados. Não estamos afirmando que não houve esse lugar ocupado pelo negro, e nem que não haja ainda hoje essa tentativa. Mas, afirmar esse lugar é compactuar, é deslegitimar os espaços de criação e resistências que os afro-brasileiros ocuparam e ocupam para fortalecer essa rede de cuidado com o seu povo.

Nossos ancestrais foram trazidos para o Novo Mundo destituídos de liberdade, ou seja, em grilhões, mas não chegaram destituídos de pensamento ou crenças sobre o que eles eram. Nossos ancestrais vieram com uma lógica e uma linguagem de reflexão sobre o que significava ser humano e sobre quem eles eram, [sic] a quem pertenciam e por que existiam [...] (NOBLES, 2009, p. 281).

Porém, ainda hoje a juventude negra tenta lutar como pode contra aquilo que lhe é impugnado ao seu destino, como, por exemplo, o excesso de políticas “protetivas” como a Segurança Pública, que contribui na retirada de suas vidas. Ao longo do texto, o leitor pode ter se perguntado muitas vezes porque fazemos um recorte e damos ênfase apenas à população negra

da periferia e não generalizamos a discussão para o jovem pobre de Cariacica? Achamos legítimo e pertinente tal pergunta e consideramos uma boa questão.

Contudo, segundo (WAISELFISZ, 2015, p.50) “[...] pode ser vista a enorme concentração nas idades jovens com pico nos 20 anos de idade, quando os homicídios por arma de fogo (AF) atingem a impressionante marca de 67,4 mortes por 100 mil jovens [...]”. O mapa da violência de 2016, com dados de 2014, denuncia também que esses homicídios têm especificidades na cor e o Espírito Santo apresenta a 4ª maior taxa de homicídio de negros do país por arma de fogo (HAF por 100 mil habitantes), um percentual de 46,4 %, enquanto [sic] que os brancos tem um percentual de 10,9. Ficamos atrás de Alagoas, Rio Grande do Norte e Sergipe, apenas.

Alicerçando ainda mais a problemática acerca do extermínio do jovem negro, o Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial aponta que “[...] A prevalência de jovens negros serem mais vítimas de assassinatos do que jovens brancos é uma tendência nacional: em média, jovens negros têm 2,5 mais chances de morrer do que jovens brancos no país” (BRASIL, 2015, p.21). Por fim, também contribui com essa discussão o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) no Atlas da violência do ano de 2017 quando aponta que “[...] de cada 100 pessoas que sofrem homicídio no Brasil, 71 são negras. Jovens e negros do sexo masculino continuam sendo assassinados todos os anos como se vivessem em situação de guerra”. (IPEA; FBSP, 2017, p. 30).

Desse modo, há nitidamente uma violação aos Direitos humanos, pois os dados de extermínio são alarmantes e temos questões concernentes à saúde provocada pela ausência de Políticas Públicas que resguardem a vida desses jovens. Além disso, os homicídios que ocorrem no município têm cor e ela dizima a população jovem negra da periferia, mostrando-nos, portanto, a urgência de lutar contra esse triste quadro genocida, cujo processo é caracterizado num racismo mascarado, conforme revela Abdias Nascimento em sua obra intitulada “O Genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado (2017)”, que denuncia, entre outras coisas, a farsa e o mito da “democracia racial”. Mito, segundo Silva Filho (2012), porque o imaginário social⁴¹ é de igualdade entre todos. Mas a prática cotidiana favorece a visibilidade

⁴¹ ‘O imaginário social citado no texto não é imagem. É criação incessante e indeterminada (social-histórica e psíquica) de figuras/formas/imagens, a partir das quais somente é possível falar-se de ‘alguma coisa’. Aquilo que

social, política, econômica e histórica de um dos propalados grupos formadores da Nação: o branco. Assim, não custa buscar em nosso imaginário que cor tem as pessoas que transmitem as informações pela mídia e se impõem por opiniões de especialistas e detém o controle das armas (NASCIMENTO, 2017).

São os brancos responsáveis pelas instituições de poder que regem as formas de violência e opressão contra os negros da periferia, coadunando dessa forma com o que nos alerta Larrosa (2002), quando afirma que “uma sociedade constituída sob o signo da informação é uma sociedade na qual a experiência é impossível”. Mas será que numa camada social segmentada em que os brancos são a minoria detentora dos privilégios, e extermina diariamente as classes populares de maioria negra, conseguirão eles sem resistência dissipar todas as discussões que estão sendo feitas acerca das implicações acarretadas para a sociedade?

Os negros têm cultivado no corpo as marcas da vida e, para não ficarem reféns de paralisias que só aprisionam e modelizam suas formas de vida, eles vão lutando para que as cenas teatrais da existência humana sejam operadas por lutas porque elas são o próprio devir. Assim sendo, compartilho do pensamento de Mbembe (2014) de que:

[...] O mundo está a ser criado, e também nós. Além desse processo de criação, co-criação e autocriação, é mudo e inatingível. Ao contribuir para esse processo triplo adquire-se o direito de herdar o mundo na sua totalidade [...] (MBEMBE, 2014, p. 60).

As dúvidas dos jovens que compõem os coletivos também são nossas, elas seguem contínuas, mas são diariamente pintadas a tinta e costuradas por eles por meio de poesias, músicas, grafitagens, rimas, saraus, neste mundo em constante laminação.

4 POLÍTICAS DE INIMIZADE: CRIMINALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS E A POTÊNCIA DAS LUTAS JUVENIS

Ao compartimentar (FANON, 2015) determinados territórios utilizando-se para isso de aparatos repressivos, como as forças policiais, e tentar impor o medo com processos que tentam desqualificar modos de criação da juventude da periferia, estamos diante de uma zona de exclusão intensificada com esse atual cenário político brasileiro que segrega para matar. Essas zonas de exclusão conferem aos corpos negros o rótulo de *Os Condenados da Terra* (FANON, 2015) e legitimam a desumanização dessas pessoas, por causa da cor da pele ou pela sua condição social.

Consequentemente, suas vidas são vigiadas de perto e algumas ações, como cadastros socioeconômicos, número de matriculados em escolas e em projetos sociais, se está empregado ou desempregado, servem como dispositivos de políticas de controle. Esses dispositivos sociais e de controle, como assinalam Coimbra e Nascimento (2015), tentam modular as ações de alguns indivíduos e, ao delimitar alguns territórios e rotulá-los como inseguros e perigosos, também contribuem para intensificar sua criminalização.

As estratégias de ordenação dos espaços urbanos têm se caracterizado, portanto, pela segregação, exclusão e isolamento das classes subalternizadas, corroborando a crença de que com elas estão as doenças, os perigos, as ameaças, a violência. Isso motiva o ataque diretamente empreendido sobre o espaço onde a sociabilidade dessas classes consideradas perigosas viceja e se consolida: a rua. Esta- como já afirmamos- passa a ser vista como ameaça à ordem local da barbárie, do promíscuo, das doenças, do tumultuo, do perigo, da criminalidade [...] (COIMBRA, 2001, p.100).

Por essa razão, percebe-se que a barbárie se torna algo naturalizado e os corpos negros são transformados em carne-coisa, carne-objeto (MBEMBE, 2017a, 2017b), reatualizando-se um apartheid espacial que é intensificado com as práticas de extermínio. Coimbra (2001), ao citar os espaços urbanos que não são valorizados pelo mercado imobiliário, nos fornece pistas de como são construídos os discursos sobre os ‘territórios da pobreza’, problematizando a violência, atrelada à situação de pobreza.

Na história das cidades, constata-se como tais territórios, à medida que são valorizados economicamente, têm suas populações empurradas para outras regiões menos importantes. As chamadas ‘periferias pobres’ sobrevivem sem as mínimas condições de saneamento básico, moradias, transportes, etc, - espaços onde, segundo o discurso hegemônico, vicejam a violência, o banditismo, a criminalidade. Em

verdade, essa história tem sido das exclusões, das marginalizações, das segregações de todos os ‘miseráveis’ (COIMBRA, 2001, p.81-82).

Na tentativa de controlar a vida das pessoas que vivem nas comunidades de periferia, são forjadas práticas brutais de imposição do terror. Tais ações têm como alvo as invenções e as afirmações de existência que estes corpos-vivos enunciam em espaços como as ruas. São produzidos cotidianamente mecanismos que reduzem o valor da vida e ampliam a indiferença com as mortes. Aqueles que conseguem escapar e viver um pouco mais são intimidados e se tornam objeto de uma exclusão forjada pelo rótulo de ser perigoso. Abaixo alguns trechos de entrevistas com participantes de dois coletivos que nos ajudam a perceber as contendas que os jovens negros enfrentam no dia a dia em suas comunidades.

Abejide - Eu já fui parar no DPJ (delegacia) porque pulei roleta. Uma vez nós estávamos indo cantar ali e o policial me pegou aqui mano, me pegou ali com mais outros antigos integrantes do coletivo. Queria levar nós preso porque a gente pulou a roleta. Ah por que você pulou a roleta? Eu falei: é cultural no meu bairro filho! Já tava bolado com ele já porque na época que eu trabalhava no l... expliquei que os meninos eram meus alunos e que estava indo cantar ali e ele começou a encher o saco. Eles ficaram dizendo que o menino tava fazendo sinal de arma pra ele. A gente nem tinha visto nada de polícia. Aí eles vieram e enquadraram nós na BR. Aí veio e deu um soco na costela de um integrante, o policial, tá ligado? Aí eu fiquei naquela, pô mano! Que lei é essa que os caras podem bater em nós? Aí beleza... A gente pula a roleta aqui e eles colocam a gente pra descer, humilha, quer bater. Aí chega na UFES os playboys pulando[...]”⁴²

Obaluayê - Teve um corre que os policiais pegou nós na madrugada andando, a gente tava voltando de uma festa. Aí o policial não foi muito com a nossa cara né? Aí tipo, começou a enquadrar nós. Aí ele até falou com nós assim é... Pô, vocês estão numa rua escura, uma hora dessas, vocês estão pedindo pra apanhar mesmo né? E eu já olhei para a cara do Egun e pensei; é agora que vou apanhar e nessa época eu não saía. Não era como agora não que eu saio para os lugares assim. Minha mãe ainda é preocupadona comigo. E tipo, era uma coisa diferente pro negro não era fácil não. Já passei sufoco com a polícia. Obaluaiê: rapaz, o policial botou nós dentro da gaiola e foi dar um rolê com nós. participante Angôro: Só que tipo, ele andou um pedaço e parou. Quando ele parou e abriu a gaiola que eu vi: meu irmão vindo porque ele tava vindo da festa também e já foi lá e conversou com o policial também. E o policial soltou a gente. Mas, aquele dia foi sufoco. E ele teve até uma cena que foi muito palha pra nós véi: quando o policial pegou uma lata de spray que tava com a gente e falou é... Vou jogar na cara dele pra ver se ficar mais preto. Foi uma polícia loira.

Egun - É.

Obaluayê - E ela falou isso com um policial negro do lado. Aí ele olhou assim pra nossa cara pegou a lata, bateu a lata na mão, tampou a lata, guardou e colocou a gente no camburão. Aí perguntou onde a mãe dele mora.

Angôro - Eu lembro até que ela falou mesmo assim: é, pode jogar, vamo ver se nesse aí também sai. Será que vai sair, ela perguntou vai sair? Aí eu: eu não sei não eu não sou acostumado a mexer com tinta spray não. Mas aquele dia...

Obaluayê - E é uma dupla de policial que batem na galera.

Pesquisador - Estão aqui no bairro ainda?

Egun - Sim.

Obaluayê - Essa policial loira foi uma das que mataram o P... lá no Flexal II com um tiro nas costas.

Angôro - E matou o S... aqui embaixo.

⁴² Fala de um integrante de um coletivo de juventude.

Egun - *É! Matou o S... aqui embaixo, essa desgraçada dessa loira! Eu vejo ela todo dia, matou meu parceiro.*

Obaluayê - *E outra: o policial que trabalha com ela é um policial negro, não tem? E ele é conivente com isso.*

Angôro - *Eu percebi a frieza dele quando ela falou, jogou uma piadinha racista daquela e ele não falou nada, tá ligado? Não impôs respeito nenhum. Tipo, eu vi que ele se sentiu ofendido também.*

Egun - *Porque senão ele teria jogado spray na gente.*

Obaluayê - *Mas ele guardou a parada e colocou a gente no camburão, tá ligado? Ele não falou nada com ela, assim na nossa frente. Não sei se falou depois, não sei...Porque eu acredito que mesmo o policial negro quando ele vê uma cena de racismo assim ele sofre mas ele acaba ficando calado por causa da corporação.*

Angôro - *Não tenta intervir.*

Obaluayê - *Mas foi uma cena muito palha pra nós porque depois daquele dia eu não tenho mais moral de andar na rua de madrugada, eu não tenho. Eu não ando mais na rua de madrugada vocês andam?*

Angôro - *Ando com medo.*

Egun - *Ando com medo.*

Obaluayê - *A gente tava voltando de uma festa. Uma festa que tipo: foi barrada pela moradora, depois foi barrada na rua e a gente teve que descer véi.*

Egun - *E tipo, desse negócio de falar de não andar à noite eu também fiquei mais ainda com medo depois que a força tática fez um racismo com um mano nosso. Ele é negro, aí ele tava na frente de casa e só por ele ter entrado já foi motivo pra eles falar que ele tava escondendo droga. E tipo: ele entrou pra dentro de casa e os policiais tudo já cercaram a casa, amigo nosso que mora ali no areial também.*

Pesquisador: Então isso que acontece aqui tem sido...

Egun - *Comum!*

Obaluayê - *Mais por parte da polícia né?*

Angôro: *Sim. (Falas de integrantes de um coletivo de juventude)*

Ser pobre e jovem neste país é uma batalha constante para afirmar a vida. E ser jovem pobre e negro é um guerrear sem o poder de escolha, já que é a sobrevivência que está em jogo. Logo, enfrentar os padrões modelizados não é fácil, e passa pela subversão das lógicas prescritivas e enunciadas como maneira de erradicar criminosos em potencial (COIMBRA; NASCIMENTO, 2015). Assim, ao fugir do extermínio generalizado, temos vivenciado um ódio que só cresce e é dirigido, sobretudo, à população negra e pobre, que luta também contra a situação de miséria produzida pelo desemprego e pelas condições precárias de vida nessa sociedade capitalista neoliberal.

Se no capitalismo liberal os jovens pobres foram recolhidos em espaços fechados para serem disciplinados e normatizados na expectativa de que fossem transformados em cidadãos honestos, trabalhadores exemplares e bons pai de família; hoje, no neoliberalismo, não são mais necessários ao mercado, são supérfluos, suas vidas de nada valem, daí o extermínio. (COIMBRA; NASCIMENTO, 2015, p.7).

Por neoliberalismo, Mbembe (2017b) entende que:

Por neoliberalismo entenda-se uma fase da história da Humanidade dominada pelas indústrias do silício e pelas tecnologias digitais. O neoliberalismo é a época ao longo da qual o tempo (curto) se presta a ser convertido em força produtiva da forma-

dinheiro. Tendo o capital atingido o seu ponto de fuga máximo, desencadeou-se um movimento de escalada. O neoliberalismo baseia-se na visão segundo a qual ‘todos os acontecimentos e todas as situações do mundo vivo (podem) deter um valor de mercado’[...]. (MBEMBE, 2017b, p.13).

Desse modo, a consolidação do ódio às pessoas que não se ajustam à maneira neoliberal deste funcionamento do capitalismo cresce diariamente com um apelo bélico para combater os modos de vida de quem não coaduna com o modelo de “cidadão trabalhador”, ou é visto como um criminoso em potencial. (COIMBRA; NASCIMENTO, 2015). Estamos de acordo com Coimbra (2001b) quando ela ensina que a miséria é produzida pelo capital cada vez mais predatório, pois ele precisa excluir determinadas populações para afirmar a sua existência.

[...] Não há como negar que a implantação de políticas neoliberais tem produzido efeitos funestos que se traduzem no desemprego programado e na efetiva restrição ao pleno acesso aos bens mínimos necessários à dignidade humana (COIMBRA, 2001b, p.145).

Coimbra e Nascimento (2015), contudo, nos chamam a atenção ao conclamar que fiquemos atentos aos segmentos subalternizados, sobretudo os jovens das periferias em suas resistências e lutas cotidianas fora dos padrões organizados, pois elas se fazem muitas vezes nas condutas nomeadas como delituosas, classificadas como ‘perigosas’. Vemos que apesar de todas as dificuldades que a juventude das comunidades pobres encontram, no que diz respeito a um destino pré-estabelecido pela lógica perversa do capital (COIMBRA; NASCIMENTO, 2015), eles vêm resistindo, criando subterfúgios e formas microscópicas de ações que insistem em negar o lugar de “perigo” em que são colocados pelo discurso hegemônico neoliberal.

Ao explanar sobre os graus de violência a que certas vidas são submetidas, Mbembe (2017a) descreve que já no final do século XX vemos surgir um Estado securitário e de vigilância.

O Estado securitário alimenta-se de um *estado de insegurança* que ele próprio fomenta e para o qual pretende ser a resposta. Se o Estado securitário é uma estrutura, o Estado de insegurança é uma paixão ou, ainda, um afecto, uma condição e, até, [sic], uma força de desejo. Por outras palavras, é o Estado de insegurança que faz funcionar o Estado securitário, sendo este, no fundo, uma estrutura responsável por investir, organizar e mudar os instintos que constituem a vida humana contemporânea [...]. (MBEMBE, 2017a, p.89, grifo do autor)

É em nome da segurança de grupos sociais mais abastados da população que tem se erigido práticas de extermínios e encarceramento, destacadamente de negros que moram nas periferias. Isso culmina numa “*instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos*”, com pouca ressonância das mídias de massa para frear essa necropolítica (MBEMBE, 2017a, p.111, grifo do autor). Sem esquecermos que há

pouco mais de dois anos ocorreu uma barbárie que culminou com a morte de centenas de pessoas, jamais poderemos admitir o desrespeito à memória das vidas que foram ceifadas no Espírito Santo durante a greve da Polícia Militar. De acordo com o jornal Gazeta Online, o número oficial dessas mortes foi de 219 pessoas.

Fevereiro de 2017 teve o cenário de uma guerra não declarada no Estado. Com ruas vazias, o comércio registrou uma onda de arrombamentos, saques e roubos. Além disso, 2019 pessoas foram mortas em um dos meses mais sangrentos do Espírito Santo. Nas portas dos batalhões, esposas e amigos de policiais militares bloqueavam a saída das viaturas e dos agentes. Sem policiamento nas ruas por 22 dias, houve um massacre (CARVALHO, 2018, online).

Figura 10- Batalha da Estação



Fonte: Coletivo Batalha, Flexal I.

Do alto do morro, olhava para os lados e percebia retalhos de cores ligando-se através de nós. São neles que habitam as pessoas que compõem a mesma espécie de tantas outras, separadas geograficamente pelos valores monetários da espacialidade. Os nós delimitam os becos, ruelas, avenidas escondidas e, assim como as árvores de uma floresta, formam a paisagem básica da comunidade. Infelizmente, essa paisagem simples escondeu por 21 dias em 2017 os olhos que presenciaram sequestros e assassinatos a céu aberto de jovens. Esse palco se tornou um teatro de operações de guerra onde não se sabia o que era mais dolorido: tropeçar em corpos mortos no chão, se trancar em casa protegendo-se dos tiros e seus estampidos ou tampar

os ouvidos contra a surdez provocada pelos motores das hélices de helicópteros do Exército Brasileiro.

A população presenciou um espetáculo de terror generalizado no Espírito Santo provocado pelos policiais militares e pelo governo do estado. Esse horror tomava conta dos noticiários e o apelo pela audiência da transmissão do caos confundia-se com a naturalização da dor de várias mães e pais que tiveram seus filhos – em sua maioria nas periferias - assassinados por armas de fogo, fora as pessoas que misteriosamente desapareceram das suas comunidades. Enquanto isso, as pessoas que perderam seus entes queridos choram e continuam de luto, tentando entender tamanha barbárie humana ocasionada pela disputa de poder que foi resvalada nas comunidades mais pobres do estado.

Não menos chocante foi o fato de que os corpos assassinados, dilacerados pelas armas, eram noticiados desprovidos de nome, de pertencimento social. Eram identificados apenas pela sua paisagem corporal, cujo componente principal para o extermínio foi sua cor. Coincidência? Destarte, ao analisarmos o número de mortos e as dores causadas pela perda e o desespero por não saber a quem recorrer para desvencilhar-se de um alvo cadavérico em potencial, fica difícil encontrar quem foi menos responsável nesse jogo de forças entre a Polícia Militar e o governo estadual. Logo, nesse mar de lágrimas misturadas com sangue, é impossível não pensar nesses personagens sombrios que, junto com a mídia, revezavam-se no atear de fogo aos corpos e à memória das pessoas assassinadas.

Convém ressaltar que a sociedade capixaba perdeu a oportunidade de discutir alguns paradigmas importantes, como quão violenta e ultrapassada é a Polícia Militar, utilizada nitidamente para combater os anseios da elite. Em contrapartida, a grande mídia intensificou seu papel na produção de medo e, ora inclinava-se favoravelmente para as mãos de ferro do governador Paulo Hartung, ora elevava a importância da atuação do policial, exercendo sutilmente seu posicionamento de não desvinculação desse duplo alicerce e prestando, portanto, um desserviço à população.

Durante esse período, houve a intensificação da produção de medo em circular por alguns espaços. E se a eliminação da população juvenil era até então uma prática disfarçada, tornou-se escancarada. De acordo com Coimbra (2001, p. 29), a mídia é um dos equipamentos sociais fundamentais dessa contemporaneidade porque, ao produzir significados e interpretações do mundo, ela nos indica “como pensar, como agir e orienta sobre o que pensar e o que sentir”.

Assim, exercitar o pensamento de como são forjadas as notícias não é algo fácil, pois ao mesmo tempo em que ela contribui para nos atualizarmos, ela torna a violência um espetáculo.

Portanto, além de produzir massivas subjetividades, de estar nas mãos de uns poucos, a mídia funciona organizando diversos e diferentes fluxos de acontecimentos; pela via do espetáculo, das formas dramáticas e sensacionalistas, produz as ‘identidades’, as simpatias, os prós e os contras. À medida, portanto, que organiza os múltiplos fluxos de acontecimentos, a mídia hierarquiza os temas, selecionando os que deverão ser do conhecimento público e, dentre estes, os que deverão necessariamente ser discutidos, debatidos, pensados. (COIMBRA, 2001, p. 36).

Já Agamben (2013) aponta que:

Selecionar na nova humanidade planetária aqueles caracteres que permitam a sobrevivência, remover o diagrama sutil que separa a má publicidade midiática da perfeita exterioridade que comunica apenas a si mesma – esta é a tarefa política da nossa geração. (AGAMBEN, 2013, p. 61).

Nesse sentido, acredito que temos como desafio conviver com essa mídia de massa que aí está, mas ficando atentos ao que ela dissemina, porque, por mais relevância social que ela tenha, não podemos esquecer que ela é um mecanismo “eficiente nos processos de subjetivação e produz existências e criminalidade” (COIMBRA, 2001).

Mesmo após o episódio nefasto que apontamos na história do Espírito Santo, a Intervenção Federal começa a virar uma saída para o governo se eximir das mortes das centenas de pessoas e manter uma política aniquiladora de vidas. É visível a intensificação da perseguição policial aos moradores, em sua maioria afro-brasileiros, e a instituição dos tribunais inquisitórios como justificativa de repressão ao crime. Corroborando com essa ideia, foi noticiado que a Força Nacional vai reforçar essas práticas criminosas em vinte e oito comunidades do município de Cariacica (KANANDA, 2019, online). Dessa forma, fica visível que o Estado tem calcado seus interesses de expansão e/ou prosperidade econômica em políticas de genocídio, criminalização das comunidades da periferia e “abate” da população pobre e jovem, que em muitos casos se utiliza da instituição do tráfico de drogas como uma alternativa de vida e de lidar com o desemprego.

Cabe destacar que todos os participantes dos Coletivos de Juventude com quem conversamos vivem nos bairros que serão abrangidos pela atuação desse aparato bélico, inclusive o pesquisador. Em entrevista ao jornal Tribuna OnLine, o subsecretário de Segurança Pública Guilherme Pacífico afirmou que a Força nacional de Segurança (FNS) vai atuar em

comunidades onde o governo já desenvolve uma outra política: o “Estado Presente”. Como já mencionamos, entendemos que essas políticas são de cunho securitário e funcionam para acentuar a criminalização dos territórios pobres, além de efetuar o combate a uma suposta criminalidade atribuída aos jovens que vivem nas periferias, cujo sinônimo parece ser o da criminalidade divulgada pelas mídias de massa.

Pelo menos 28 bairros de Cariacica vão receber a atenção da Força Nacional de Segurança (FNS). De acordo com a Secretaria de Estado de Segurança Pública (SESP), 100 homens chegarão ao Espírito Santo até o final de agosto para auxiliar no combate à criminalidade (KANANDA, 2019, on line).

Fanon (2015), ao ter mencionado sobre o rearranjo de um mundo colonizado cortado a dois durante o processo de colonização, nos faz pensar sobre essa prática que temos vivenciado cotidianamente com as “ocupações” policiais em bairros de periferia ao mencionar que:

O mundo colonizado é um mundo cortado a dois. A linha de corte, a fronteira, é indicada pelas casernas e pelos postos policiais. Nas colônias, o interlocutor legítimo e institucional do colonizado, o porta voz do colono e do regime de opressão é o policial ou o soldado [...]” (FANON, 2015, p.54).

E Mbembe (2018) reatualiza os ensinamentos de Frantz Fanon, ao descrever que esse tipo de divisão do território durante a ocupação colonial:

[...] Envolve a definição de limites e fronteiras internas, representadas por quartéis e delegacias de polícia; está regulada pela linguagem da força pura, presença imediata e ação direta e frequente[...]. (MBEMBE, 2018, p.40).

Entretanto, Coimbra (2001) afirma que apesar da dicotomia produzida entre a existência de duas cidades, uma rica e outra pobre, isso escamotearia o fato de que elas são articuladas e uma não existe sem a outra, pois ‘uma assegura a existência e a reprodução da outra’. Essas comunidades, ao serem sitiadas pela noção ficcional de inimigo, são descritas por Mbembe (2018) como a junção entre estado de exceção e uma relação de inimizade que é produzida como base normativa do direito de matar, configurando-se em um poder que não é apenas estatal. Isso porque a institucionalização da barbárie vai desde a invasão de casas dos moradores, pela força policial para execução de mandados, assassinatos, até a expulsão de moradores que não seguem as regras dos traficantes das comunidades em que vivem.

Em uma conversa com um integrante de um coletivo que pediu para não ter seu nome divulgado, foi mencionado que após sair da carceragem e optar por outros caminhos para

conduzir sua vida, os traficantes o expulsaram juntamente com toda a sua família da antiga comunidade em que residia. Amedrontados, eles deixaram as suas residências e jamais voltaram lá outra vez. Segundo ele, ainda recebe ameaça de morte dos traficantes e esse fato o deixa muito triste porque ele tem um filho (Diário de campo do dia 21/09/2018).

Quando me aproximei dos Coletivos de Juventude, incalculáveis foram as vezes em que fiquei com vontade de perguntar qual era o retorno financeiro nas ações produzidas por eles. Essa dúvida persistia porque vivemos em um mundo onde somos subjetivados por processos utilitaristas da vida. E quantas vezes não nos deixamos levar pelas falsas impressões ou achismos? Até que decidi correr o risco de perguntar: o que eles ganhavam em troca, por tamanha generosidade frente aos múltiplos desafios fincados sobre imensas montanhas, cuja escalada requer profusas energias? Uns me convidavam a ter um olhar paciente que tentasse entender os efeitos dessas ações políticas dentro da comunidade. Outros me respondiam com sorrisos insinuantes para que o olhar fosse profundo, de dentro do contexto político.

Faz pouco tempo que conversei com um jovem de um coletivo, e essa conversa me possibilitou entender outras conexões que muitas vezes escapam ao nosso olhar e à nossa escuta. Isso foi muito interessante porque ampliou o campo de análise para além do que eu imaginava ouvir. Obaluayê relatou como foi angustiante crescer em meio ao tráfico de drogas, negando-se a admiti-lo como única oportunidade de condição de existência.

Desde cedo somos subjetivados a ter na atividade laborativa o meio crucial de uma “vida digna” aos olhos da sociedade capitalista e de controle. Ele me relatou o quanto lhe dói a saudade que sente dos seus amigos que ingressaram no tráfico e já se foram, vítimas do extermínio. Mas a memória dos que se foram permanecem guardada consigo e, ao que pareceu, os amigos que ainda estão vivos revigoram o seu entusiasmo na militância. Afirmou, ainda, que não queria ser mais uma vítima e, por isso, não ficaria pacífico diante de toda a situação.

Um dia desses me convidou para conhecer Angôro, que é outro jovem multiplicador das movimentações que acontecem em uma dessas comunidades frequentemente criminalizadas pela mídia, e lá fui eu. Ficamos conversando por horas sobre diversos assuntos como: futebol, música, emprego, racismo, oportunidades artísticas aqui no estado, e sobre o tráfico de drogas.

Segundo ele, ao observar as atividades dos traficantes, pode-se comparar a qualquer outro trabalho, porque existem minuciosos detalhes que requerem bastante cuidado e atenção. Estávamos sentados numa varanda e a brisa tentava espantar um pouco do calor que fazia naquela tarde, quando ouvimos muitos fogos, gritos e correrias vindos em nossa direção. Há poucos minutos Angôro acabara de relatar com muita tristeza as constantes abordagens e invasões domiciliares feitas pela polícia e, justamente naquele momento, presenciei uma abordagem a outros amigos de Obaluayê e Angôro.

Eles relataram que os policiais costumam barbarizar naquela comunidade. E, ao criarem alternativas para movimentar as ações da juventude daquele território, já foram alvo de inúmeras ameaças, agressões e rotulados como delinquentes. Será difícil esquecer a tensão daquele momento e, quando pensei que havia acabado, no caminho de casa fomos abordados pelos mesmos policiais, numa cena lamentável que ainda guardo na memória. Recordo da pergunta do jovem Obaluayê aos policiais: tá nos abordando só porque somos pobres?

É notório que este modelo hegemônico-financeiro de produção impõe a gestão da miséria, pois ele não consegue comportar toda mão de obra disponível e, por isso, reduz os indivíduos ao que fazem, oprimindo-os nos guetos urbanos. E, se alguns já nascem inseridos em escolas de elevada qualidade, formidáveis moradias com acesso a ruas pavimentadas, e tendo suas necessidades supridas até boa parte da vida, outros vivem desde cedo na miséria. Nascem em meio ao excesso de enchentes com dejetos de esgoto que inundam barracos, e a falta de condições de minimamente viver bem. Ouvi de muitos deles com os quais tenho conversado que fazem parte de um círculo vicioso e perverso porque, com pouquíssimas alternativas, seus pais entram no tráfico de drogas e morrem.

Nas comunidades pobres, entretanto, não existe apenas miséria. Nesse “poder sobre a vida, há também o poder da vida, sua potência política de invenção” (COIMBRA, 2007) e a juventude que movimenta sua comunidade atua na contramão das mazelas que lhes são impostas diariamente. A maioria deles reconhece os problemas que vão além da infraestrutura da sua comunidade e, mesmo em paupérrimas condições, raramente a desqualificam.

Não obstante tais fatores, muitas dessas existências e vidas são reinventadas nas lutas cotidianas de resistência e, da mesma forma, seus espaços também o são. Embora, o século XX desde seu início tenha sido marcado pela desqualificação e pela tentativa de fazer desaparecer os espaços públicos, estes são constantemente ‘reinvadidos, repossuídos, reinventados por aqueles que dele fazem o jogo da vida’. São, ainda – apesar dos esforços que foram e continuam sendo feitos para esvaziá-los - lugares

que, subitamente, são ocupados e invadidos por manifestações que a muitos de nós causam surpresa e às elites representam uma ameaça. (COIMBRA, 2001, p.134).

Figura 11- TG para a vida



Fonte: Coletivo Criatividade/ Movimento Funk Capixaba.

Tenho presenciado “um sem números” de jovens com habilidades artísticas altamente qualificadas, que vão desde a confecção de livros literários até produções musicais elaboradas em estúdios improvisados. Isso tem sido possível graças à retirada dos míseros recursos que provêm do sustento dessa população, na tentativa de abrir uma pequena passagem nos territórios criminalizados e para aproximar as pessoas das lutas.

Ouvi de outros jovens que o tráfico de entorpecentes é uma saída financeira interessante, mas por já estarem cansados de presenciar uma acentuada parcela de vítimas do encarceramento e das numerosas mortes, vislumbram outros caminhos que possam estar intimamente alinhados com a alegria de percorrer livremente territórios para além da sua comunidade, sem serem constrangidos a todo momento pelas abordagens policiais ou correr o risco de ser ali exterminado.

Abaixo trecho da entrevista com dois jovens de um dos coletivos, que participaram da pesquisa desta dissertação:

Pesquisador: *Quando você fala em se envolver, algumas pessoas veem isso como ser soldados do tráfico, e vocês, como veem?*

Angôro - *Mas é mano. Mano a questão é que hoje em dia a oportunidade de uma boa vida, tá ligado? Tá difícil. E o crime como muitos dizem: é uma ilusão, tá ligado? A pessoa vê ali mano... Igual os “menor”, quem não quer mano tá no baile? Você tá de pistola e todo mundo te dar condição; você tá lotado de amigos em volta, tá ligado?*

Tá ligado? “Amigos”. Mas, isso ilude mano eu falar pra você que é mentira que o tráfico não dá um dinheiro responsa, tá ligado? Eu tô mentindo se eu falar que não! Isso daí, de fato. Mas, é um dinheiro, como dizem... Muito amaldiçoado mano, é um dinheiro que não vale a pena; pode ser muito, mas não vale a pena você tá ganhando ele tá ligado?

Obaluayê - *É uma parada meio passageira, tá ligado?*

Angôro - *É isso aí. É uma parada passageira, tá ligado? Você vê que... Ô mano, é... Você acha que é maneirão, vou tá com dinheiro, tô de pistola, tô gastando na minha favela entre aspás. Mas, é pura ilusão essa parada e eu não desejo isso pra ninguém não porque só eu sei o que eu já passei nessa vida.*

Angôro - *Você acaba criando conflitos que você nem queria ter né? Igual mano, bom Obaluaiê me lembrar... Igual, o participante 1 tem altos projetos em Flexal 2 lá pra cima e eu não subo lá por conta disso. Se eu subi lá eu sei que os caras vão querer me oprimir, tá ligado? Ou até, mais...*

Pesquisador - *Por conta do seu passado?*

Angôro - *Por conta do meu passado, tá ligado? Aquela coisa de tirar foto, tá ligado? Tirar foto com os manos da boca, tá ligado? Porque sempre que você entra, a primeira coisa que você faz é tirar foto com o bonde e postar no face, tá ligado? Postar no zap e aí isso chega na galera. É uma informação que passa rápido.*

E a língua conspira, tá ligado? As vezes nem é pra tanto mano. Mas a língua do ser humano que faz as coisas tomar essa proporção, tá ligado? As vezes um amiguinho é influenciado por outro. Ah, fulano que morava lá embaixo agora tá se envolvendo, comentando essa parada pra dar problema futuramente, tá ligado? Aí é por isso que hoje no tráfico mano é muita criança envolvida. É muita criança, então os caras tá tipo tomando ciência da revenda, tá ligado? E o tráfico não é uma escola boa pra você se formar não mano; você tem que focar numa parada e correr atrás mano. É por isso que um dos motivos da batalha ter sido criada. Tenho um dos amigos meu que o moleque é responsa mesmo e agora ele é gerente da parada aí, tá ligado? Mas o mano o menor me dá uma surra fazendo freestyle, doido? O menor me quebra rimando doido, mas tipo... E ele tem um passado massa... Foi campeão de judô lá no Rio de Janeiro, vários rolês véi.

Pesquisador - *É novo?*

Angôro - *16 anos. Mas como eu tava falando, a oportunidade é mais fácil. Igual, ele não tem mãe, não tem pai, tá ligado? Ele só tem a irmã dele agora no mundo. Então o que você acha que seria mais fácil pra ele? Uma solução mais rápida pra solucionar os problemas dele? Entrar pro tráfico ou entrar pra escola que só daqui a 3 anos o cara vai começar a trabalhar, tá ligado? O que você acha que ele vai escolher? Tá no baile... Igual eu tava falando, do lado de amigo, mulher interesseira, tá ligado? (Fala de um integrante de um coletivo de juventude)*

Pelas falas acima, avaliamos que é importante estarmos atentos para não culpabilizarmos as atividades do tráfico como causa, pois entendemos que ele é consequência desse processo que “transforma violência em sinônimo de pobreza” (ALMEIDA; LIMA, 2014). Por isso, não demonizar nem romantizar as suas práticas parece uma maneira razoável de lidar com essa temática nas comunidades da periferia.

A polícia tem sido usada intensivamente como instrumento do Estado e, com as suas mãos, manobra os dispositivos letais para uma limpeza étnico-racial ou socio-racial, fundando assim as barragens de sangue nos chãos das periferias urbanas.

Assim como o tráfico é visto como personificação do ‘mal’, o exercício de um trabalho legitimado (ou a frequência a uma instituição escolar, dependendo da idade) ocupa o outro extremo dessa visão maniqueísta. Ser de ‘bem’ significa trabalhar e /ou estudar tanto para moradores de favelas, quanto para policiais. Nesses casos, comete-se um grave erro quando se confunde ‘trabalhador’ com ‘traficante’ (ALMEIDA; LIMA, 2014, p.50).

Por conseguinte, vemos com muita tristeza, porém não espantados, a produção e divulgação de dados alarmantes sobre o número de mortos nesse “holocausto” no Espírito Santo, e que não para de crescer. De acordo com o Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (BAPTISTA; COBE, 2018, online), um estudo realizado pelo Observatório da Criança e do Adolescente da Fundação Abrinq indica que em 2016, a cada 10 assassinatos de jovens espírito-santenses, 8 foram de negros. O estado foi o segundo do país em mortes de jovens até 19 anos de idade, um crescimento exponencial de 75,29% em relação ao ano de 1997.

Dados de 2017, divulgados no Atlas da Violência, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), apontam que o Espírito Santo está em 12º lugar no número de homicídios de homens jovens entre 15 e 29 anos de idade, com 86 mortes por grupo de 100 mil habitantes.

Segundo eles,

O crescimento da taxa de homicídios no Espírito Santo, em 2017, parece ser um ponto fora da curva da trajetória declinante das mortes violentas intencionais no estado que vinha de 2010. Tal aumento pode ser quase totalmente explicado pela greve da Polícia Militar no estado, que durou 22 dias, em fevereiro de 2017, quando um clima caótico tomou conta do estado e 219 pessoas foram mortas (IPEA, FBSP, 2019, p. 19).

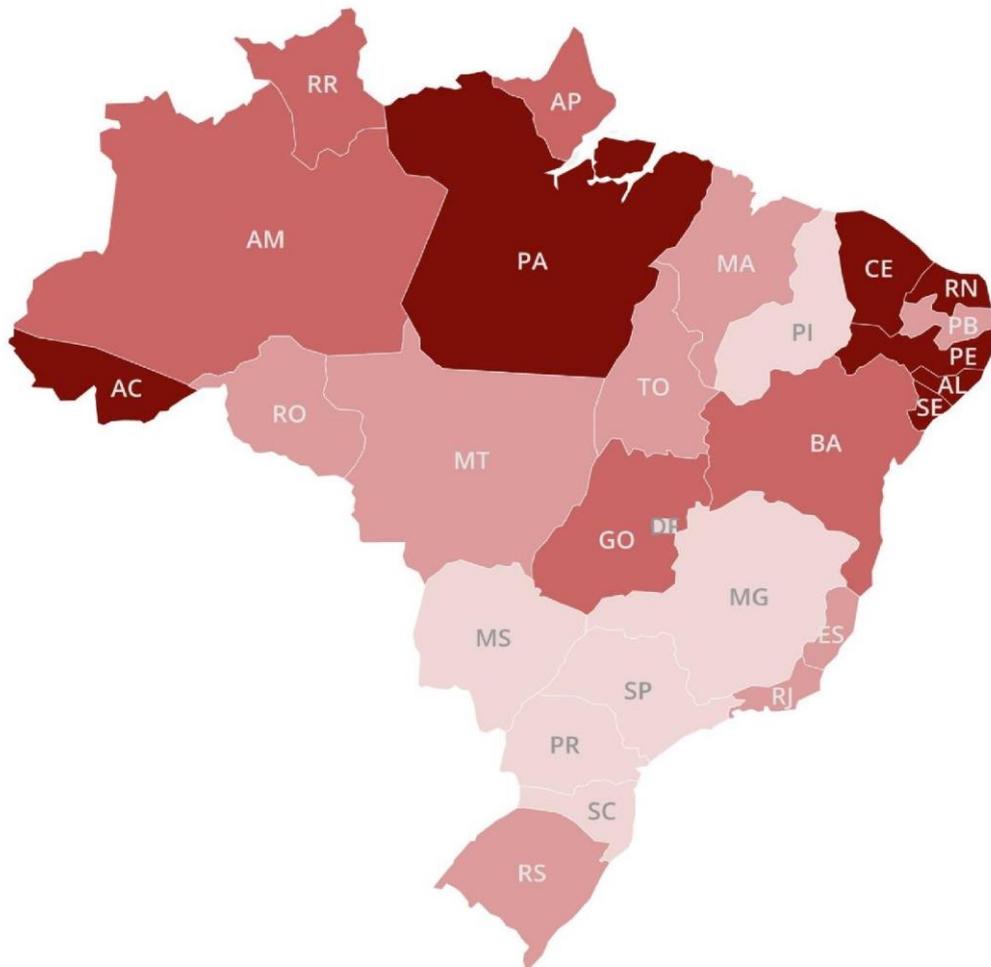
O Atlas da Violência de 2019 também informa que, entre 2007 e 2017, no Espírito Santo, a taxa de homicídio contra os negros havia tido uma redução de 18%. Mas em 2017 houve o aprofundamento e a continuidade de violência letal com 50,2 mortos por cem mil habitantes e o aumento de 18,8%, e o estado ocupa o 11º lugar entre as unidades da Federação (IPEA; FBSP, 2019). Diante da ferocidade dos dados genocidas e de afirmações tão cruéis, nos perguntamos: E as pessoas que ainda hoje estão desaparecidas?

Taxa de homicídios no Brasil

RN tem a maior taxa; SP, a menor

TAXA DE HOMICÍDIOS POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO EM 2017

10 - 24,9 25 - 38,9 39 - 48,9 49 - 62,9



TAXA POR ESTADO



Figura 12- Atlas da violência: greve da PM fez subir número de mortes violentas no ES em 2017

Fonte: <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/roda-de-boteco/2019/noticia/2019/06/06/atlas-daviolencia-greve-da-pm-fez-subir-numero-de-mortes-violentas-no-es-em-2017.ghtml>.

Esse dispositivo Necropolítico de atuar e criminalizar a favela tem sido uma das pautas e pilares explícitos do Governo do Estado do Espírito Santo para fazer uma limpeza étnica e social quando o assunto é a juventude. E Mbembe (2017), ao discorrer acerca da Necropolítica, nos aponta caminhos de completude entre o Terror e o contra Terror, sendo uma dupla face para se retirar direitos.

[...] o poder necropolítico opera por um gênero de reversão entre vida e morte, como se a vida não fosse o médium da morte. Procura sempre abolir a distinção entre os meios e os fins. Daí a sua indiferença aos sinais objetivos de crueldade (MBEMBE, 2016, p.65)

Dessa forma, a produção de violência contra os negros não é mera falácia ou vitimismo como tentam supor, e vai além do extermínio físico. Ela corrobora com a supressão de um andar tranquilo pelas ruas, como fazem todos os outros indivíduos ao forjar o medo dos espaços públicos. Porém, embora haja essa tentativa de constrangimento e esta política deliberada de extermínio dos jovens negros, temos verificado que a juventude de Cariacica tem ficado atenta a essa tática artilosa e se mobilizado contra a intensificação do autoritarismo e de suas formas de coerção.

Ao escapar desses artifícios, fica perceptível o empenho da juventude de nos alertar sobre os subterfúgios inventivos das lutas, sem perder de vista que elas se fazem nos embates. São neles que nos fortalecemos, nos solidarizamos e criamos trincheiras coletivas para os enfrentamentos diários às prescrições estabelecidas.

Os jovens pobres vivem a experiência do local por meio de ações que muitas vezes escapam às formas instituídas de funcionamento e de organização, inventando outros mecanismos de sobrevivência e luta, de modo a subverter destinos prefixados pela sociedade capitalista (CORDEIRO, 2009, p.59).

Daí a dimensão cuidadosa que devemos ter com o nosso olhar, porque dele dependemos para energizarmos o corpo a essa altura da caminhada. Será, pois, a partir da caminhada coletiva que produziremos lutas mais consistentes. Dessa forma, ao analisar algumas falas dos jovens com os quais conversei, fiquei com a impressão de que tem havido uma simbiose de violências entre os traficantes que justificam algumas imposições dos seus códigos e melhores condições de vida, e o braço armado do Estado, que se apodera disso para implementar brutalmente suas

“ações de presença”. Assim, na simultaneidade entre a potencialização dos espaços da favela com as ações recreativas e culturais, somando-se às reivindicações por melhoria das condições de vida dos moradores, é que a juventude permanece elevando suas vozes contra as políticas de criminalização das suas atividades.

4.1 FIANDO CAMINHOS PARA ABERTURA DE MUNDOS A PARTIR DA DIFERENÇA: NA BATALHA, NA CRIATIVIDADE, NO MOVIMENTO E NO APRENDER COTIDIANO

Caro leitor, é difícil descrever as sensações que se agruparam neste corpo nos últimos anos. Primeiramente, algo que não podemos esquecer da história deste país é que uma mulher foi eleita como Presidenta da República – inimaginável até pouco tempo no regime patriarcal em que vivemos – e, coincidentemente, houve o seu impeachment. Esse foi o cartão de visita acompanhado de práticas sorrateiras e ultrapassadas daqueles que ainda fazem parte da velha ordem dos anos de “chumbo” que tivemos durante o regime militar. Temos vivido tempos tenebrosos nos quais tem prevalecido a investida em anulação de direitos das classes subalternizadas economicamente. Dessa forma, reascendem-se fascismos varridos com o vento e escondidos pela elite dominante.

Essa tentativa de assegurar privilégios apresenta-se como uma das formas mascaradas de afirmar o racismo, e ele persiste nos olhares que transfiguram a vida das pessoas com o cunho de manutenção no poder e nas decisões políticas do país. Desse modo, há uma luta colocada que se amplifica através das alianças feitas com pessoas sensíveis a essa opressão em massa e extermínio de certas vidas. São nessas articulações que poderemos dar conta de guerrear de forma menos díspar, pois nelas também aprendemos a intensificar a sensação de nos ver como o Outro.

Nessa relação, nosso corpo arborece sob um território de muitas cores. Pouco importa a tonalidade estampada na pele, porque combater práticas de segregação perpassa por uma consciência coletiva e universal. Neste cenário inóspito, e pouco atraente no que tange à esperança por transformações de cunho social para a população de baixa ou nenhuma renda, suspeitamos que a política estabelecida no momento tenha como componente motor a supressão de direitos assegurados constitucionalmente. E isso tem sido garantido através do uso da força.

Em consonância com as palavras de Agamben (2014), vivemos um estado de exceção através de uma guerra legal que não elimina apenas adversários políticos, mas também cidadãos que por qualquer motivo estejam supostamente à margem da sociedade. “[...] Essa desigualdade é fruto da estrutura racista, somada à exclusão social e à desigualdade socioeconômica, que atinge toda a população brasileira e, de modo particular, os negros” (GOMES; MUNANGA, 2016, p. 172).

É nela que a elite branca brasileira tem angariado o continuísmo da opressão de classes, especificamente dos negros pobres de periferia que compõem a maioria dos habitantes do Brasil. Corrobora com esse pensamento Mbembe, ao exemplificar o “[...] estado de exceção e a relação de inimizade como a base normativa do direito de matar (MBEMBE, 2018, p.17). Não é, pois, de se estranhar que hoje as políticas públicas voltadas para os negros pobres sejam reforçadas com os tipos mais sofisticados de aparato bélico como forma de reforçar a segurança das fronteiras espaciais urbanas e manter a estratificação social. Isso asseguraria, assim, privilégios em detrimento de vidas que se assemelham a detritos, dada sua pouca importância no mundo.

Antes do impeachment da Presidenta Dilma Houssef, notava-se o avanço em ações inclusivas, com destaque às políticas afirmativas que minimizam os efeitos desse processo de exclusão social causado pela cor da pele. Acontece que, após a consumação do golpe de Estado à que ela foi submetida, fica nítida a razão pela qual tantos programas sociais, como o Minha casa minha vida, o Bolsa família, o Auxílio estudantil das universidades foram precarizados, extintos ou criminalizados pela mídia.

A imprevisibilidade daquilo que os negros não esperam de alguns seres humanos e a imprecisão em relatar comportamentos não falados - porém horripilantes -, é parte da engrenagem de um racismo que é plástico porque ‘nega a si mesmo’ e persiste impedindo mudanças (MOORE, 2007). As mudanças a que nos referimos são estruturais e envolvem a desconstrução de um pensamento racista ainda dominante nos processos de inferiorização, dos quais os negros são vítimas há bastante tempo. Essas mudanças estruturais estão relacionadas com a forma de pensar e ver o negro, e envolvem respeito à diferença de traços físicos desses corpos e respeito à memória dos que morreram vítimas de mais de três séculos de escravidão. Logo, ter nos braços a força de seguir em frente e o sangue nos olhos para refutar os lugares

que lhe são atribuídos também é um desafio para a população negra do país, pois, como nos lembra Fanon (2008), “é preciso ter coragem para dizer que é o racista que cria o inferiorizado”.

A maioria dos autores que utilizamos nessa dissertação para discutir raça e racismo operam esses conceitos como uma construção política e ideológica subjetivada a partir do século XVI pela expansão do capitalismo e consolidada no século XIX, mas outros autores como Carlos Moore, merecem nota, pois abordam esse assunto de maneira diferente. Em seu livro *Racismo e Sociedade*, ele elenca uma série de formulações em contextos históricos antes dessa época, as quais atestam o medo da cor negra em várias civilizações do mundo antigo, nas quais o racismo tem o fenótipo como principal elemento universal (SHUCMAN, 2012). Moore (2007) declara que:

Da mesma maneira, aqueles argumentos que pretensamente se enraízam numa visão científica para proclamar a inexistência do racismo, em virtude da raça como fenômeno biológico, são inconsistentes. Todavia, tais argumentos operam alicerçados por uma base de mínimo conhecimento sobre o racismo como realidade histórica. Com efeito, desde seu início, na Antiguidade o racismo sempre foi uma realidade social e cultural pautada exclusivamente no fenótipo, antes de ser um fenômeno político e econômico pautado na biologia. O fenótipo é um elemento objetivo, real, que não se presta à negação ou à confusão. (MOORE, 2016, p. 22).

Já para Mbembe (2017b, p.72), raça e classe se “originaram mutuamente”, e aqui comungamos do pensamento de que o racismo é um fenômeno antinegro, que tem se acentuado com o aprofundamento das desigualdades sociais no decurso dos séculos, inclusive no estado do Espírito Santo, onde os casos de racismo tem aumentado. Enquanto pesquisador, porém, tenho tido lições dos integrantes de Coletivos da Juventude Negra de como enfrentar essa prática, atrelando a experiência do nosso corpo com outros atravessamentos que se dão na comunidade de periferia e diferem de outros espaços, como o acadêmico.

Nós não somos coitados, somos barril dobrado. E vamos pegar de volta o que é nosso por direito. Força aí meu irmão, tamo junto! Você sempre me pediu uma ideia sobre racismo. Escrevi uma poesia em cima da Conferência e de tudo o que passamos, espero que se sinta representado [...]” (SMS, M’C THUG, Coletivo Criatividade, 2018).

Só estou doando minha vida por algo que é real.

No combate constante do racismo estrutural.

Tô fechadão com o movimento da descolonização,

Ser negro numa sociedade racista, não é mole não!

É necessário reescrever a história.

A partir do olhar negro, e agora,

Trago a face oculta da modernidade,

Onde o padrão europeu foi implantado com estupros e saques.

Nós não aprendemos a história do colonizado, somente a história do colonizador.

Por aqui não se debatem os problemas.

Criminalizam, e o povo preto, pobre que sente dor.

Somos vítimas de um processo ativo de extermínio e exclusão,

Que diariamente deixa mais corpo negro caído no chão,

E ainda falam que é vitimização!

O sistema é falido, foi pensado pra ser assim. Mesmo

desprovido de privilégios, o racismo vamos

desconstruir.

Eu tenho raiva de polícia, racista, eu tô pra rinha...

“a história é contada pelos vencedores!”

Espero que tenham gostado da minha! (M'C THUG, COLETIVO CRIATIVIDADE, 2018).

Este pesquisador participava da 5ª Conferência Mundial de Combate às Desigualdades Econômicas Raciais e Étnicas, realizada na Universidade Federal do Espírito Santo, em setembro de 2018, e havia convidado esse jovem para participar de uma apresentação de trabalho que debateria o preconceito racial em nosso país. Foi um momento especial, porque todo movimento que faz uma reescrita de si mesmo com lutas nas quais a abertura do mundo pressupõe o fim do racismo é um caminho no qual Fanon, citado por Mbembe (2014 b), o via como possível. Daí aquele evento ser motivo de uma imensa alegria para mim.

Por outro lado, a universidade, que já implantou as cotas sociais e raciais para negros e indígenas há algum tempo, me parece ainda não ter se descompartmentalizado de um mundo colonial (Fanon,1980), que é o seu pensamento. Ela não tem levado em consideração que os

corpos dos colonizados de outrora são de negros e indígenas que ocupam por direito a cidade colonial doutros tempos. Isso é preocupante, porque a universidade tem um papel importante na sociedade, do qual faz parte, inclusive, não compactuar com opressões.

Neste breve relato abaixo, descrevo como a UFES tem lidado com as pessoas que fogem do padrão universitário e com alguns jovens que fazem uso do espaço acadêmico - sejam alunos ou não - para interagir, participar de eventos ou de debates, causando estranhamento em algumas pessoas da universidade.

Recordo que conversei com o membro de um dos coletivos de juventude e perguntei se ele estava a fim de ir a Universidade para acompanhar uma apresentação que eu iria fazer acerca da pesquisa em andamento. Ele prontamente aceitou, e como também participava do Círculo Palmarino, conseguiu ticket ou vale para as refeições no restaurante universitário.

Durante a noite, num breve período que antecedia a minha apresentação, fomos jantar e conversar um pouco sobre as atrações da Conferência e sobre sua percepção do espaço acadêmico. Ao chegarmos na “catraca” do restaurante, apresentamos os tickets e inicialmente fomos ignorados por uma trabalhadora. Não demorou muito e outra apareceu dizendo para esperarmos porque a alimentação daquele restaurante era servida aos estudantes da universidade, mas que poderia conversar com sua “chefe” para resolver o “problema”. As pessoas começaram a dirigir os seus olhares a nós e verificaram que, de fato, havia um problema, pois já estávamos na fila há 40 minutos e, naquela altura, outras pessoas já começavam a entrar na nossa frente para jantar.

O líder do Coletivo não se conteve e perguntou se aquele posicionamento era pela coincidência de sermos negros, e as duas mulheres sorriram sarcasticamente e nos pediram para entrar e esperar “num cantinho” para não atrapalhar os estudantes. Eu estava com a carteirinha de estudante no bolso, mas não apresentei porque entendi que o mais importante naquele momento constrangedor seria preservar uma pessoa que estava feliz com atrações oferecidas pela universidade naquela noite.

A situação foi se alastrando e as trabalhadoras nos perguntaram mais uma vez, dentre as inúmeras, o que estávamos fazendo ali naquele horário. Explicamos que participávamos de um evento organizado pela Universidade, e ela nos disse que havia algo de errado porque

não sabia de nada daquilo que falávamos. O integrante do Coletivo ficava cada vez mais nervoso enquanto eu tentava ligar para o coordenador geral do Círculo Palmarino para nos ajudar porque, àquela altura, eu estava temeroso com os desdobramentos da situação.

Pedi calma ao rapaz que conversava calmamente com as funcionárias, “jurando” a veracidade daqueles tickets que ele havia ganhado para o jantar. Uma das funcionárias que estava aparentemente ganhando tempo para nos manter ali havia feito uma ligação, quando, enfim, chegou sua “chefe” acompanhada pelos olhares dos seguranças.

Não foi nenhuma surpresa, porque elas já haviam mencionado que iriam acioná-los. E, como esperado, fomos convidados a nos retirar pela “chefe” da equipe que, naquele momento, reproduziu o que as outras funcionárias já haviam falado: “a comida do restaurante é para os estudantes”. O representante do Coletivo replicava, com justa razão, que eles estavam agindo daquela forma porque éramos negros e aquela maneira de atuarem se caracterizava como racismo.

Eu tentava acalmá-lo enquanto ele esbravejava e tentava desesperadamente ligar para o mencionado coordenador. De repente, ele se dirigiu ao local e houve mais discussão, porque a responsável pelo setor não aceitou suas ponderações, tampouco levou em consideração os cabelos brancos do negro coordenador.

E, assim, nesse cenário de constrangimento, tentei me dirigir para fora da universidade e “colocar” a face em algum lugar que coubesse minha vergonha. Mas fui convencido pelo membro do coletivo que eu precisava apresentar o trabalho e que ele estava ali por aquela razão. Ele também me lembrava da força do negro nos enfrentamentos históricos.

Chegando ao local da apresentação, houve mais uma abordagem preconceituosa das pessoas brancas que iam conduzir o evento. Mal entramos e fomos logo abordados com essas palavras:

- Vocês estão perdidos?

- Aqui é a sala de aula de um evento!

Particularmente, não gostaria de publicizar esses fatos porque eles são horripilantes e sempre fizeram parte da minha trajetória de vida. Por ser negro e ter crescido em morros das periferias, fui ensinado a não me lastimar, mesmo não concordando com situações como as acima mencionadas. Tais acontecimentos nos deixaram tristes, abalados e constrangidos. Por outro lado, nos deram uma dimensão das batalhas que teremos que travar para nos mantermos fortes nesses espaços em que conseguimos nos inserir. E isso nos move a continuar guerreando para que outros negros também possam participar desses lugares.

Como podemos notar, o jovem do Coletivo de Juventude, vítima de racismo junto com o pesquisador, se utilizou de uma das ferramentas de combate a todas as formas de opressão à que a periferia tem recorrido constantemente: a poesia. Isso foi uma grande lição para este pesquisador, pois ele aprendeu durante a vida que o silêncio é uma estratégia para se ter paz, mas o tempo e as lutas da juventude negra tem mostrado o contrário, e Marcelo Yuka já reforçava essa ideia ao cantar que “paz sem voz, não é paz, é medo”.⁴³

Como a pesquisa é pública e a escolha de não querer ficar em silêncio foi de um dos participantes dela, deixo aqui registrado o que foi um acontecimento vergonhoso dentro da universidade que poderia ter tido outros contornos. Nela eu já havia percebido o racismo em outros momentos, só que de um modo menos escancarado, seja com alunos brancos contrários às cotas raciais ou professores que realmente creem na inferioridade do negro e incidem nessas práticas, porém, disfarçadas. Sendo pragmático, porém, penso que um campo de lutas pode ser mais vigoroso quando ele consegue reunir em seu bojo a capacidade de surpreender com outros contos, outras epistemologias pouco debatidas que adensem e alarguem discussões. São muitas lições que podemos tirar desses episódios. É bem verdade que toda forma de combate à opressão inspira cuidados. Cuidados com a nossa percepção como negros e com o outro, porque, ainda que ele seja branco, não podemos reproduzir “círculos de separação” (MBEMBE, 2017a).

Se quisermos dilapidar o racismo, precisamos conglutinar outros aspectos que forjaram a sua intensificação, relacionando-os com a situação atual do Brasil, na qual a produção de silêncio é apenas um dos aspectos de violência da atual democracia. Mbembe (2017a) foi perspicaz ao falar que a violência nas democracias não é algo novo, e no século XIX ela coexistiu nos

⁴³ O Rappa. Minha Alma. CD Lado B Lado A, 1999.

Estados Unidos para forjar uma comunidade de semelhantes e outra de não-semelhantes, aprofundando o preconceito da raça a partir da desigualdade dos direitos.

Na democracia de escravos, os não-semelhantes não podem reclamar ‘posse de um só pedaço de terra’. De resto, a obsessão das democracias de escravos não é só mantê-los cuidadosamente afastados. É sobretudo saber como podemos livrar-nos deles, fazê-los abandonar voluntariamente o país ou, se for preciso, deportá-los em massa. E se porventura, de vez em quando, consentimos que venham a nós, e até mesmo que nos misturemos a eles, é precisamente para de[*sic*] seguida podermos ‘reduzi-los a pó’, o estado natural das raças degradantes. Pois o escravo não é um sujeito de direito, mas uma mercadoria como todas as outras. (MBEMBE, 2017a, p. 35).

Portanto, fica entendido que as democracias foram construídas para submeter algumas vidas às práticas de violência, mas com formas jurídicas e leis que a legitimam. E é em função dessa desigualdade de direitos que se reatualizam as perseguições e o ódio entre as pessoas. E em nome de uma democracia antidemocrática, que tem se calcado no neoliberalismo, tem sido proposto não apenas a preservação das prisões, como também a sua expansão para conter uma parcela social que é associada com o perigo por causa da sua cor e da sua classe.

Assim, nos parece que algumas políticas, como a anunciada por “pacote anticrime”, do atual ministro da “Justiça” e Segurança Pública, Sérgio Moro, que concede mais autonomia para as forças policiais exterminarem suspeitos de crime, viola flagrantemente o código de Direitos Humanos do qual o Brasil é signatário. Ademais, está em consonância com as proposições neoliberais elencadas por Mbembe (2017b), pois elas impactam as pessoas pobres e desempregadas que são criminalizadas neste país.

Para termos uma dimensão de como alguns lugares já ocupam o lugar de perigo, o município de Cariacica será contemplado com essa política nefasta e receberá em seu território a Força Nacional, aumentando com isso a ação bélica do estado contra os supostos criminosos. Nunca será demais lembrar que o supracitado juiz foi nomeado ministro logo após a prisão política do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, dando um “recado” grotesco para todos os cidadãos que se negam a esquecer das torturas chanceladas pela Ditadura Militar num passado não muito distante.

Nessa direção, o Governador eleito no Espírito Santo, Renato Casagrande, também tem nos deixado alertas com a engenhosidade de reatualizar práticas punitivas de aniquilação como, por exemplo, o “Estado Presente”, que serve como pretexto para perseguir certas populações. Em outras palavras, significa endereçar para a Segurança Pública recursos orçamentários que

deveriam custear programas sociais, mas que é atribuída ao reforço na vigilância como forma de fabricar corpos submissos e dóceis através da coerção (FOUCAULT, 2013). Não há como ter dúvidas de que as consequências dessas políticas são ampliação carcerária e extermínio de pessoas negras.

Rosa e outros (2017) citam que a pena de privação da liberdade sempre esteve atrelada às demandas do sistema capitalista e, ao longo da história, essa instituição vem sofrendo constantes mutações para continuar servindo aos interesses econômicos da atualidade. Assim, há uma importante conexão entre o controle punitivo do Estado e a necessidade de ampliação do encarceramento, pois esse regime econômico em que vivemos não contempla as necessidades básicas de toda a população.

Rosa e outros (2017) explicam que o surgimento do Estado de Bem-estar Social, no início do século XX, e as reformas neoliberais ocorridas nos anos de 1970, nos Estados Unidos, contribuíram para provocar grandes transformações no sistema capitalista. Inicialmente, com a intervenção do Estado, houve aumento na oferta de empregos e de salários dos trabalhadores. No final da década de 1960 e na década de 1970, porém, ocorreram reformas trabalhistas que diminuíram o crescimento econômico do país e o poder aquisitivo da classe trabalhadora, fatos que também impulsionaram reformas na América Latina e culminaram, conseqüentemente, na implantação de Ditaduras Militares.

Também fundamenta esse pensamento Coimbra (2001), ao aludir que esse período de industrialização e urbanização do Brasil provocou exclusões.

Em nosso país, a partir dos anos de 1980, com a gradativa implantação de medidas neoliberais – onde a nova ordem mundial começa a aparecer com seus corolários de globalização de mercado, Estado Mínimo, flexibilização do trabalho, desestatização da economia, competitividade, livre comércio e privatização – temos uma massiva produção de insegurança, medo, pânico articulados ao crescimento do desemprego, da exclusão, da pobreza, da miséria. (COIMBRA; NASCIMENTO, 2015, p.8).

A autora ressalta que no período da ditadura militar os processos de exclusão assumiram facetas singulares.

Dentro do processo de urbanização assim engendrado, cuja lógica de funcionamento compreende necessariamente a exclusão, o período da ditadura militar (1964-1985) assume características bem mais exemplares. A ‘modernização’ da economia, com o sumário afastamento dos trabalhadores considerados ‘excedentários’, é paga pelo conjunto da própria classe operária, e nos anos 60, 70 e 80, esse mecanismo foi largamente utilizado (COIMBRA, 2001, p. 117).

As contribuições de Wacquant (2011) também mencionam que o neoliberalismo está associado à expansão de políticas superpunitivas, que diminuem as políticas de assistência social e privilegiam as penais. Dessa forma, países como o Brasil, a Argentina e a África do Sul, inspirados nesse modelo americano, viram acentuar a população carcerária de seus países. Em uma passagem do livro *Sociologia da violência, do crime e da punição*, Rosa e outros (2017, grifo do autor) fazem menção ao sociólogo francês Wacquant, lembrando que ele relacionou o neoliberalismo econômico, alicerçado numa política de cortes em gastos sociais dos Estados Unidos, com o aumento da sua capacidade punitiva e o nomeou de “*Estado-centauro*, uma cabeça liberal e um corpo autoritário”.

Contudo, com o advento do governo neoliberal da insegurança social, que junta o trabalho restritivo com a prisão expansiva, não são apenas as políticas do estado que são não liberais, mas *sua própria arquitetura*. Analisar o surgimento e o funcionamento da política punitiva da pobreza nos Estados Unidos após a dissolução da ordem fordista-keynesiana e a implosão do gueto negro revela que o neoliberalismo ocasiona, não o encolhimento do governo, mas a formação de um *estado-centauro*, liberal no topo e paternalista na base, que apresenta faces radicalmente diferentes nas duas extremidades da hierarquia social: um rosto simpático e gentil para as classes média e alta, e uma cara medonha e carrancuda para a classe baixa (WACQUANT, 2011, p. 37, grifo do autor).

Nessa conjuntura, o capitalismo neoliberal veio acompanhado de medidas antidemocráticas e violentas, sem as quais ele não sobreviveria. Isso gerou o aumento do aparato penal sobre as populações marginalizadas, ampliando assim as desigualdades, já que os orçamentos destinados ao bem-estar social foram cruelmente afetados. Diante dessas considerações, observa-se que existe uma forte relação entre o endurecimento das leis penais e os investimentos na área de Segurança Pública provocados pela ascensão do neoliberalismo e pela diminuição do investimento do Estado com as políticas sociais (ROSA et al., 2017).

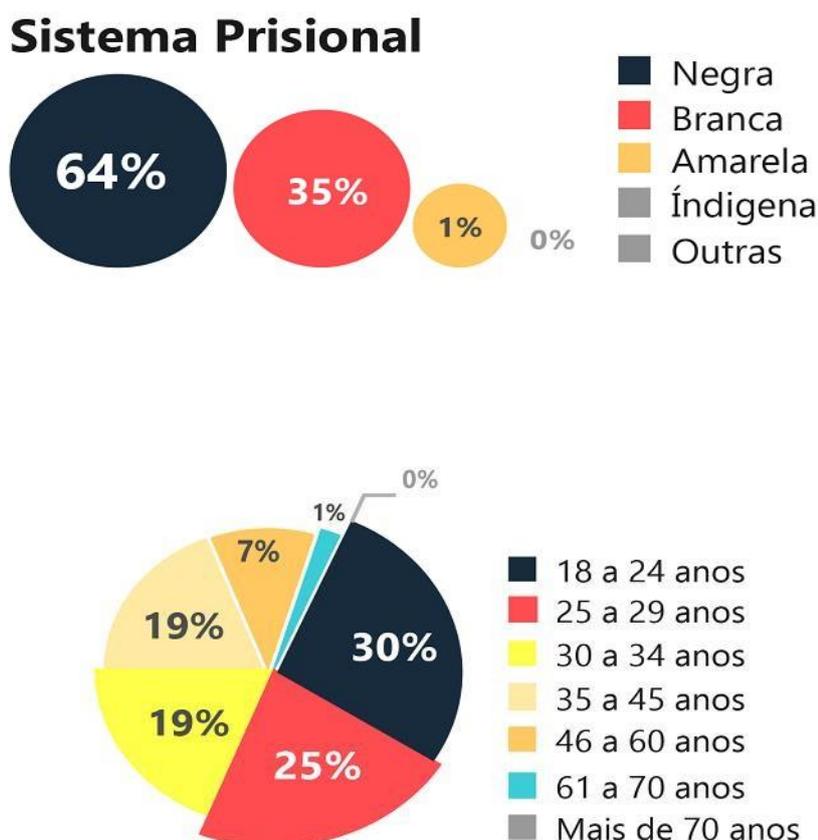
No Brasil, é crescente o número de vítimas do encarceramento, contribuindo para isso uma suposta criminalidade atribuída a grupos sociais específicos, já que a eles a opinião pública tem direcionado os seus olhares, seja clamando pela estruturação do aparato policial ou pela atualização das leis penais como forma de aumentar a capacidade punitiva contra aqueles que fogem das normalizações.

De acordo com o Mapa do Encarceramento da Secretaria Nacional de Juventude, o encarceramento em massa se articula também com outros mecanismos de punição. Esses se manifestam de maneira acentuada ao contribuir para gerar mais desigualdade na área da segurança pública, sobretudo a partir da seletividade penal (BRASIL, 2015).

Assim, a seletividade penal desdobra-se em um punitivismo que focaliza alguns segmentos sociais e tipos de delito (como crimes patrimoniais e tráfico de drogas), ao mesmo tempo que, para outros tipos de conflito e seus atores, como os crimes de homicídios, os fluxos da justiça são lentos e até bloqueados (BRASIL, 2015, p.13).

De acordo com Rosa e outros (2017), o Brasil tinha uma população prisional de 607. 731 presos e era a quarta maior do mundo, ficando atrás de Estados Unidos, China e Rússia. Do ano de 1990 a 2014, houve um aumento de 575% de pessoas privadas de liberdade. No entanto, dados atualizados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen) informam que em junho de 2016 havia 726. 712 pessoas presas no país (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA e SEGURANÇA PÚBLICA, 2016).

Figura 13. Há 726. 712 pessoas presas no Brasil. Levantamento de Informações Penitenciárias, o Infopen, traz dados consolidados



Fonte: <https://www.justica.gov.br/news/ha-726-712-pessoas-presas-no-brasil>.

Segundo o Infopen, mais da metade dessa população (55%) são de jovens entre 18 e 29 anos e 64% desse percentual são de negros. Esse levantamento faz o Brasil superar a Rússia e ocupar a terceira maior população carcerária do mundo. Nesse contexto, o estado do Espírito Santo endossa um quadro tenebroso, ao ocupar o nono lugar entre as unidades da Federação com o maior número de pessoas privadas de liberdade (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA e SEGURANÇA PÚBLICA, 2016).

E os negros, bases corporais de lutas contra os encarceramentos e genocídios que os perseguiram durante séculos, mas que nunca se entregaram, têm se organizado? Como articular pautas mais concretas nessas conflagrações?

Cabe a nós, pesquisadores e psicólogos, nos interrogar sobre formas de intervenção que sejam mais eficazes no combate às práticas racistas que ainda se encontram enraizadas na sociedade, culminando no que Moore (2007) denominou de “visão negrofóbica”, expressão utilizada também por Fanon (2008). Sabemos da importância de se produzir ferramentas de enfrentamento contra as variadas formas de sujeição, sobretudo a racial. Mas, como atualizá-las? Como potencializar os espaços e fortalecer diferenças em um processo agenciador de lutas?

Nas conversas que tivemos com os Coletivos de Juventude de Cariacica, ficou visível que eles têm efetuado várias ações de experimento com outros jovens, a partir de saraus, grafitagens, batalhas de mc's, para mobilizar as pessoas de suas comunidades. Isso inclui modos de debater questões ligadas ao racismo, bem como os enfrentamentos a essa prática, conforme podemos perceber pelos diálogos abaixo:

Pesquisador: Queria que vocês falassem um pouco mais das ações do coletivo Criatividade com a juventude do bairro que vocês representam... (Nova Rosa da Penha).

Abejide - [...] os moleques começaram a ver que daria para ocupar a praça e se divertir no bairro sem precisar ficar trocando tiro porque tinha a guerra em volta no bairro todo, tiro pra caramba. Mas, quando a gente fazia a atividade não rolava nada de errado porque eles sabiam que era um evento do Criatividade e era usado para movimentar o bairro [...] A gente aborda as questões da juventude. No primeiro tratamos do protagonismo juvenil. O anterior foi: crime, sexo, drogas e práticas na adolescência, e neste terceiro faremos uma discussão sobre as relações étnico-raciais, que é para tratar essas questões porque se a gente não trata, ninguém vai tratar [...].

Pesquisador: Mas, aqui no coletivo, na batalha de vocês, vocês falam sobre isso, conversam? O que tem sido feito?

Angôro - Nossa! Sim. Bastante.

Obaluaiê - *Sim. A gente direto bate nessa tecla. Tanto que a gente no momento de poesia sempre tenta trazer algo pra refletir isso. A gente já fez é a “BDE” (Batalha da Estação) “pelos meus, pelos seus, pelos nossos” que era pela libertação de Rafael Braga⁴⁴; a gente fez o BDE contra a redução da maioridade penal porque a gente sabe véi porque sempre quem ta se fude.... nesse rolê é a galera negra, tá ligado? Então a gente sempre tenta trazer alusão a essas coisas pra abrir pra discussão, sobre o racismo estrutural, sobre como ele age com a nossa juventude; qual a maneira de abordagem. Pô, há um tempo atrás aí véi na batalha da estação, abordaram a galera, por isso que a batalha deu um recesso; abordaram a galera e bateram nos meninos e fizeram comer maconha, xingaram as meninas [...].*

Figura 9- Batalha da Estação.



Fonte: Coletivo Batalha da Estação, Bairro Flexal I.

Pesquisador - *Vocês afirmaram que o existe o racismo e citaram antes de gravarmos situações de racismo. Mas o que o MFC tem feito para combater o racismo? Tem tido intervenções do coletivo?*

Participante 2 - *Sim, já, temos participado de algumas, tipo daquela vez, bem poucas... Poderia ter mais....*

Participante 1 - *Sim, já, teve várias ações na comunidade com outros movimentos também. Só que foi igual eu falei com você, temos feito algumas, mas o próprio MFC*

⁴⁴ Conforme o Jornal semanal *Brasil de Fato*. São Paulo de 20/06/18, o jovem negro Rafael Braga Vieira foi preso em um protesto que ele não participava, cuja pauta era a redução do preço da tarifa dos transportes públicos. “Naquele dia 20 de junho de 2013, os protestos reuniram um milhão de pessoas em todo o país. Só na capital fluminense, 300 mil pessoas foram para Candelária, em um ato que terminou com feridos pela repressão policial e com detidos[...]” (Pina, 2018, online). Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/06/20/simbolo-daseletividade-penal-caso-rafael-braga-completa-cinco-anos/>.

não se gruda com o racismo, procuramos trabalhar e tocar a bola para frente porque a gente sabe que acontece, um dia está no coração de cada um, um dia eles vão sentir porque falamos.

Pesquisador: E vocês, o que pensam sobre o racismo?

Participante 1 - *Mano a gente não tem tido muito debate sobre, mas a gente combate sem a citação da parada. A gente trabalha pro povo preto, a gente trabalha pro povo periférico sem a citação do racismo, com ações que só valorizam o povo preto, com ações que empoderam o povo preto, com ações que enaltecem o povo sem necessariamente citar o racismo porque...É o que a gente sempre troca ideia sacou? Se você negativa, fala da parte negativa, você tá trazendo ela à tona. Então, se eu sou preto preconceituado e eu fico falando pra todo mundo que sou preconceituado, sou, sou, sou... Eu vou continuar sofrendo e a minha visão vai ser sempre aquela, e eu nunca vou sair daquela situação, tá ligado mano? Então a gente trabalha na ótica da parte positiva da parada mesmo que é, que são ações em prol do empoderamento da galera, de forma que eles nem pensem no racismo diretamente. E assim, automaticamente estamos combatendo o racismo, sem nem citar o nome dele. A gente faz assim óh: pelos flancos, tá ligado? A gente ataca pelos flancos (Daudi,).*

Participante 2 - *Pois é mano, eu acho mano que a gente erra por falta de informação, tá ligado? O racismo em si é isso, tá ligado? Uma falta de informação, pode crê? Quando a gente entra assim no, numa ideia de que eu tenho que ter isso porque sou branco, eu tenho que ter isso porque eu sou negro, tá ligado? Na real irmão, não existe uma diferença, tá ligado? Todo mundo é ser humano mano, todo mundo sangra, todo mundo gera e morre o tempo todo, independente se você é bandido ou é polícia, é preto ou branco, a cor do sangue é a mesma da minha, tá ligado? (Jelani,).*

Em todos os coletivos com os quais conversamos, falou-se das atividades na comunidade para movimentá-la e combater práticas de racismo. Porém, ainda que sejam atravessados por isso, nem todos comungam da ideia de falar de maneira explícita sobre essa temática em suas ações. Pelo que parece, parte deles prefere forjar com outros jovens negros maneiras de se perceberem como protagonistas da sua existência.

Convém citar que alguns jovens participantes dessas atividades ou que integram esses coletivos não quiseram gravar suas falas por já terem sido vítimas de encarceramento. Contudo, eles estiveram presentes nas conversas e relataram inúmeros abusos sofridos e apontados por eles como racismo, que foram cometidos por policiais. Recordo que, logo nas primeiras conversas, fui apresentado por um dos membros mais antigos de um coletivo a um outro integrante que se mostrou muito solícito para falar das produções da juventude negra de Cariacica e do racismo.

Figura 10- Oficina de Grafite



Fonte: Coletivo Aprender Cultura, Bairro Flexal II.

Falávamos das transformações que os MC's tem passado, da influência que tiveram para muitos rappers, das letras, das batidas, da resistência e da criminalização que alguns estilos musicais sofreram e ainda sofrem nos dias de hoje. Depois de algum tempo, ele falou da sua experiência de ser um jovem negro, da sua sensação de ter sido preso injustamente e da tristeza de estar usando uma tornozeleira eletrônica, mas que não se abateria com aquilo. Falou-me que sentia medo de ser morto pela polícia, mas que lutaria para viver ao lado do seu filho.

Participante: Tento passar nas minhas letras vida e alegria.

Pesquisador: Você pode descrever um pouco da sensação de ter sido preso? Sabemos que a maioria das pessoas do presídio são negras né?

Participante: Foi dolorido, difícil falar sobre isso. Tenho que pensar para não falar besteira. Pode desligar a gravação?

Pesquisador: Posso sim.

Ele descreveu casos absurdos de racismo que sofreu ao longo da vida. Mesmo antes de ser preso, já se sentia um preso, por causa dos olhares que as pessoas tinham sobre ele. Fiquei impressionado com a sua história e algo ainda mais impressionante foi que, mesmo tendo passado tudo aquilo, ele não abdicava do sorriso. Ao final da conversa, me perguntou se eu sabia rimar e, meio sem graça, falei que não sabia, mas gostava de ouvir e ele falou que ia improvisar uma rima sobre tudo que havíamos conversado, mas só nós iríamos entender o que ele estava dizendo porque a conversa estava acontecendo no meio da rua. Entre eles, também houve alguns jovens negros que, apesar de relatarem casos de racismo, não associavam essa

prática aos encarceramentos. Culpabilizavam outros jovens pelo ingresso no tráfico de drogas e elevavam comportamentos meritocráticos, como podemos ler a seguir:

Chitundu - Sou funkeiro velho! Quantas vezes na porta de baile tomei tapa na orelha de polícia... Hoje sou artista, porteiro e camelô. Estamos aqui na praça e há um tempo atrás eu era tirado como traficante, bandido, vagabundo. Hoje não, os coroaos sentam, me abraçam, a gente bate papo. Quem faz o ambiente é você! Você vai ser aceito conforme caminhar!

Pesquisador: Ayô estava nos relatando que já foi preso e foi por causa de racismo e você também relatou uma situação de racismo que sofreu na praia....

Chitundu - Ele foi preso porque deu mole. Não acho que foi por causa de racismo não mano.

Cabe salientar que, ao ter a oportunidade de dividir os saberes com o outro, ele perde o sentido conotativo de divisão e ganha um aspecto denotativo de soma, porque quando dividimos, trocamos e, ao trocarmos, enriquecemos juntos na maneira coletiva de pensar. Nesse sentido, mesmo entendendo que algumas asserções de jovens que integram os Coletivos de Juventude são complicadas, e podem contribuir para acentuar o racismo, achei importante trazer essas ponderações porque assim temos a dimensão de que modo são produzidos esses processos de subjetividade. Ainda que não seja fácil ouvir de alguns negros práticas que legitimam o racismo, são através dessas relações que nos tornamos mais fortes e, com o tempo, vamos nos dando conta de que o importante não é ter o olhar voltado para um conjunto de corpos que não se assemelham, mas um olhar que seja calcado na sensibilidade de se perceber como uma parte do outro.

Por conseguinte, amplia-se a capacidade de adentrar em questões que requerem um olhar voltado para demandas mais abrangentes, pois os processos formativos dos jovens que atuam nos coletivos são diferentes, mas a luta contra o racismo é a mesma e por isso podem haver trocas interessantes para que ultrapassem outras paisagens urbanas. Talvez um dos desafios nos enfrentamentos do racismo perpassasse por alternativas que levem em consideração as antigas tradições africanas alicerçadas na relação com o outro e no “reconhecimento de uma outra carne diferente da minha” (MBEMBE, 2017a). Isso implica colocar como possibilidade composições transversais de fazeres coletivos, entendendo que haverá convergências e divergências. Mas germinar alianças inovadoras que possam revolucionar a história é um exercício cotidiano entre as pessoas que compõem esses coletivos de juventude.

[...] Nessa perspectiva, produzir história consiste em desatar e reatar nós e potências situações. A história é uma sequência de situações paradoxais de transformação sem ruptura, transformações na continuidade, de assimilação recíproca de múltiplos segmentos do ser vivo. Daí a importância, inerente ao trabalho, de pôr em relação os opostos, de fagocitose e de reunir singularidades [...]. (MBEMBE, 2017a, p. 52).

Assim, nesses embates de ideias, os coletivos de juventude vão construindo estratégias para debater e lutar contra as questões relativas ao racismo, que se apresentam como urgentes. Dessa forma, outros modos de existência como a utilização da poesia escrita, falada, cantada e grafitada tem se apresentado como uma das alternativas no combate às práticas racistas.

5 CONCLUSÕES INACABADAS

Em meados de 2015 iniciamos com o Programa de Extensão Redes no Território conversas com integrantes dos Coletivos de Juventude. Nessa caminhada pudemos aprender que uma pesquisa não é feita sem debates, suores, discordâncias, intensidade, afetos. Afetos que nos deixaram com uma infinidade de sentimentos, mas que nos moveram e foram combustíveis ruidosos neste percurso.

A caminhada nos torna mais fortes; nos deixa, simultaneamente, frágeis porque na vida, tampouco na ciência, não existem fórmulas de análises sem experimentações, afetações fincadas na carne e produzidas nos embates cotidianos.

Assim, nesta trajetória tivemos acessos a histórias de vidas que são muito estreitas com a morte. Ao mesmo tempo, porém, em que elas fragilizaram este corpo em alguns momentos, não passaram despercebidas por ele, porque elas são oceânicas e, por isso, o inundam. Foram a partir de narrativas de resistências, de gritos, cantos, danças e sonoridades que busquei reafirmar na pesquisa a vivacidade das favelas, pois elas não são lugares de todas as mazelas sociais. Elas também existem enquanto movimentos, (re)existem diariamente e, ao contrário do que muitos pensam, elas são espaços potentes encarnados nesta contemporaneidade como ressignificações de quilombos.

Buscamos construir uma escrita pautada em alianças com pessoas cujos corpos transpiram leveza e suas lutas jorram pistas das quais as resistências são diárias, cultivadas pelas amizades que frutificam a todo instante modos de vida calcados em invenções coletivizadas, plantando ações para que as sementes de um amanhã possam ser melhores do que as dos dias atuais.

Por essa razão, procuramos trilhar com muita cautela esses territórios para estarmos atentos em não relacionar demasiadamente nossas dores apenas com as mortificações provocadas pelo racismo, pois não podemos incorrer em práticas de reprodução que alimentem ainda mais ressentimentos. Afirmamos aqui o negro como uma “entidade”, mas eles possuem uma diversidade de pensamentos longe da unanimidade, diferente do que as pessoas tentam atribuir, por terem elas o olhar marcado por práticas racistas.

Nesta pesquisa buscamos estar junto com os coletivos de juventude negra para que pudessemos ouvir suas vozes e analisar se durante esse processo havia, mesmo na diferença,

diálogos e conexões entre eles. Assim, participamos de algumas ações que compõem suas manifestações culturais e reúnem desde produções musicais, grafitagens, pinturas, poesias, batalhas de rimas, até produções de livros literários.

Neste período de pesquisa, alguns participantes destes grupos foram à universidade (UFES) em debates com diversas temáticas, dentre elas o racismo, promovidos pela professora e coordenadora do Programa de Extensão Redes de Políticas no Território. Lá eles cantaram, foram à rádio universitária, ao restaurante universitário e puderam afirmar naquele espaço as suas lutas, já que a universidade também foi uma conquista coletiva dos movimentos sociais. Este pesquisador também participou de outros debates fora da universidade com os coletivos e muitas vezes os horários de atividades conflitavam, mas não deixamos de ir para fortalecer essas movimentações. Ir a tais ações implicou o estreitamento de vínculos e me levou a outras experimentações, como dormir na casa de um dos participantes, dançar mesmo sem saber, tomar um café em minha casa com outros integrantes de coletivos, almoçar ou beber algo na casa de quase todos eles.

Dessa maneira, construímos relações para além da pesquisa, e essas trocas entre os nossos corpos adensaram-se em amizades atravessadas pelas dores, alegrias, sorrisos e palavras. Particpei de debates com a juventude negra da periferia dos quais saí muito fortalecido, porque mesmo sem deixarmos de recordar as dificuldades provocadas pelas tentativas impositivas do Capitalismo, cada vez mais perverso, eles têm fissurado mordanças, rompendo silêncios e forjando movimentações. Os jovens de Cariacica têm nutrido suas forças através da arte e nela eles vêm tomando a punho firme o direito de se expressar, de se indignar com as mazelas sociais, fazendo dela uma ferramenta de viver.

Por conseguinte, esta escrita é uma aposta ético-política que não defende uma causa própria e nem se pauta em relações utilitaristas da vida. Pelo contrário, ela se baseia em sentimentos e ensinamentos forjados ao longo da vida sobre a importância das lutas coletivas. Assim, tendo na pele algumas feridas abertas pelas desigualdades sociais e opressões raciais foi, e tem sido em nome do fortalecimento das lutas e de vidas pulsantes das periferias, que essa escrita se lastreou.

Além disso, estamos percebendo que o combate às práticas racistas tem sido efetuado por meio de combinações de elementos, sendo a arte combustível para transformar os espaços em

laboratórios de invenções coletivas. Isso tem robustecido os corpos viventes dos territórios criminalizados, como a favela, e nos parece estar em consonância com as formulações de Lourau (2004) quando ele diz que “[...] os processos de crise, de mudança e de revolução são o laboratório da sociedade instituinte” (LOURAU, 2004, p. 74). Contudo, se há em curso uma luta coletiva para tentar extinguir o racismo, não é de se estranhar que numa relação de forças também haja sentimentos e ações entre as pessoas de forma que, por vezes, são capturadas. E isso é um dos riscos que atravessam as comunidades criminalizadas, pois podem contribuir para perpetuar os regimes de dissimulação e, assim, continuar coisificando, exterminando os corpos negros das periferias de Cariacica.

Dessa forma, não estamos livre de cometermos equívocos e, por consequência das contendas da pesquisa, também corremos riscos. Porém, quando não queremos reproduzir os códigos que já estão dados, devemos correr riscos, inclusive para romper visões unilateralizadas, sendo importante para isso avaliar as linhas de fuga que emergem na problemática em questão. Assim, é diante de intensidades que somos abalados e convocados para assumir, antes de tudo, um compromisso ético com a vida. É isso que tem nos possibilitado continuar fissurando as barreiras existentes entre o sonho de convivências humanas não belicosas, mas pautadas em rearranjos entre os corpos para invenções de um bem viver.

Essa densidade criativa dos coletivos, que surgem como um tricotar de linhas nas comunidades de periferias de Cariacica, nos parece uma das alternativas imprescindíveis para que a juventude siga lutando pela vida, mesmo na imprecisão. O fazer coletivo é sinônimo de resistência, e foi através de lutas e revoltas que os nossos ancestrais subverteram as imposições mortificantes. Nesta caminhada, não demarcamos limites dialógicos com os participantes da pesquisa. Talvez tenha sido por isso que ela penetrou os poros deste corpo e transcorreu os belos afluentes fronteiros da amizade.

Assim, partimos da pergunta inicial: será que havia alguma conexão entre os Coletivos de Juventude? Nesse percurso fomos percebendo que havia muita divergência entre eles, provocada em parte pela disputa de recursos financeiros e de alguns espaços. Porém, mesmo na diferença, notamos que os jovens desses coletivos enfrentavam lutas muito similares no dia a dia. Nesse período pudemos observar que eles se aproximaram e passaram a debater questões como o racismo em ações conjuntas dentro das comunidades de Cariacica.

Nesse sentido, ao recordar a rivalidade que havia entre os coletivos de juventude, penso que houve um avanço imenso na relação entre eles, porque existe a tentativa de esquitejamento das vozes dos jovens. E, como já dito, no Espírito Santo as tentativas de sufocar os focos de resistência daqueles que germinam lutas perpassam pela cor de alguns corpos e pelo genocídio deles. Por isso, acreditamos na importância de estarmos juntos, reivindicando ferozmente a memória das vidas que foram tiradas, já que elas não prescrevem, a fim de que outras vidas não tenham o mesmo destino. Entendemos que as perfurações no tecido social podem ser mais vigorosas nesses agenciamentos coletivos.

Portanto, diante das asserções apresentadas, não tivemos como pretensão esgotar esse debate que envolve lutas contra o genocídio do povo negro no Espírito Santo, destacadamente dos jovens do município de Cariacica. Durante esse período de pesquisa de campo, vislumbramos sinais de que tem havido movimentações inventivas para combater práticas cruéis de racismo. Por outro lado, também existem entre os jovens falas e ações nesse campo político que reproduzem e, muitas vezes, naturalizam as tentativas de mortificações em torno da vida da juventude negra. Nessa perspectiva, podemos nos perguntar: como essa dissertação pode contribuir para fortalecer as lutas, mas que não seja uma prescrição nas ações da juventude? Como não homogeneizar os espaços e banalizar as lutas e debates dos jovens da periferia?

Essa dissertação foi apenas uma pequena provocação temática que buscou fortalecer esses debates em torno das questões relacionadas à juventude negra de Cariacica, destacando os enfrentamentos coletivos que efetuam para afirmar a vida e as suas constantes invenções.

*Nas comunidades eu nem vejo a sombra
Daqueles no Shopping viciados na
Compra
Consumismo também é vício que
Ronda
Assim como na quebrada o tráfico
Assombra
Mas disfarçam e falam que somos
Ameaças
Em contrapartida não temos
Nenhuma praça
E mascaram a realidade que é
Gritante
Em zona de conforto a percepção fica
Distante
Depois quer falar que na quebrada
Nada presta
Porque só vem aqui na madrugada no meio*

Das festas
E testa, se a mina se droga, ele
Molesta
Aproveitador na quebrada leva tiro na
Testa
Mas eu contesto, detesto a violência
Essa revolta é causada devido às
Ocorrências
Que diariamente estão em nossas vivências
E levam a comunidade a se sentir em
Decadência
Mas disfarçado de saudável eu um
Audi
Quando interage sempre é pra pedir
Um salve
A prestação vencida do carro é uma
Fraude
De volta pro sistema em
Reciprocidade
É só assim pra ele ser recíproco
Pois em suas vivências não fortalece
Os vínculos
Apartamentos, prédios, condomínios
Que não interagem nem os vizinhos
E ainda quer falar da gente que vive
Na Perifa
Em sintonia diariamente
É porque na vida de burguês
Tu não entende Que dessa aqui pra
outra Tu não leva nem os dentes.
(MIQ, COLETIVO
APRENDER CULTURA,
2019).

6 REFERÊNCIAS

AfirmAção- Rede de cursinhos populares. Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/redeafirmação/>. Acesso em: 11 julho, 2019.

AGAMBEN, G. **Estado de exceção.** São Paulo: Boitempo, 2004 (Estado de sítio).

_____. **A comunidade que vem.** Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

ALMEIDA, Maria Isabel M. de.; LIMA, Fernanda Deborah B. (Org). **Subjetividades, violências e trajetórias juvenis.** Rio de Janeiro: Gramma, 2014.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1987.

ALTOÉ, S. (org.) René Lourau: **Analista institucional em tempo integral.** São Paulo: Hucitec, 2004.

Angorô ou Nkongolo. 2014. Disponível em: www.paninondeoyamatamba.com. Acesso em: 11 de abril de 2019.

ASANTE, Molefi Kete. Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). **Afrocentricidade:** uma abordagem epistemológica inovadora. Tradução de Carlos Alberto Medeiros, São Paulo, Selo Negro, p. 93-110, 2009.

ÀŞE ÌYÁOMI. **Candomblé: o mundo dos orixás.** 09 ago. 2017. Disponível em: <https://ocandomble.com>. Acesso em: 11 de abril de 2019.

AUGUSTO, Acácio; ROSA, Pablo Ornelas; RESENDE, Paulo Edgar da Rocha. Capturas e resistências nas democracias liberais: uma mirada sobre a participação dos jovens nos novíssimos movimentos sociais. **Revista Estudos de Sociologia**, Araraquara, SP, v.21, n. 40,

p.21-37, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article.view/7581> . Acesso em: 04 jun. 2019.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco**: o negro no imaginário das elites do século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BAPTISTA, Antônio Luis. Psicologia e Educação: novos caminhos para a formação/Ira Maria Maciel (Org). Rio de Janeiro: **Ciência moderna**, 2001, pg. 195 a 209.

BAPTISTA, Jussara; KOBÉ, Caroline. Homicídios de jovens negros aumentaram mais de cinco vezes em 20 anos. **Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT)**, São Paulo, 26 abr. 2018. Notícia. Disponível em: <<https://www.ceert.org.br/noticias/violenciaseguranca/21780/homicidios-de-jovens-negros-aumentaram-mais-de-cincovezes-em-20-anos>>. Acesso em: 02 julho, 2019.

BARROS, Maria. Elizabeth. B. **Uma Vida Profissional: como manter no peito uma estrela dançante?** Vitória: Editora Saberes, 2012.

BARROS, M. E. B., & do Carmo Pimentel, E. H. (2012). Políticas públicas e a construção do comum: interrogando práticas PSI. **Revista Polis e Psique**, Porto Alegre, v. 2, p. 3-22, 2012. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/PolisePsique/article/view/35746>. Acesso em: 10 jan. 2019.

BERGAMIN, Evelyn Reis; RABELO, Marcos Prado. As memórias de mestre Tagibe entre as batidas do congo. **Revista Espacialidades**. Natal, RN. v.12, n.2, p.1984-817X, out./dez. 2017. Disponível em: www.cchla.ufrn.br/espacialidades/. Acesso em: 17 mai. 2019.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. A prece de Frantz Fanon: Oh, meu corpo, faça sempre de mim um homem que questiona! **Civitas Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 16, n. 3, p. 504-521, jul./set. 2016. Disponível em: <revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/22915>. Acesso em: 10 jun. 2019.

BEZERRA, Omyr Leal. **Cariacica: Resumo Histórico**. 2ª edição. Cariacica: IPEDOC, 2009.

BIONDIA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revi.Bras. Educ. [on line]**, Rio de Janeiro, n 19, pp. 20-28, 2002.

BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. **Levantamento de Informações Penitenciárias (INFOPEN)** Atualização- junho de 2016. Brasília, 2017.

Disponível em: < http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorio_2016_22-11.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2019).

BRASIL. **Há 726.712 pessoas presas no Brasil**. Levantamento de Informações Penitenciárias, o Infopen, traz dados consolidados. Brasília, 08 dez. 2017. Disponível em:< <https://www.justica.gov.br/news/ha-726-712-pessoas-presasno-brasil>>. Acesso em: 08 jul. 2019).

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **Atlas da Violência**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **Atlas da Violência**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019.

BRASIL. Secretaria Geral da Presidência da República. **Mapa do encarceramento: os jovens do Brasil**. Brasília: Secretaria Nacional de Juventude, 2015.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. Secretaria Nacional de Juventude. Ministério da Justiça e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Índice de vulnerabilidade juvenil à violência e desigualdade racial 2014**. Brasília: Presidência da República, 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. Senado Federal. Centro Gráfico, 1988.

BRUCE, Karin, B. **Entre os Limites da Cultura Política e o Fortalecimento da Sociedade Civil: o processo do orçamento participativo no município de Cariacica**. 2007. 231 f.

Dissertação (Mestrado em Política Social) Programa de Pós-Graduação em Política Social do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

CARDOSO, Andressa. Nova Rosa da Penha, reduto das igrejas. **A Tribuna**, Vitória, 21 ago. 2008. Disponível em: www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20160609_aj01134_bairronovarosadapenhale2.pdf. Acesso em: 11 jun. 2019.

CARRANO, César. R. **Juventude e Cidades Educadoras**. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

CARVALHO, Elis. Greve da PM teve 219 mortes e prejuízo no comércio do Es: movimento da polícia em fevereiro de 2017 registrou onda de crimes no Estado. **Gazeta Online**, Vitória, 07 dez. 2018. Cidades. Disponível em: <https://www.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2018/12/greve-da-pm-teve219-mortes-e-prejuizo-no-comercio-do-es-1014158815.html> Acesso em: 10 jun. 2019.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

COIMBRA, Cecília. Maria B. **Operação Rio: o mito das classes perigosas – um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública**. Rio de Janeiro: Intertexto/Oficina do Autor. Niterói: Intertexto, 2001.

COIMBRA Cecília. Maria B. Psicologia, direitos humanos e neoliberalismo. **Revista Psicologia Política**, ano 1, v1, p.139-148, 2001.

COIMBRA, Cecília. Maria B. & NASCIMENTO, Maria Lívia. Ser jovem, ser pobre é ser perigoso? **Revista de Estudos sobre Juventud**. Distrito Federal, Ano 9, n. 22, p. 338-355, jan./jun. 2005.

COIMBRA, Cecília Maria B. Direitos humanos e criminalização da pobreza. In. Direitos humanos: **violência e pobreza na América Latina contemporânea**. Silene de Moraes Freire (Org.). Letra e Imagem. Rio de Janeiro, 2007.

COLETIVO BATALHA DA ESTAÇÃO. (BDE) Disponível em:
<https://www.facebook.com/grupobde/>. Acesso em: 13 out. 2019.

COLETIVO CRIATIVIDADE. Disponível em:
<https://www.facebook.com/coletivocriatividade/>. Acesso em: 10 set. 2019.

COLETIVO INSTITUTO APRENDER CULTURA. (IAC) Disponível em:
<https://www.facebook.com/InstitutoAprenderCultura/>. Acesso em: 10 set. 2019.

COLETIVO MOVIMENTO FUNK CAPIXABA. (MFC) Disponível em:
<https://www.facebook.com/movimentofunkcapixaba/>. Acesso em: 16 set. 2019.

CORDEIRO, D. **Juventude nas sombras**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

CORRÊA, Carolina Salomão; Souza, Solange Jobim e. (2013). Subjetividade indignada: movimentos em rede e a afirmação da democracia. **Revista Polis e Psique**, Porto Alegre, v. 4, p. 21-40, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.22456/2238-152X.45725>>. Acesso em: 11 jun. 2019.

DALAPÍCOLA, Orlandina. **Os sete passos da câmara Municipal de Cariacica**. Cariacica: Papagaia Editora, 2011.

DELEUZE, G. **Crítica e Clínica**. São Paulo: Editora 34, 2011.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs**, v. 4. São Paulo: Editora 34, 1997.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____ **Pele negra, máscara brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

_____ **Em defesa da Revolução africana**. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1980.

FERNANDES, Florestan, **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: editora ática, vol. (1), 1978.

_____. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Global, 2017.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade. A vontade de saber** São Paulo: Paz & Terra, vol. (1), 2009.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2014.

_____. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários À Prática Educativa**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2013.

GOTARDO, Suzana Maria. **Políticas de Comunidade nos Terrenos da Educação**. 2011. 150 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Institucional) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.

GUATTARI, Felix.; ROLNIK, Suely. **Micropolítica Cartografias do Desejo**. Petrópolis: editora Vozes, 1996.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e antirracismo no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Ed. 34, 2009.

HECKERT, Ana Lucia C. **Narrativas de resistência: educação e política**. 2004. 298f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

HECKERT, Ana Lucia Coelho. (2014). Os exercícios de resistência no contemporâneo: entre fabulações e contágios. *Psicologia em Estudo*, 19(3), Maringá, v.19, n. 3, p. 469-479, set. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttextpid=S14-13737220114000300012&lng=en&nrm=iso> . Acesso em: 15 jul. 2019.

HECKERT, Ana Lucia. C.; PASSOS, E. Pesquisa-intervenção como método, a formação como intervenção. In: BARROS, M. E.B.; CARVALHO, S; FERIGATO, S. (Orgs.). **Conexões: saúde coletiva e políticas da subjetividade**. São Paulo: HUCITEC, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (IBGE) Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/panorama>>. Acesso em 22/05/2019.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. (IJSN). **Vista aérea da pedreira da CVRD-Cariacica, Porto de Santana, década de 60.** 1960. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/bibliotecaonline/Search/Results?lookfor=cariacica&type=AllFields&filter%5B%5D=format%3A%22Imagens%22&filter%5B%5D=topic_facet%3A%22FOTO+DIGITAL%22&LIMIT=20> Acesso em: 03 abr. 2019.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. (IJSN). **Figuras 4 e 5- Vista parcial de barracos em Porto de Santana, Cariacica, 1978.** 2015. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/bibliotecaonline/Seach/Results?lookfor=cariacica&type=AllFields&filter%5B%5D=format%3A%22Imagens%22&filter%5B%5D=topic_facet%3A%22FOTO+DIGITAL%22&limit=20> Acesso em: 03 abr. 2019.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. (IJSN). Biblioteca Digital. 1980. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/bibliotecaonline/Search/Results?lookfor=cariacica&type=AllFields&filter%5B%5D=format%3A%22Imagens%22&filter%5B%5D=topic_facet%3A%22FOTO+DIGITAL%22&LIMIT=20>. Acesso em 03 abr. 2019.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN). **Rua Marilândia Morro do Meio, Porto de Santana, Cariacica, 1982.** 2012 (**Atual: Bairro Presidente Médici**). Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/bibliotecaonline/Search/Results?lookfor=cariacica&type=AllFields&filter%5B%5D=format%3A%22Imagens%22&filter%5B%5D=topic_facet%3A%22FOTO+DIGITAL%22&LIMIT=20>. Acesso em 03 abr. 2019.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. (IJSN). **Elaboração da Política de Desenvolvimento Urbano do Município de Cariacica Componente C.40.** Cariacica, ago. 1984.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da Violência**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://ipea.gov.br/atlasviolencia/> . Acesso 12 de jan. 2017.

KANANDA, Natielly. Homens da Força Nacional vão atuar em 28 bairros de Cariacica: governo promete choque de ordem na segurança do município durante 4 meses. **Tribunaonline**, Vitória, 28 jun. 2019. Polícia. Disponível em: <<http://tribunaonline.com.br/homens-da-forca-nacional-va-atuar-em-28-bairrosde-cariacica>>. Acesso em: 14 jun. 2019.

LOURAU, René. **Análise Institucional e Práticas de Pesquisa**. Rio de Janeiro: NAPE/UERJ, 1993.

MAIA, Greta Leite. A juventude e os coletivos: como se articulam novas formas de expressão política. **Revista Eletrônica do curso de Direito**. Santa Maria, RS. V.8, n.1, p.1981-3694, 2013. Disponível em: < <https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/8630>>. Acesso em: 07 jun. 2019.

MBEMBE, Achile. **Sair da Grande Noite**: ensaio sobre a África descolonizada. Luanda: Pedago, 2014.

_____. **Crítica da Razão Negra**. Lisboa: Antígona, 2017.

_____. **Crítica da Razão Negra**. Tradução de Sebastião Nascimento, São Paulo, N-1 Edições, 2018.

_____. **Políticas da Inimizade** (M. Lança, trad.). Lisboa: Antígona, 2017.

_____. **Necropolítica**. Rio de Janeiro: n-1 edições, 2018

MBEMBE, A. Arte & Ensaios. Rio de Janeiro: **Revista do ppgav/eba/ufrrj**, n. 32, dezembro 2016, pg. 123 a 146.

MIZOGUCHI, Danichi Hausen. **Amizades Contemporâneas: inconclusas modulações de nós**. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2016. MOORE, Carlos. **Racismo & Sociedade**: novas bases epistemológicas para entender o racismo. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

MOURA, Clóvis. **Dialética Radical do Brasil negro**. 2. edição. – São Paulo: Fundação Maurício Grabois co-edição com Anita Garibaldi, 2014.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004).

_____. **Usos e sentidos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. MUNANGA, Kabengele; GOMES, L. NILMA. **O Negro no Brasil de Hoje**. São Paulo: Global, 2016.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Genocídio Do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectiva, 2017.

_____. Quilombismo: um conceito emergente do processo histórico-cultural da população brasileira. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros, São Paulo: Selo Negro, p.197-218, 2009.

_____. **O negro revoltado**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1982.

NASCIMENTO, Abdias do. **O quilombismo**. São Paulo: Vozes, 1980. NOBLES, Wade W. Sakhu sheti: retomando e reapropriando um foco psicológico afrocentrado. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros, São Paulo: Selo Negro, p.277-297, 2009.

NOGUEIRA, Oracy. **Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

NOGUEIRA, Renato. **O Ensino de Filosofia e a Lei 10.639**. 1. ed. Rio de Janeiro: Pallas: Biblioteca Nacional, 2014. Nomes de origem africana e seus significados- Meninos. **Raiz do Samba**. 10 set. Disponível em: <<http://raizdosambaemfoco.wordpress.com/2016/09/10/nomes-de-origem-africana-e-seus-significados-meninos/>>. Acesso em 04 de julho de 2019.

OLIVEIRA, Clever. Manolo.C. de. **Atenção Básica na Assistência Social: entre miséria necessária, artes de governar e redes de solidariedade.** 2010. Dissertação (Mestrado em Psicologia Institucional) Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

OLIVEIRA, Osvaldo Martins de. Quilombos: territórios e patrimônio cultural. In: **Negros no Espírito Santo.** Vitória: Coleção Canãa, 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Coletivos são novo modelo de mobilização entre os jovens.** Rio de Janeiro, 07 mar. 2007. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/coletivos-sao-novo-modelo-de-mobilizacao-entre-osjovens/>. Acesso em: 03 jun. 2019.

O RAPPÁ. A minha Alma. Rio de Janeiro: Warner Music: 1999. Disponível em: <https://www.youtube.com/results?search_query=minha+alma+o+rappa>. Acesso em 31 jan. 2019.

Obaluayê, Umabanda eu curto. 14 abr. 2017. Disponível em: <<https://umbandaeucurto.com>> Acesso em: 11 de abril de 2019).

PASSOS, Eduardo; Barros, Regina Benevides. Diário de bordo de uma pesquisa intervenção. ESCÓSSIA, L.; KASTRUP, V.; PASSOS, E. (orgs.). **Pistas do método da cartografia:** pesquisa intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulinas, 2009.

PINA, Rute. Símbolo da seletividade penal, caso Rafael Braga completa cinco anos: catador de materiais recicláveis foi preso pela primeira vez em junho de 2013 e hoje cumpre prisão domiciliar. **Brasil de Fato: uma visão popular do Brasil e do Mundo,** São Paulo, 20 jun. 2018. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/06/20/simbolo-da-seletividade-penalcaso-rafael-braga-completa-cinco-anos/>>. Acesso em: 04 jul. 2019.

PIZA, Edith. Porta de vidro: entrada para a branquitude. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida S. (Org.). **Psicologia social do racismo:** estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 59-90.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA. **Agenda Cariacica: planejamento sustentável da cidade 2010-20130**. Disponível em: <<https://www.cariacica.es.gov.br>>. Acesso em 22/05/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA. **Monte Moxuara**, 2019. Disponível em: <www.cariacica.es.gov.br/turismo>. Acesso em 22/05/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA. **Reserva de Duas Bocas**, 2019. Disponível em: www.cariacica.es.gov.br/cultura. Acesso em 22/05/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA. **Carnaval de Congo de Cariacica**, 2019. Disponível em: <<https://www.cariacica.es.gov.br/noticias/66964/carnavalde-congo-celebra-fe-e-cultura-no-dia-29>>.

REIS, Cleilson. Teobaldo. dos. **Velhice como intervenção nos modos de vida**. 2010. Dissertação (Mestrado em Psicologia Institucional) – Programa de Pós-graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo: Vitória, 2010.

ROCHA, M.L.; AGUIAR, K.F. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v.23, n.4, p. 64-73, dez. 2003.

ROSA, Pablo Ornelas. et al. **Sociologia da violência, do crime e da punição**. V.2, Belo Horizonte: editora D' Plácido, 2017.

SACRAMENTO, Acusado de homicídio e de corrupção: quem foi o político do ES que inspira Bolsonaro. **Diário do Centro do Mundo**. São Paulo, 01 out. 2018, Política. Disponível em: <<https://www.diariodocentrodomundo.com.br/acusadode-homicidio-e-de-corrupcao-quem-foi-o-politico-do-es-que-inspira-bolsonaropor-sacramento/>>. Acesso em: 11 mai. 2019.

SANTOS, Maykon. O Círculo Palmarino E o Forjar da luta: A Campanha Contra A Faxina Étnica. In: Júnior, Joselicio. **Antologia Círculo Palmarino 10 Anos de Resistência**. Instituto de Estudos Afro-Brasileiro Manuel Querino- Embu das Artes: Creative Commons, 2016. P.13-15.

SANTOS, Sérgio Pereira dos. **Os intrusos e Os outros Quebrando o Aquário e Mudando Os Horizontes:** as relações de raça e classe na implementação das cotas sociais no processo seletivo para cursos de graduação da UFES 20062012. 2014. 389 f. Tese (Doutorado em Educação) Centro de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

SANTOS, José Elias dos. Congos e Bandas de Congos no Espírito Santo In: **Negros no Espírito Santo**. Vitória: Coleção Canãa, 2016.

SCHWARCZ, Lília K. Moritz. **O Espetáculo das raças:** cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHUCMAN, LIA. V. (2012). **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”:** raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. Tese de doutorado, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

SILVA FILHO, José Barbosa da. **Ser Negro na História e na Sociedade Brasileira o dito, o não dito e o por dizer**. Curitiba: Appris, 2012.

TELLES, Edward. **Racismo à brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. Relume-Dumará, 2003.

VIEIRA, et. al. **Políticas Sociais e Austeridade fiscal. Como as políticas sociais são afetadas pelo austericídio da agenda neoliberal no Brasil e no mundo**. IN: Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES). Rio de Janeiro, 2018.

WACQUANT. **Forjando o Estado neoliberal: trabalho social, regime prisional e insegurança social**. In: MALAGUTI, V. (Org.). Loïc Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

WASELFISZ, J.J. **Mapa da Violência 2016:** Homicídios por arma de fogo no Brasil. Brasília, Flacso Brasil, 2015.

YUKARI, Diana. **Atlas da violência: greve da PM fez subir número de mortes violentas no ES em 2017**. 2019. G1ES. Disponível em: <[https://g1.globo.com/es/espírito-santo/roda-](https://g1.globo.com/es/espírito-santo/roda)

de-boteco/2019/06/06/atlas-da-violencia-greve-da-pm-fez-subirnumero-de-mortes-violentas-no-es-em-2017.ghtml>. Acesso em: 20 jun. 2019.